



Maria Aline Silva Martins

**Quem somos nós e quem sou eu: uma análise
discursiva e autoetnográfica das construções
de identidades e de (não) pertencimentos em
narrativas de experiências migratórias**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Letras/Estudos da
Linguagem pelo Programa de Pós-graduação em
Estudos da Linguagem da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Adriana Nogueira Accioly Nóbrega

Coorientadora: Inés Kayon de Miller

Rio de Janeiro
Novembro 2021



Maria Aline Silva Martins

**Quem somos nós e quem sou eu: uma análise
discursiva e autoetnográfica das construções
de identidades e de (não) pertencimentos em
narrativas de experiências migratórias**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio.
Aprovada pela Comissão examinadora abaixo:

Adriana Nogueira Accioly Nóbrega

Orientadora

Departamento de Letras – PUC-Rio

Inés Kayon de Miller

Co-Orientadora

Departamento de Letras – PUC-Rio

Liana de Andrade Biar

PUC-Rio

Thiago Romeu de Souza

UFCG

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial do trabalho, é proibida sem a autorização da universidade, da autora e das orientadoras.

Maria Aline Silva Martins

Graduou-se em Letras - Licenciatura - Português-Inglês e Literaturas correspondentes pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO) em 2018. Durante a graduação, foi bolsista CAPES no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) no Subprojeto Inglês e atuou como professora assistente de inglês no Colégio Teresiano (CAP/PUC). Atualmente, é professora substituta de inglês no Colégio Pedro II e dedica-se ao ensino de língua inglesa em curso privado. Tem desenvolvido pesquisas e apresentado trabalhos em eventos e congressos nas áreas da Linguística Aplicada Contemporânea, Linguística Sistêmico-Funcional, Prática Exploratória, Autoetnografia e Análise de Narrativa.

Ficha Catalográfica

Martins, Maria Aline Silva

Quem somos nós e quem sou eu : uma análise discursiva e autoetnográfica das construções de identidades e de (não) pertencimentos em narrativas de experiências migratórias / Maria Aline Silva Martins ; orientadora: Adriana Nogueira Accioly Nóbrega ; coorientadora: Inés Kayon de Miller. – 2021.

128 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2021.

Inclui bibliografia

1. Letras - Teses. 2. Autoetnografia. 3. Linguística aplicada contemporânea. 4. Migração nordestina para as favelas. 5. Construção de identidades e pertencimentos. 6. Sistema de Avaliação. I. Nóbrega, Adriana Nogueira Accioly. II. Miller, Inés Kayon de, 1948-. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. IV. Título.

CDD: 400

Para Maria, Carlos, Leandro, Carlin e Karla, pilares da minha formação pessoal e meus maiores exemplos de coragem e determinação. Todo meu amor e gratidão a vocês.

Agradecimentos

A Deus e às demais forças divinas, por estarem sempre me abençoando e me iluminando em todos os momentos.

Aos meus pais, Maria e Carlos. Obrigada por serem meus maiores incentivadores. Se não fosse pelo apoio físico e emocional de vocês, eu não teria chegado até aqui. Obrigada pelo amor, cuidado, carinho, proteção e pelos ensinamentos diários. Pai, para você que sempre me disse que nossa história daria um livro: aqui está meu presente para você.

Aos meus irmãos, Leandro, Carlin e Karla. Toda a trajetória pessoal e profissional de vocês, me inspirou a correr atrás dos meus sonhos. Obrigada por estarem sempre me apoiando. Que orgulho poder dizer que vocês são meus irmãos.

Às minhas queridas sobrinhas Sofia, Luiza, Ana Lís, Maria Helena e ao meu sobrinho Pedro Ernesto. Obrigada pelos momentos de diversão juntos e pela compreensão nas situações em que eu disse que precisava estudar e não podia ficar com vocês.

Ao Cadu, pelo companheirismo e pelo amor. Obrigada por estar comigo durante essa jornada tão difícil. Obrigada por me ouvir, por me dar colo e por me encorajar a seguir adiante.

Às minhas queridíssimas, maravilhosas e perfeitas orientadoras Adriana Nóbrega e Inés Miller. Eu sou muito grata por ter conhecido vocês ainda na graduação. Vocês sempre acreditaram no meu potencial e isso foi essencial para que eu, assim, acreditasse nisso também. Obrigada por cada reunião de orientação, pela compreensão em momentos de desespero e pelas palavras de carinho e encorajamento que ouvi de vocês em ocasiões em que eu precisava muito. Vocês me inspiram demais e são muito especiais em minha vida.

À minha amiga Lorena Araujo, quem me acompanha nessa jornada acadêmica desde 2014. Você foi meu presente na graduação! Obrigada pela parceria, pela troca e pelos áudios. Que a vida nos proporcione ainda muitos anos de amizade.

À Cláudia Oliveira, pela orientação profissional de 2018 e pelo retorno dos encontros remotos em 2020. Sem você, essa caminhada teria sido muito mais árdua. Obrigada pela escuta atenta e pela ajuda para lidar melhor com as minhas emoções. Você faz diferença na vida de muitas pessoas, saiba disso.

Ao Renan Piedade, por gentilmente ter me guiado quando disse que queria aplicar para o processo seletivo do mestrado. Obrigada também pelo auxílio nesta reta final, você é sensacional.

À Emanuelle, pela ajuda, pela troca de mensagens e pelos textos sobre a Prática Exploratória. Obrigada por fazer parte disso.

A todos os amigos que fiz durante a pós-graduação, em especial: Odete, Tarcísio, Thais, Thelma, André, Teresa, Mara, Lucas Felipe, Adriana. Obrigada pelo intercâmbio de ideias e textos.

Aos professores com quem tive aulas maravilhosas na graduação. Um agradecimento caloroso e especial às professoras Inés Miller, Adriana Nóbrega, Claudia Chigres, Mônica Spitalnik, Beatriz Barreto, Liliana Bastos, Sabine Moura e ao professor Leonardo Bérenger.

A todos os funcionários do departamento de Letras. Em especial, agradeço à Chiquinha, por toda ajuda no que concerne às questões burocráticas do mestrado.

À professora Liana de Andrade Biar, ao professor Thiago Romeu de Souza e à professora Isabel Cristina Rangel Moraes Bezerra, por terem aceitado o convite de compor a minha banca. Obrigada pela disponibilidade para ler meu trabalho e pelas contribuições.

A todos que contribuíram para minha formação como pessoa e como profissional. Gratidão!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Martins, Maria Aline Silva; Nóbrega, Adriana Nogueira Accioly (orientadora); Miller, Inés Kayon de (co-orientadora). **Quem somos nós e quem sou eu: uma análise discursiva e autoetnográfica das construções de identidades e de (não) pertencimentos em narrativas de experiências migratórias.** Rio de Janeiro, 2021. 128p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Nesta dissertação, busco gerar entendimentos sobre os processos de migração da minha família, que saiu de São Benedito (Ceará) com destino à favela da Rocinha, entre as décadas de 1980 e 1990. Neste estudo autoetnográfico (Ellis; Bochner, 2000), almejo olhar para como avaliamos nossas experiências de migração, que podem abarcar desde o momento da decisão de deixar a terra natal até o momento atual. Em específico, a partir da análise de narrativas (Bastos, 2005; Bastos; Biar, 2015; De Fina, 2008), examino a construção discursiva de identidades (Moita Lopes, 2001; 2002; 2003; Snow, 2001; Duszak, 2002) e pertencimentos (Krzyżanowski; Wodak, 2008; Angouri et al., 2020) dos participantes no que tange à forma como nos relacionamos com o lugar de origem e o lugar de destino (Souza, 2006), São Benedito e Rocinha, respectivamente. Esta pesquisa está inserida na área da Linguística Aplicada Contemporânea (Moita Lopes, 2006) e orienta-se pelo paradigma qualitativo-interpretativo de pesquisa (Denzin; Lincoln, 2006). Para a análise discursiva do *corpus*, foi selecionada a ferramenta de análise textual proposta pelo Sistema de Avaliatividade (Martin, 2001; Martin; Rose, 2007; White, 2004). Os resultados apontam para três movimentos distintos efetuados pelos participantes. Um dos meus irmãos, por exemplo, constrói um forte pertencimento ao seu local de origem, São Benedito, simultaneamente construindo um não pertencimento e um distanciamento da Rocinha/Rio de Janeiro. Nas narrativas de minha irmã, percebemos que ela ainda mantém um vínculo com seu local de nascimento, mas que não criou um vínculo com a Rocinha. Todos os outros membros da família - eu, mãe, pai e irmão indicam se sentirem pertencentes aos dois lugares, São Benedito e Rocinha.

Palavras-chave

Autoetnografia; Linguística Aplicada Contemporânea; Migração Nordeste para as Favelas; Construção de Identidades e Pertencimentos; Sistema de Avaliatividade.

Abstract

Martins, Maria Aline Silva; Nóbrega, Adriana Nogueira Accioly (advisor); Miller, Inés Kayon de (co-advisor). **Who we are and who I am: an autoethnographic and discursive analysis on identity constructions and (non) belongings in narratives of migration experiences.** Rio de Janeiro, 2021. 128p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

In this dissertation, I seek to generate understandings about the migration processes of my family that left São Benedito (Ceará) and came to the favela of Rocinha, between the 1980s and the 1990s. In this autoethnographic study (Ellis; Bochner, 2000) I aim to look at how we evaluate our migration experiences, which can cover from the decision moment of leaving the hometown up to the present date. Specifically, based on the analysis of narratives (Bastos, 2005; Bastos; Biar, 2015; De Fina, 2008), I examine the discursive construction of identities (Moita Lopes, 2001; 2002; 2003; Snow, 2001; Duszak, 2002) and belongings (Krzyżanowski; Wodak, 2008; Angouri et al., 2020) of the participants when it comes to the way we relate to the place of origin and to the place of destination (Souza, 2006), São Benedito and Rocinha, respectively. This is a Contemporary Applied Linguistics study (Moita Lopes, 2006) that follows a qualitative-interpretive paradigm of research (Denzin; Lincoln, 2006). For the discursive analysis of the corpus, the tool of text analysis proposed by the Appraisal System was selected (Martin, 2001; Martin; Rose, 2007; White, 2004). The results point to three distinct movements made by the participants. One of my brothers, for example, constructs a strong belonging to his place of origin, São Benedito, while simultaneously constructing a non-belonging and a detachment from Rocinha/Rio de Janeiro. In my sister's narratives, she still maintains a connection with her place of birth, but does not appear to have created a connection with Rocinha. All the other family members – me, mother, father and brother indicate they feel that they belong to both places, São Benedito and Rocinha.

Keywords

Autoethnography; Contemporary Applied Linguistics; Northeastern Migration to the Favelas; Construction of Identities and Belongings; Appraisal System.

Sumário

1 Quem sou eu?	13
1.1 Quem somos nós?	19
1.1.1 Maria: “Graças a Deus deu tudo certo e são todos formados.”	20
1.1.2 Carlos: “...mas a vida é essa, a gente tem que arriscar a gente não pode ter medo, tem que acreditar...”	20
1.1.3 Leandro: “Ao chegar no Rio, eu tinha um sonho muito grande de fazer uma faculdade, de crescer na vida, de mudar de vida...”	21
1.1.4 Carlin: “Sou formado em história, sou concursado como professor no município de São Benedito...”	21
1.1.5 Karla: “me encantei ao descobrir o quanto a Educação tem o poder de transformar ou reproduzir as desigualdades existentes.”	22
2 Caminhos da pesquisa	23
3 A invenção do Nordeste e a migração nordestina	27
3.1 Migração Nordestina para o Sudeste e para as favelas do Rio de Janeiro: um breve panorama	30
4 Alinhamentos teóricos I: Linguística Aplicada Contemporânea, Prática Exploratória e Autoetnografia	42
5 Alinhamentos teóricos II: Identidades, narrativas e avaliação	52
5.1 Discurso, coconstrução de identidades e pertencimentos	52
5.2 Análise de narrativas	57
5.3 Avaliação	61
6 Percursos metodológicos	64
6.1 O Paradigma qualitativo-interpretativo de pesquisa	64
6.2 Elaboração do projeto de pesquisa e TCLE	65

6.3 Geração de dados: planejamento e cuidados procedimentais	66
6.3.1 Geração de dados: as conversas com potencial exploratório	68
6.4 Procedimentos analíticos: primeiro contato com os dados	69
6.4.1 Procedimentos analíticos: seleção e transcrição dos excertos	70
6.4.2 Procedimentos analíticos: o Sistema de Avaliatividade e suas categorias de análise	71
7 Análise das conversas e discussão dos dados	75
7.1 Maria e Carlos	75
7.2 Leandro	84
7.3 Carlin	94
7.4 Karla	100
7.5 Reflexões sobre as análises	108
8 Reflexões momentâneas	112
9 Referências Bibliográficas	115
10 Anexos	122

Lista de figuras

Figura 1 – Quem sou eu	19
Figura 2 – Largo do Boiadeiro, Rocinha	35
Figura 3 – Curva do S.	37
Figura 4 – Imagem panorâmica da minha laje	40

Convenções de transcrição

...	pausa não medida
.	entonação descendente ou final de elocução
?	entonação ascendente
,	entonação de continuidade
-	parada súbita
=	Elocuções contíguas, enunciadas sem pausa entre elas
<u>sublinhado</u>	Ênfase
°palavra°	palavra em voz baixa
>palavra<	fala mais rápida
<palavra>	fala mais lenta
: ou ::	Alongamentos
[início de sobreposição de falas
]	final de sobreposição de falas
()	fala não compreendida
(())	comentário do analista, descrição de atividade não verbal
“palavra”	fala relatada, reconstrução de um diálogo
hh	aspiração ou riso
↑	subida de entonação
↓	descida de entonação

Convenções de transcrição sugeridas por Bastos e Biar (2015) – convenções baseadas nos estudos de Análise da Conversação (Sacks, Schegloff e Jefferson, 1974), incorporando símbolos sugeridos por Schifffrin (1987) e Tannen (1989).

1

Quem sou eu?

“Aline, quem é você nesta história?” Escrever e refletir sobre quem eu sou tem sido um desafio, como um mergulho, atividade que me apavora por não saber nadar. Ao escolher a história da minha família como tema de minha dissertação, não imaginava que precisaria escrever sobre a minha história. Até pouco tempo, não entendia que essa história também era minha. Não entendia que a migração era parte de mim, por ter saído do Ceará com apenas um ano de idade. Por sentir que não sabia muito sobre os eventos da migração e por não ter lembranças conscientes, decidi conversar com meus familiares e com eles estou revivendo todos esses acontecimentos através das narrativas que eles contam, me permitindo sentir, por mais doloroso que tenha sido, todas as emoções que afloram em mim ao ouvir sobre o que enfrentamos em nossas trajetórias de vida. Dentre as histórias da minha mãe, meu pai e de meus três irmãos presentes nesta pesquisa, existem também as minhas histórias. Começo meu mergulho agora.

Minha história começa no Ceará na cidade de São Benedito, onde nasci em 28 de maio de 1995, a mais nova dos quatro filhos de Carlos e Maria. Gosto sempre de dizer que nasci em casa com uma parteira. As pessoas ficam sempre admiradas e surpresas, como se isso fosse coisa de outro mundo, talvez até possa ser, mas essa era a realidade de muitos naquela época. Sobre meu 1º ano de vida e único vivido no Ceará, tenho alguns registros de fotos, algo que não era comum e fácil de se ter. Dos 4 irmãos, eu sou a que mais coleciono fotos de infância. Tenho uma foto do meu batizado aos 3 meses de idade, fotos na casa da minha avó Raimunda (onde nós morávamos, exceto meu pai que já estava no Rio de Janeiro), algumas fotos em um rio próximo de casa com meus irmãos. Eu era bem gordinha, tinha os olhos bem claros (puxei da minha mãe) e os cabelos loirinhos e cacheados. Em 1996, nossas vidas mudaram completamente, iniciamos um novo capítulo de nossas histórias como mais uma família, dentre tantas outras, que deixou São Benedito (Ceará) em busca de uma vida melhor no Rio de Janeiro.

Olhando para todos os registros de minha infância na Rocinha, me deparo com as fotos de comemorações dos meus aniversários. No meu aniversário de 3 anos com a temática dos “*Baby Looney Tunes*”, havia uma mesa repleta de doces, lembrancinhas, um bolo gigante e muitas bexigas: foi uma festança com muito

familiares e amigos, em que ganhei muitos presentes. Devia fazer apenas um ano que estávamos no Rio de Janeiro e, mesmo com todas as dificuldades, meus pais fizeram o impossível para me dar uma festa de aniversário. Morávamos de aluguel em uma casa pequena de três cômodos para 6 pessoas, minha mãe trabalhava em uma barraca no camelô e meu pai como protético em casa durante o dia e à noite em um restaurante. Tenho fotos dos meus aniversários de 5, de 9 e de 10 anos que foram mais simples, mas sempre planejados com muito amor. Eu não tinha dimensão do que enfrentávamos na época. Em um de meus aniversários, meus pais não conseguiram fazer uma festa e eu fiquei muito triste, pois tinha elaborado convites a mão e entregado aos meus vizinhos. Isso deve ter acontecido apenas uma vez, pois os esforços para ter pelo menos um bolinho era certo, como nas minhas festas de 9 e 10 anos, quando já estávamos morando em uma casa nova que ainda estava em processo de construção.

“Tudo foi mais fácil para você, para os outros tudo mais difícil”. Essa é uma das frases de minha mãe em nossa conversa para a pesquisa ao refletir sobre a pouca convivência de meu pai com meus outros irmãos, visto que ele trabalhava no Rio de Janeiro e ia poucas vezes para o Ceará. Quando minha mãe relatou isso durante a conversa, meu pai ficou emocionado e me dói o coração ver que ele teve que passar por isso. Ao contrário dos meus irmãos, pude ter uma maior atenção e cuidado do meu pai desde os meus primeiros meses de vida e vejo em fotos o quão apegada fui a ele, com muitas fotos em seu colo e o beijando. Até os meus 15 anos de idade mais ou menos, sempre no dia do meu aniversário, meu pai contratava um serviço que fazia ligações, daquelas que eram gravadas com mensagens bonitas de feliz aniversário. Essa era a forma de ele demonstrar seu amor por mim. Eu achava tão lindo aquilo e me aquece o coração lembrar disso. Me faz pensar que talvez ele não conseguisse expressar tudo que ele sentia em palavras, mas queria fazer algo para não deixar em branco.

Durante minha infância, sempre ganhei muitas coisas, roupas, bonecas de porcelana, *barbies*, ursinhos de pelúcia. As fotos mostram como eu estava sempre arrumada, fazendo poses, com o cabelo impecável. Lembro que eu sempre chorava quando caía comida ou algum líquido na minha roupa com medo de ficar manchada para sempre (até hoje fico desesperada!). Já fiquei aflita também quando engoli um caroço de laranja. Perguntei para minha mãe se tinha algum problema e se eu ficaria bem, obviamente chorando e aos prantos. Ela disse que

não era para eu ficar preocupada, só ia nascer um pé de laranja na minha barriga. Imaginem uma criança com todo o potencial de imaginação ouvindo isso? Pois é. Aliás, a imaginação era tanta que eu costumava abrir a geladeira para conversar com uma suposta “vovozinha” que existia lá dentro. Será que eu estava tentando me comunicar com a mãezinha (vó Raimunda, por parte de mãe) que estava no Ceará? Eu também fui uma criança que teve muita dificuldade para começar a comer. Minha mãe me amamentou até os, pasmem, quatro anos de idade. Acredito que meu primeiro “alimento” diferente do leite materno foi leite com nescau que comecei a tomar graças a minha irmã, quem cuidava de mim para os meus pais trabalharem.

A minha infância também foi marcada pelas viagens de ônibus para o Ceará. Nunca podíamos ir todos juntos, as passagens eram muito caras. No casamento do meu irmão Carlin, que mora no Ceará, por exemplo, só estava eu, minha mãe e minha irmã. Três dias no ônibus! Era uma viagem para um lugar que nunca chegava. Durante o trajeto Rio x São Benedito, as paradas do ônibus eram os momentos mais desesperadores: tínhamos que tomar banho e comer em um curto espaço de tempo, sempre atentas a tudo, principalmente ao relógio e à numeração do ônibus para não perdermos a viagem. Agora estamos em 2021 e eu ainda morro de medo de ficar para trás em alguma parada, principalmente viajando sozinha.

Sem sinal de telefone algum, sem internet, chão de piçarra, pronto! Estávamos no sítio Faveira, localizado a 330 km da capital Fortaleza. Chegando lá, era necessário me adaptar: acordar muito cedo, com o canto do galo e dormir muito cedo também. Para ir ao centro da cidade, era preciso acordar antes das 5 da manhã porque o pau de arara tinha hora certa para passar em frente à casa da minha avó. Quando ainda não tínhamos chuveiro, o banho era de cuia. O nosso passeio turístico era ir de casa em casa visitando os parentes. Detalhe: em todas as casas que íamos, nos ofereciam almoço, café, tapioca, e não podíamos recusar, se não poderiam nos julgar como metidas ou algo parecido. Eu recusava, porque não consigo comer além do que me deixa satisfeita, mas minha mãe não tinha como fugir. Falando sobre comida, na casa da minha avó Raimunda, que prefere ser chamada de mãezinha, era certo eu ouvir: “minha filha está tão magrinha, está passando fome no Rio de Janeiro?” e ao ver meu prato de comida: “isso lá é comida de gente”? Para minha avó, você só está com saúde se estiver gordinha!

A minha relação com o Ceará sempre foi atravessada por situações engraçadas ou comuns e até mesmo esperadas para uma menina que deixou sua cidade natal com um ano de idade. Eu tinha medo das galinhas que ficavam no terreiro da minha avó, não comia as comidas pesadas (porco, buchada de bode e por aí vai), não conhecia os animais, as árvores e nenhum tipo de plantação (“isso é pé de quê, mãe?”). Um dia, eu devia ter uns 10 anos no máximo, peguei a câmera para gravar coisas aleatórias e disse: “Esse aqui é o pé de caju que meu pai construiu”. MEU DEUS, CONSTRUIU. Já ouvi logo de cara que essa não era a palavra mais adequada para aquela situação. Acredito que eu estava muito imersa em todo o vocabulário relacionado à obra, dado que estávamos construindo nossa casa na Rocinha. Outra situação que talvez tenha sido engraçada para as pessoas de lá, pois reagi, como sempre, como se fosse o fim do mundo: entrou um bicho-de-pé no meu pé. Chorei, gritei, mas conseguiram tirá-lo do meu pé. Que alívio! Eu não sei o que as pessoas pensavam, mas diante desses acontecimentos e de tantos outros, eu me sentia e me sinto tão pertencente ao Ceará, a São Benedito, à Faveira. Sinto que lá é meu lugar, mesmo sem ter o sotaque, sem saber dos animais, das árvores, sem saber usar as palavras corretas. Eu tinha vivido apenas um ano lá, mas eu chegava lá e me sentia eu, tudo aquilo era/é parte de mim. O retorno para o Ceará era carregado de surpresas, imprevisibilidades, estranhamentos: era o novo, mas que já parecia estar inscrito em mim desde sempre. Viajar para lá significava estar sob a proteção, aconchego e segurança da mãezinha, estar mais próxima do meu irmão Carlin, dos meus avós paternos e ficar feliz só apenas de ouvir o vô João me chamando carinhosamente de Alina. De uma maneira geral, estar lá me colocava em contato direto com minhas origens, com quem eu sou.

Eu sou cearense e faço questão de enfatizar isso em todos os cantos que vou. Sabe quando te pedem para falar um pouco de você? Então, eu começo com “Meu nome é Maria Aline, sou do Ceará, vim pro Rio de Janeiro com um ano de idade...” A reação quase unânime da maioria das pessoas é: “Ah, praticamente carioca, então, não é?” Minha resposta é sempre: “É... então... não necessariamente”. Eu até posso dizer que sou carioca por já viver há 25 anos aqui, mas o que gosto mesmo de destacar é que sou FAVELADA, sou da favela da Rocinha, com muito orgulho.

Minha adolescência basicamente se resumiu a ir para escola, para a igreja (somos católicos), para a Escola de Música da Rocinha, para o curso de inglês e para o Projeto Villa-Lobos e as crianças. Precisávamos estar sempre muito ocupados para não ter nem tempo de pensar em desviar para o mau caminho. Meus pais tinham muito medo de que a gente se envolvesse com drogas ou com o tráfico direta ou indiretamente e por isso ficavam super atentos com as nossas amizades, tínhamos que estar sempre falando com quem estávamos saindo, quem era a pessoa, onde morava, de onde era etc. Para eles, amigo é só pai, mãe e irmão. Nunca fui impedida de sair, mas certos lugares eram proibidos! Matinê, baile funk? Nem pensar. No entanto, apesar de ter sido criada para não me conectar com o local, eu acabei criando uma forte identificação com a Rocinha, com as pessoas e com a cultura daqui. Aos poucos eu fui entendendo o que era morar em uma favela, o que isso representava para as pessoas de fora e o que podiam pensar de você. Conforme fui crescendo, fui vivenciando experiências boas e ruins que me fizeram ter consciência social/política das demandas de morar na Rocinha.

Sem dúvida alguma, o que eu mais devo ter feito na Rocinha foi andar. Hoje em dia eu perdi esse costume, mas eu conhecia muitos becos e muitos atalhos para cortar caminho e chegar ao destino mais rápido. Apesar de a Rocinha ser enorme, você consegue fazer as coisas por aqui a pé “tranquilamente”, sem precisar pegar van, ônibus ou moto-táxi. Logo, ir à igreja, escola de música, casa de familiares: era sempre a pé. Talvez a época que eu mais andei foi quando eu estava no Fundamental II e estudava na Gávea, na Escola Municipal Christiano Hamann. Era só chegar à Rua 1 que os ônibus costumavam quebrar ou dava um nó absurdo no trânsito, e, para evitar a espera do momento milagroso que o trânsito fosse voltar a fluir, eu e minhas amigas descíamos do ônibus e íamos a pé para casa, conversando, cantando, era algo muito prazeroso. Eu nunca tive medo de andar pela Rocinha, sozinha ou acompanhada, mesmo antes da “pacificação”, quando bandidos armados eram vistos por quase todos os lugares da Rocinha. Me recordo de ainda muito nova ver bandidos com armas maiores do que eu, e, nesses momentos o que me vêm na cabeça é a minha mãe segurando e apertando bem forte a minha mão, como um sinal de alerta? de medo? de nervosismo? Eu ainda não consegui entender. Muitas vezes, ao tentar atravessar a rua sozinha eu tive ajuda de um bandido, que parava o trânsito para não só eu, mas outras pessoas

atravessarem também (não há sinalização nas ruas daqui, é sempre uma luta conseguir atravessar!). Eu não sentia medo, eu não ficava assustada, eu até achava um gesto legal da parte deles. É estranho ou louco dizer isso? Mas era exatamente assim que eu me sentia. É claro que eu ficava nervosa, assustada e com medo nos dias de tiroteio, nos dias de confrontos entre bandidos e policiais, mas no dia a dia, a Rocinha é o local onde mais me sinto segura.

Parando para analisar agora, o não sentir medo prevaleceu até em uma ocasião em que apenas recentemente vejo o quão grave foi. Refiro-me ao dia em que alguns policiais invadiram a minha casa, sem mandado ou sem qualquer documentação que justificasse a invasão, quando estava somente eu e minha irmã. Minha irmã ficou desesperada e eu estava ali, sem entender o que estava acontecendo muito bem, mas os acompanhando enquanto revistavam a casa inteira à procura de drogas ou armas. Eu só conseguia lembrar da minha mãe falando: “Se algum dia alguém entrar aqui em casa e vocês estiverem sozinhas, fiquem ao lado dessa pessoa o tempo inteiro, porque podem tentar colocar coisa que não é nossa para nos incriminar.” Minha irmã imediatamente ligou para meu pai que saiu do seu trabalho (também na Rocinha) e pegou um mototáxi para chegar mais rápido, e as palavras, as quais não consigo esquecer, foram proferidas pelos policiais para meu pai assim que ele chegou: “Você está preso!” Aquele momento me paralisou, como assim meu pai preso? Ele então saiu da moto e já contestou: “Preso? Por quê? Eu sou trabalhador!” Felizmente, tudo foi resolvido e acabou bem. O que restou para a Aline de hoje são as reflexões sobre o ocorrido, sobre as centenas de casas que são invadidas, sobre a violência policial que afeta famílias, sobre não ter acontecido nada comigo nem com minha irmã e meu pai, mas eu saber que as pessoas são assassinadas sem terem o direito de se explicarem, como meu pai teve.

Essa e outras inúmeras situações me trazem indignação, angústia, tristeza e raiva. Por não sermos ouvidos, por sermos ignorados e muitas vezes tomarem decisões pela gente. Mas, não é de hoje que o povo daqui transforma a indignação em luta. A luta está na história de quem nasceu na Rocinha e na história de quem migrou e encontrou na Rocinha um lar. A luta faz parte de mim, a luta faz parte da história da minha família. Eu escolho contar as nossas histórias nesta dissertação porque elas são necessárias e precisam ser compartilhadas.



Figura 1 - Quem sou eu – Acervo pessoal da autora.

As fotos mostram um pouco os eventos de minha infância, memórias importantes, as quais gosto muito de relembrar. Eu sou aquela que pertence a uma família, a qual será apresentada na subseção a seguir.

1.1 Quem somos nós?

Adiantando o que inicialmente seria feito na metodologia desta dissertação, apresento, agora, as autodescrições da minha família, momento em que cada participante irá descrever quem ele(a) é com suas próprias palavras. Creio ser necessário o fazê-lo neste momento, porque anseio que o leitor comece sabendo um pouco de cada integrante da família desde já.

Para esta etapa da investigação, pedi que cada um gravasse um áudio ou escrevesse sobre si mesmo. Para ajudá-los, sugeri alguns tópicos do que poderia ser abordado - nome, idade, onde nasceu, profissão - deixando-os bem livres para falarem o que quisessem a respeito de si próprios. Fiz o pedido pessoalmente aos meus pais, já com os meus irmãos, enviei uma mensagem por *whatsapp* com o pedido:

*Oi, (nome da pessoa)! Tudo bem?
Deixa eu te pedir uma coisa... estou na parte da dissertação em que preciso apresentar os participantes da pesquisa = vocês KKKK
Na minha área não é legal eu apresentar vocês, falar por vocês... o ideal é que cada um se apresente da forma como desejar!
Então queria que você ou grave um áudio ou escreva sobre você se apresentando.
Nome, idade, onde nasceu, profissão, essas coisas... e o que mais você desejar falar...*

Com meus pais, fiz gravações em áudio com o celular, meus irmãos me mandaram um áudio pela plataforma *Whatsapp* e minha irmã escreveu e me enviou também pelo *Whatsapp*. Utilizarei os nomes verdadeiros e não fictícios de cada participante por escolha própria de cada um, aspecto que explicarei de maneira mais aprofundada no capítulo de metodologia.

1.1.1

Maria: “Graças a Deus deu tudo certo e são todos formados.”

Meu nome é Maria, tenho 54 anos, nasci no dia 19/03/1967. Nasci no Ceará e estou há 25 anos morando aqui no Rio de Janeiro na Rocinha. Vim pra cá porque meu marido só vivia aqui. Passava um ano aqui e um mês no Ceará lá comigo. Aí eu resolvi vir pra cá. Tenho quatro filhos, trouxe meus quatro filhos pra cá. Graças a Deus deu tudo certo e são todos formados. Sou mãe da Maria Aline e desde que eu cheguei aqui do Ceará eu trabalho como empregada doméstica e moro na Rocinha.

1.1.2

Carlos: “...mas a vida é essa, a gente tem que arriscar a gente não pode ter medo, tem que acreditar...”

Meu nome é Carlos Alves Martins. Nasci no Ceará. Tenho 56 anos. Vim pra Rocinha há 39 anos. Comecei a trabalhar em restaurante, trabalhava durante o dia num restaurante e a noite no Largo do Boiadeiro numa barraca. Tive quatro filhos, com muita luta pra vir pra cá e as coisas muito difíceis. Passava um ano aqui e aí passava um mês de férias no Ceará, voltava novamente. Aí no fim da história teve que vir todos os quatro pra cá pra ficar mais fácil, pra ter uma vida melhor, pra ter um estudo de qualidade e hoje já se formaram todos os

quatro. Tenho 5 netos. Trabalho na Rocinha há 20 anos como protético e deu tudo certo a gente criar os filhos na comunidade. A comunidade sempre o pessoal fala que é muito perigoso por causa do tráfico, mas a vida é essa, a gente tem que arriscar a gente não pode ter medo, tem que acreditar, acreditar neles que eles estão começando e sempre foi uma luta muito pesada. Hoje está todo mundo trabalhando. Sou pai da Maria Aline e por aí a gente está morando na Rocinha todo mundo. Todos os quatro trabalhando como professor, ela já é formada, trabalha, os outros também, todo mundo está trabalhando e estamos vivendo a vida. Graças a Deus, é só agradecer a Deus.

1.1.3

Leandro: “Ao chegar no Rio, eu tinha um sonho muito grande de fazer uma faculdade, de crescer na vida, de mudar de vida...”

Então, pessoal, meu nome é Francisco Leandro da Silva Martins, filho de Maria Barbosa e Carlos Alves Martins, filho de dois agricultores da cidade de São Benedito – Ceará, aliás município, né? Onde nasci é um interior com apenas mil pessoas mais ou menos. A região, a gente responde pelo município, a gente é distrito da cidade de São Benedito. São Benedito, aproximadamente cinquenta mil habitantes, distante mais ou menos 500 km da capital Fortaleza. Hoje tenho 37 anos, sou casado, tenho duas filhas uma de dois anos e uma de sete anos já estudando, estão na idade escolar, já estão cursando, já estão estudando. Atualmente, moro na cidade do Rio de Janeiro e trabalho no Rio de Janeiro. Completei o ensino médio já no Rio de Janeiro e meu sonho era fazer uma faculdade desde pequeno. Ao chegar no Rio, eu tinha um sonho muito grande de fazer uma faculdade, de crescer na vida, de mudar de vida, porque meus pais eram agricultores e ambos só tinham o ensino incompleto que, naquele tempo, se chamava o ensino MOBREAL, aproximadamente esse nome, que era saber ler um pouco e escrever um pouco, calcular só pouca coisa. Então, é isso, pessoal, hoje trabalho na área de construção e consegui me formar em educação física e fiz uma pós-graduação em educação física, mas não exerço. Acabei mudando de ramo e hoje trabalho com construção e trabalho também em uma loja de material de construção na Rocinha, negócio próprio. Então é isso, mas sou muito feliz e tenho muito orgulho da minha família, por ter sido o filho mais velho que conseguiu a primeira pessoa que conseguiu a formação da minha geração, e provavelmente devido a isso, a minha família toda também seguiu o caminho e tá formada graças a Deus, todos com sua formação e vivendo do seu próprio trabalho. Obrigado a todos.

1.1.4

Carlin: “Sou formado em história, sou concursado como professor no município de São Benedito...”

Olá, meu nome é Carlos da Silva Martins, conhecido como Carlin. Eu tenho 35 anos. Nasci na cidade de São Benedito, estado do Ceará, no interior do município em um sítio chamado Faveira. Sou formado em história, sou concursado como professor no município de São Benedito, mas atualmente estou

de licença, sem remuneração. Tenho dois filhos, Pedro de 9 anos e Ana Lis com três anos, todos já estudando. Atualmente, eu trabalho no ramo de distribuição de verduras, abasteço uma cidade do Piauí com carregamento de Hortifruti. E também agora estou com um novo projeto em um empreendimento de uma ótica, aqui mesmo em São Benedito.

1.1.5

Karla: “me encantei ao descobrir o quanto a Educação tem o poder de transformar ou reproduzir as desigualdades existentes.”

Me chamo Karla, tenho 31 anos e nasci de parteira no dia 30/10/89 no Ceará. Tenho poucas, mas boas memórias dos primeiros seis anos que vivi lá. Lembro das brincadeiras de comidinha com terra, com bola, do sol quente, da brisa leve no final da tarde, das idas ao rio para tomar banho enquanto minha mãe lavava as roupas, dos encontros de catequese no alpendre que minha avó realizava e dos Caretas que iam nas casas para brincar, cantar e fazer o povo rir. Também lembro do grito: “Nasceu”! no parto da Aline e da mochila rosa que ganhei para iniciar o meu primeiro ano na escola. [...]

Com quase 7 anos de idade cheguei na Rocinha. A viagem foi longa, três dias no ônibus, mas eu amava ver a paisagem apesar de ficar super enjoada!

Aos poucos, fomos nos estabelecendo e construindo uma imagem da Rocinha, diferente da que era transmitida nos telejornais: um lugar formado por gente trabalhadora, sonhadora e que também queria encontrar o seu lugar ao sol. Fui me formando como pessoa cheia de valores que meus pais me passavam e que, mesmo sem terem finalizado os estudos, a educação era prioridade.

Lembro que, para conseguir vaga na escola pública, minha mãe dormiu na fila e fazia o que fosse necessário para que seus filhos estivessem estudando.

Frequentei escolas públicas dentro e fora da Rocinha. Fui bolsista na Puc-Rio no curso de Pedagogia e me encantei ao descobrir o quanto a Educação tem o poder de transformar ou reproduzir as desigualdades existentes. Atualmente, trabalho como professora de Educação Infantil e sigo estudando, aprendendo e experimentando como as crianças enxergam e vivenciam o mundo.

Após a escrita autoetnográfica de quem eu sou e a exposição dos integrantes da minha família, encaminho-me para a elaboração dos objetivos e dos caminhos percorridos desta pesquisa.

2 Caminhos da pesquisa

O anseio por querer mergulhar nas histórias que minha família conta acerca de nossas migrações, além de buscar entendimentos sobre o mundo que nos cerca e sobre as migrações nordestinas para a favela da Rocinha de maneira mais ampla, me direcionou ao questionamento de quem eu sou. Essa reflexão, acompanhada da escrita sobre minha história, me levou a algo que eu já buscava entender há um tempo: minha relação com o Ceará e com a Rocinha.

Acredito que a minha reflexividade quanto às minhas vivências como migrante cearense e moradora da Rocinha estão presentes em minha vida há muito tempo, mas ela se tornou mais intensa no período entre 2013-2018, referente à minha graduação em Letras – Português/Inglês pela PUC-Rio. Em 2016, realizei um trabalho para a disciplina “Linguagem e Sociedade”, ministrada pela professora Liliana Bastos, que consistia na gravação em áudio de uma conversa espontânea, a fim de entender e analisar a dinâmica de uma interação a partir de falas espontâneas, utilizando os constructos da Análise da Conversa. Decidi gravar um café da manhã em família na minha casa, e, para minha surpresa, o tema de afirmação de identidade cearense apareceu com muita força. Houve um conflito na interação, pois ao ouvir minha sobrinha dizer que era carioca, já que tinha nascido no Rio, minha mãe se opôs de maneira firme e enfática, afirmando que ela era sim cearense, mesmo não tendo nascido lá.

Em 2018, quando estava no último período da faculdade, no trabalho final para a disciplina “Oficina de Texto Ensaístico”, lecionada pela professora Claudia Chigres, escolhi escrever um ensaio sobre como eu me conectava (ou não) com o Ceará e com a Rocinha. Antes de iniciar o trabalho, eu conversei com algumas pessoas para compreender o que significava ser desses lugares para elas. Confesso que não foi uma tarefa fácil e eu consegui apenas desenvolver acerca da minha relação com a Rocinha, seguindo uma perspectiva que, analisando hoje, não me agrada tanto. Esse mesmo tema reaparece agora nesta dissertação, em uma das perguntas que faço aos meus familiares. E, dessa vez, eu senti a necessidade de dizer como eu me sentia assim como toda minha família o fez e mergulhar profundamente não só nesse tópico, mas na minha história em si, como pôde ser visto no capítulo anterior. Era preciso abrir meu coração e eu abri.

A escrita do primeiro capítulo, além de ter sido catártica, me auxiliou na delimitação dos objetivos desta investigação. Neste estudo autoetnográfico (Ellis; Bochner, 2000), tenho como propósitos de pesquisa:

- Gerar entendimentos sobre as experiências migratórias da minha família que saiu de São Benedito (Ceará) com destino à favela da Rocinha entre as décadas de 1980 e 1990.
- Olhar para como avaliamos os eventos que circundam nossas migrações.
- Analisar as múltiplas construções das identidades e dos (não) pertencimentos a São Benedito e à Rocinha presentes em narrativas e histórias de vida, atentando para as questões sociais que surgem a partir disso.

A respeito do último objetivo, é necessário frisar que, em minhas análises, procurei relacionar o microdiscursivo (o que está sendo dito) com as questões macrosociais que circundam os eventos narrados. Evidenciando, em uma postura crítico-reflexiva, as relações de poder presentes nessas narrativas, os preconceitos, as crenças, o que significava ser um migrante nordestino nas décadas de 1980 e 1990 morando na favela da Rocinha, dentre tantas outras questões que emergirem. Nesse sentido, penso que, o exame das nossas histórias, possibilitará uma compreensão mais aprofundada das migrações nordestinas para as favelas do Rio de Janeiro de maneira geral, fenômeno social extremamente relevante de ser investigado.

Outro fator importante é o meu compromisso em apresentar como a migração nordestina e os migrantes têm sido pensados, de uma forma breve e ampla, nos estudos das ciências sociais/humanas e estudos da linguagem, criticando concepções preconceituosas e estereotipadas que tratam os migrantes como sujeitos homogêneos que têm experiências igualmente homogêneas.

Com a finalidade de cumprir os objetivos supracitados, divido esta dissertação em oito capítulos.

No primeiro capítulo, conforme já sinalizei, trouxe minhas reflexões autoetnográficas sobre quem eu sou, adentrando em minhas histórias migratórias e em minha vida na favela da Rocinha. Além disso, apresentei a autodescrição dos membros de minha família: Maria, Carlos, Leandro, Carlin e Karla.

Neste capítulo, manifesto a temática abordada, as motivações e os propósitos deste estudo.

No capítulo 3, dedicado à contextualização do tema do trabalho, exponho, em primeiro lugar, a concepção de Nordeste como uma invenção (Albuquerque Júnior, 2011). Em seguida, discorro brevemente sobre o fenômeno da migração nordestina para o Sudeste, articulando autores de diferentes áreas (Lisboa, 2006; Fusco; Ojima, 2015; Rua, 2003; Villa, 2017). Depois, focalizo a migração para as favelas do Rio de Janeiro com base em Perlman (1977), Valladares (2005), Tomaz e Barbosa (2021) e Soares Gonçalves (2006). Finalizo o capítulo com a exteriorização de informações factuais sobre a Rocinha (Soares et al., 2009; Höelz, 2016; Duarte, 2019), além de mobilizar minhas próprias considerações sobre como me construo sendo moradora dessa favela em específico.

No capítulo 4, abordo a primeira parte dos pressupostos teóricos com os quais me alinho, a saber: a Linguística Aplicada Contemporânea, a Prática Exploratória e a Autoetnografia. Dou início às discussões com um panorama sobre a evolução da Linguística Aplicada Contemporânea (Celani, 1992; Kumaravadivelu, 2005; Moita Lopes, 2006; Fabrício, 2006), circunscrevendo o debate da migração e da minha investigação nessa área. Na parte sobre Prática Exploratória (Allwright, 2003; 2005; 2006; 2013; Miller et al., 2008; Miller, 2012) e Autoetnografia (Ellis; Bochner, 2000; Ellis et al., 2011; Ellis; Adams, 2014; Holman Jones et al., 2016), trato de seus conceitos principais fazendo uma relação de como esses campos colaboram para a realização deste estudo.

No capítulo 5, desenvolvo a segunda parte dos referenciais teóricos que guiam este trabalho nos tópicos de identidades, narrativas e avaliação. Na primeira subseção, disserto sobre discurso (Moita Lopes, 2002), coconstrução de identidades (Hall, 2006; Moita Lopes, 2001; 2003; Snow, 2001; Duszak, 2002) e pertencimentos (Krzyżanowski; Wodak, 2008; Angouri et al., 2020), constructos basilares para o alcance do principal objetivo desta pesquisa. A análise de narrativas é o próximo item do capítulo, em que falo sobre o modelo canônico de Labov (1972) e sobre as narrativas não-canônicas (Bastos, 2005; Bastos; Biar, 2015; Garcez, 2001; Bamberg; Georgakopoulou, 2008; Linde, 1993). Por fim, a subseção de avaliação (Hunston; Thompson, 2000; 2006; Alba-Juez; Thompson, 2014) orienta para qual aspecto da narrativa deve-se olhar para análise dos dados.

No capítulo 6, situo o trabalho no paradigma qualitativo-interpretativo de pesquisa (Denzin; Lincoln, 2006) e traço os percursos metodológicos. Nessa empreitada, explico os detalhes procedimentais para realização do estudo: a elaboração do projeto de pesquisa, a geração, seleção e a transcrição de dados. Fecho o capítulo com uma exposição da ferramenta que será utilizada para análise microdiscursiva das conversas, o Sistema de Avaliabilidade (Martin, 2001; Martin; Rose, 2007; White, 2004, 2019).

No capítulo 7, analiso as conversas geradas, procurando embasar minhas reflexões nas discussões presentes, principalmente, nos capítulos 5 e 6. Começo com a análise dos meus pais e as próximas subseções são dedicadas a cada um dos meus irmãos, por ordem de nascimento. Na última subseção, reviso minhas propostas analíticas, retomando os objetivos da investigação e trazendo meus entendimentos.

No capítulo 8, encerro a dissertação com minhas reflexões momentâneas indicando como a pesquisa me afetou ao longo de todo o processo de geração de dados e de escrita. Aponto, ainda, para as possíveis contribuições do estudo para mim e para meus familiares e o desenvolvimento de encaminhamentos futuros.

Diante do exposto, direciono-me, agora, para a explanação contextualizadora do fenômeno da migração para as favelas do Rio de Janeiro, acompanhada de minhas impressões sobre a favela da Rocinha, onde vivo.

3

A invenção do Nordeste e a migração nordestina

Vim do Norte
O quengo em brasa
Fogo e sonho do sertão
E entrei na Guanabara
Com tremor e emoção
Era um mundo todo novo
Diferente meu irmão
Mas o Rio abriu meu fole
E me apertou em suas mãos

Ê Rio de Janeiro
Do meu São Sebastião
Pára o samba três minutos
Pra cantar o meu baião

Luiz Gonzaga – *Baião de São Sebastião*

A migração nordestina para o sudeste é tema de inúmeras músicas do rei do baião, Luiz Gonzaga, que na canção da epígrafe, em específico, relata um pouco sobre os seus sentimentos e impressões ao chegar ao Rio de Janeiro, para onde migrou no fim da década de 1930. Em 2007, como aluna de flauta doce da Escola de Música da Rocinha, participei de um projeto intitulado “O dia que Baião Embolou o Coco e o Xote Freveu na Ciranda”, composto por um repertório de músicas do e sobre o Nordeste, que me colocou em contato direto com as músicas não só de Gonzaga, mas de grandes compositores nordestinos. “Baião de São Sebastião” não estava na lista das canções que tocávamos, portanto, encontrá-la, em meio às minhas pesquisas para escrita deste capítulo foi uma grande surpresa.

A letra me fez refletir sobre a migração da minha família, remontando-me às conversas que tive com meus irmãos sobre suas expectativas ao chegarem na “Cidade Maravilhosa”: a decepção de Carlin ao passar pela ponte Rio-Niterói e a paisagem estar acompanhada de um “fedor de peixe”, e a “cena horrorosa” descrita por Leandro ao sair do túnel Zuzu Angel e se dar conta de que estaria indo para a favela da Rocinha – lugar com “uma casinha em cima da outra”, sem “fachada bonita: um favelaço” – depois de ter visto lugares bonitos como a Lagoa, o Jockey e o Clube de Regatas do Flamengo.

No que diz respeito a mim, a letra da música “Baião de São Sebastião” trouxe-me lembranças de algumas canções que me marcaram enquanto estava no

projeto já mencionado da Escola de Música da Rocinha. Apesar de estar envolvida apenas na execução das melodias tocando a flauta doce, sempre fiquei muito atenta às letras que o coral cantava. O que eu ouvia em “Asa Branca” (a primeira música que aprendi a tocar), “Último pau de arara”, “Baião da Garoa” e “A morte do vaqueiro” dentre outras, tratam de um Nordeste tematizado a partir da seca, do sofrimento, da morte, da saudade e da migração. Com o passar dos anos, passei a sentir um maior incômodo ao ver as mesmas representações sendo veiculadas em filmes, livros, pinturas e no discurso do senso comum, como se houvesse um único Nordeste, uma única história, uma única imagem, um único discurso.

Esta linha de pensamento ressoa na postulação de Albuquerque Júnior (2011) sobre o Nordeste como uma invenção, formulado a partir de uma construção imagético-discursiva garantidora da “identidade, da semelhança, da homogeneidade do espaço e da fixação deste olhar e deste falar “nordestino” e sobre o Nordeste” (Albuquerque Júnior, 2011, p. 81). O apagamento de uma imensidão de histórias, costumes e práticas sociais/culturais, que compõem o que chamo de Nordestes, possibilitou compreender o fenômeno da criação de uma única e determinada forma de visibilidade e de dizibilidade do Nordeste.

De acordo com o historiador, a estiagem, desde a grande seca de 1877-1879, caracteriza-se como um dos elementos que contribuiu para a elaboração de diversas imagens e discursos acerca deste fenômeno, instituindo-se como o problema mais urgente da região, ganhando atenção nos veículos de comunicação nacionalmente, principalmente no Sul do país, sendo a seca, assim, o primeiro atributo que delimita a diferença entre o Nordeste e o “Sul”. Para além da diferenciação dos dois extremos a partir de um fenômeno natural, passou-se a perceber também uma distinção de situação econômica e política identificada pelo Congresso Agrícola de Recife como uma “atuação discriminatória do Estado Imperial em relação a este espaço no que tangia a investimentos, política fiscal, construção de obras públicas e política de mão de obra” (ibid., p. 81). Diante disso, nota-se, após a criação de instituições de combate às secas, conforme aponta o autor, o início da produção de um discurso regionalista homogeneizado do Nordeste por intermédio de intelectuais e políticos.

Além disso, o Congresso Regionalista do Recife, em 1926, organizado pelo Centro Regionalista do Nordeste, teve grande influência na

institucionalização da região e da ideia de Nordeste. A intensa busca por uma identidade e um patriotismo regional surge como uma reação à “globalização do mundo pelas relações sociais e econômicas capitalistas, pelos fluxos culturais globais, provenientes da modernidade” (ibid., p. 90-91). Era necessário, portanto, salvar o “espírito nordestino” com a utilização de argumentos não mais naturalistas, mas com o foco voltado para área da cultura, na constituição de uma tradição que mesclasse, segundo o pesquisador, códigos culturais populares e códigos tradicionais dominantes. Nesse sentido, o folclore eleger-se, dentro da lógica regionalista e tradicionalista, como um facilitador para a absorção dessa identidade regional pelas camadas populares obtendo uma “função disciplinadora, de educação, de formação de uma sensibilidade, baseada na perpetuação de costumes, hábitos e concepções” (ibid., p. 92). Luiz Gonzaga, indubitavelmente, contribuiu para a formação desse imaginário acerca do Nordeste, recorrendo, em suas canções, às temáticas da natureza (a seca e o inverno) e da migração. Na análise de Albuquerque Júnior (2011), as letras de Gonzaga constroem o Nordeste como uma região

(...) dividida entre momentos de tristeza e de alegria. Mesmo para quem dela sai, o migrante, o Nordeste aparece como este espaço fixo da saudade. O Nordeste parece estar sempre no passado, na memória; evocado como o espaço para o qual se quer voltar; um espaço que permaneceria o mesmo. Os lugares, os amores, a família, os animais de estimação, o roçado ficam como que suspensos no tempo a esperarem que um dia este migrante volte e reencontre tudo como deixou (ibid., p. 98).

Cabe pensar, neste momento, que a migração, como um dos eventos que compõe a vida de tantos nordestinos, foi também narrativizada, representada e propagada seguindo uma história única, que normalmente é apresentada de maneira superficial como: a família que sai do sertão do Nordeste devido à seca e à miséria e vai em busca de melhores condições de vida no Sudeste. Isto posto, refletir sobre a migração nordestina em minha pesquisa, a partir das histórias da minha família que saiu do Ceará e veio para a favela da Rocinha, significa circunscrever a discussão no contexto desse Nordeste que foi inventado com suas particularidades – não somente do local, mas de seus indivíduos – apagadas. Por isso, enfatizo a importância do meu posicionamento de que os processos migratórios precisam ser vistos como experiências singulares, subjetivas e únicas,

sendo qualquer tentativa de generalização ou essencialização das experiências ou dos indivíduos migrantes um grande problema.

Antes de apresentar um breve panorama sobre o fluxo migratório do Nordeste para o Sudeste, em específico para as favelas do Rio de Janeiro, tópico da próxima subseção, creio ser oportuno indicar que me alinho à Lisboa (2006) ao definir migração como

uma ação social de caráter individual ou coletiva, espontânea ou forçada, que ocorre através de um deslocamento interno (do campo para a cidade, de uma cidade para outra, no mesmo país), ou externo (de um país para o outro); envolve cruzamento de fronteiras administrativas e políticas (territórios), e fixação de nova residência, bem como um processo de desenraizamento do local de origem seguido de novo enraizamento (aculturação) no local de chegada (Lisboa, 2006, p. 152).

A migração, portanto, caracteriza-se como um fenômeno complexo, principalmente se pensarmos nas migrações internas do Brasil, sendo o Nordeste um terreno fértil para investigar tais dinâmicas migratórias (Fusco; Ojima, 2015). As pesquisas decorrentes desta temática, contudo, necessitam de teorizações e análises que abarquem seus aspectos sociais, históricos, culturais, simbólicos, políticos e econômicos (Rua, 2003), exigindo do pesquisador um olhar investigativo interdisciplinar (Salgado, 2019) em uma discussão com as mais diversas áreas do saber das ciências humanas e sociais.

3.1

Migração Nordestina para o Sudeste e para as favelas do Rio de Janeiro: um breve panorama

A migração do Nordeste para o Sudeste começa a fazer parte da história da minha família quando meu pai, em 1984, um ano após o nascimento de meu irmão mais velho, decide vir para o Rio de Janeiro. Esse foi o destino escolhido devido a uma grande quantidade de familiares aqui já presentes: irmãos, primos(as) e cunhados(as) que já haviam deixado, há um tempo, a cidade de São Benedito, no Ceará em busca de condições de vidas melhores no Sudeste. São Paulo e Brasília também foram locais para onde meus tios(as) e outros parentes distantes também se direcionaram. Tais experiências migratórias familiares, apesar de recentes,

estão inseridas em uma extensa história da migração nordestina para o Sudeste, em especial, a que vem ocorrendo há mais de 100 anos.

A grande seca de 1877-1879, segundo Villa (2017), é o evento que desencadeia uma atenta observação para a migração, quando mais de 350 mil nordestinos, um número bastante significativo, saem de suas terras natais em direção a São Paulo. Em outros momentos posteriores da história, a seca também foi o que motivou o deslocamento de milhares de nordestinos, mas essa associação não se materializou, por exemplo, na seca de 1932-1933, quando se notou, ao contrário do esperado, uma baixa taxa de migração (Villa, 2017).

No que tange às causas da migração, na tentativa de explicar esse deslocamento campo-cidade, atribui-se geralmente a uma ideia de expulsão ou atração a motivos econômicos, familiares ou de saúde (Perlman, 1977)¹. Com relação à teoria da expulsão, expressa-se que as pessoas deixam seu lugar de origem (praticamente expulsas) em razão da “exaustão do solo, condições climáticas precárias (especialmente enchentes ou secas), divisões menores de terra para cultura de subsistência, e a pobreza opressiva das áreas rurais mais remotas.” (ibid., p. 95-96). Apesar do que possa ter ocasionado a migração, pode-se reconhecer nela um projeto individual ou coletivo de “melhorar de vida” (Sarti, 2007, p. 31). No caso de meu pai, a intenção era a de vir para o Rio de Janeiro para trabalhar e conseguir dinheiro para construir uma casa e poder morar com nossa família no Ceará, e lá ficar. A casa foi erguida em 1990 e nos mudamos, mas meu pai sempre acabava voltando para o Rio, em suas palavras, “não tinha como ficar no Ceará”, dado que se tornara insustentável viver apenas com o trabalho na agricultura.

Outro importante acontecimento histórico que impulsionou e ampliou a saída do Nordeste para o Sudeste foi a inauguração da estrada Rio-Bahia em 1949, possibilitando que um contingente maior de pessoas pudesse ser transportadas ao Rio de Janeiro ou a São Paulo, em um caminhão de carga, denominado como pau-de-arara (Villa, 2017). Esse tipo de transporte se tornou tão popular que em 1953, de acordo com o historiador, existiam 289 mil caminhões de carga no país em comparação a 23 mil ônibus que também faziam o referido trajeto. Há de ser dito

¹ É imprescindível considerar também, no caso específico do Ceará e da migração da nossa família, a existência de uma rede migratória do Ceará para o Rio de Janeiro que se estabeleceu no fim da década de 1990 e início dos anos 2000, como apontado por Souza (2006).

que as condições dos paus de arara eram precárias. Eles transportavam em torno de 70 a 100 pessoas, entre adultos e crianças, presos como pássaros em uma gaiola, pois precisavam ficar “agarrados ao gradil do caminhão para se proteger dos solavancos da viagem” (ibid., p. 54).

É necessário compreender que, a partir da década de 1950, o Sudeste encontra-se no apogeu de um processo de crescimento econômico e de modernização, recebendo mais investimentos públicos do que o Nordeste, como já apontado anteriormente. O desequilíbrio entre as regiões se torna, então, visível e as diferenças entre o campo e a cidade passam a ser sublinhadas. Nesse sentido, difunde-se o pensamento de que “o campo é o atrasado e a cidade é o moderno” (Rua, 2003, p. 219). O Nordeste, no entanto, embora carregue o status e o estereótipo de lugar inferior é quem fornece a mão de obra que o Sudeste precisa para dar conta de todas as mudanças e transformações decorrentes da modernidade e da globalização, com a chegada de migrantes para trabalhar nas “grandes obras (metrô, estradas, pontes, represas hidroelétricas)” (ibid., p. 220). Na concepção de Rua (2003), se a migração e o migrante nordestino ora foram vistos como um problema social, agora o nordestino passa a configurar-se como a solução para a falta de força de trabalho nas regiões mais desenvolvidas do país.

Muitos migrantes, ao chegarem nas grandes metrópoles, destinaram-se, como aconteceu no Rio de Janeiro, às favelas da cidade. Esse fenômeno não se deu de imediato com o seu surgimento no fim do século XIX e começo do século XX. Conforme Perlman (1977), começou-se a perceber uma pequena tendência migratória a partir da década de 1920, que atinge seu ápice com uma grande leva de pessoas chegando às favelas durante a era populista, período quando iniciou o processo de favelização na cidade (Valladares, 2005). Tal acontecimento coincide com a percepção deste lugar como um problema social e urbano a ser solucionado.

Na verdade, desde a ocupação por soldados da Guerra de Canudos no Morro da Providência em 1897, é possível perceber o desenvolvimento de uma série de representações de discursos e imagens sobre a favela, por intermédio de jornalistas e escritores, que, através de suas descrições negativas e preconceituosas, já colocavam este local e seus moradores como um problema. Gera-se a partir daí, um pensamento específico sobre as favelas do Rio de maneira geral, sendo elas entendidas como pertencentes a um mundo antigo, bárbaro e

muito diferente da paisagem carioca que começava a se estabelecer no século XX. Nesse sentido, tal como aconteceu no Nordeste, é criado um arquétipo e “um imaginário coletivo sobre a favela e seus moradores” (Valladares, 2005, p. 28), colaborando para a noção da favela também como uma invenção.

Corroboro, dessa forma, às reflexões de Tomaz e Barbosa (2021), ao sugerirem que Favela e Nordeste foram inventados historicamente e discursivamente dentro de uma lógica de exclusão. À vista disso, os estereótipos designados aos nordestinos que migraram para as favelas criam uma espécie de dupla periferia, pois os migrantes “passam a viver, sobretudo, em territórios excluídos (e de excluídos), transformando-se em moradores que saíram da periferia do Brasil – o Nordeste – para a periferia dos grandes centros” (ibid., p. 215).

É nesse cenário, compreendendo a favela em um quadro de exclusão, e principalmente como consequência do advento da modernidade, a dualidade favela *versus* cidade ganha destaque e emergem preocupações de cunho político com relação ao futuro da então capital do Brasil (Valladares, 2005). Os discursos de médicos-higienistas e suas visões acerca da favela, por exemplo, se sobressaem neste momento. Eles consideravam-na como um espaço “anti-higiênico, insalubre, local de concentração de pobres perigosos e área sem lei” (Valladares, 2005, p. 42). Em contraposição à beleza natural da cidade, a favela transmitia “a ideia de doença, mal contagioso, patologia social a ser combatida” (ibid., p. 40-41).

Uma das soluções previstas foi, por exemplo, nos anos 1960 e 1970, a remoção de diversas favelas. Nesse momento, houve, sem dúvida, uma política de erradicação, atestada em várias leis. Essa política consistia na tolerância das favelas nos subúrbios e na destruição daquelas localizadas nos bairros visados pela especulação imobiliária, sobretudo na zona sul da cidade do Rio (Soares Gonçalves, 2006).

Todavia, na perspectiva do jurista e historiador, no fim dos anos 1970 se instaura uma nova mudança na política urbana, uma vez que “apesar das expulsões, as favelas continuaram a abrigar uma grande parte da população da cidade, tornando-se mais do que nunca uma realidade estrutural do tecido urbano” (ibid., p. 9-10). Como consequência, então, surgiram os primeiros projetos de urbanização na década de 1980 com a promulgação de leis e decretos que passaram a garantir a instalação de serviços e equipamentos públicos nas favelas,

sendo elas reconhecidas agora como parte constituinte da cidade. Outro avanço e marco significativo de regularização jurídica das favelas encontra-se na Constituição de 1988, documento que no capítulo concernente à política urbana, descarta as favelas como algo ilegal, não permitindo mais suas remoções e estipulando que elas se transformem em bairros para integrá-las à cidade (Soares Gonçalves, 2006).

Nos anos 1990, há a concretização do que foi proposto pela Constituição, com o lançamento pela prefeitura do Rio do programa “Favela Bairro”, considerado por Soares Gonçalves (2006) como o projeto mais ambicioso de urbanização de favelas empreendido até hoje. O “Favela Bairro” almejava respeitar

o capital construído pelos moradores, complementar ou construir a estrutura urbana principal da favela (saneamento e maior acessibilidade a estes espaços), de forma a preencher todas as condições para se considerarem uma real possibilidade de moradia para uma grande parte da população da cidade. (ibid., p. 16)

Embora idealmente passível de obtenção de sucesso em termos urbanísticos, a explosão do tráfico de drogas que já existia há muito tempo, mas só recebeu a devida atenção a partir da década de 1980, limitou certas empreitadas do programa. A violência urbana toma conta com a ocupação dos narcotraficantes nas favelas e a imposição de seu poder acaba por restringir a atuação e interferência direta do estado, resultando na dificuldade de maior incorporação das favelas às dinâmicas da cidade (Soares Gonçalves, 2006).

É situado neste contexto histórico-político-social das favelas do Rio de Janeiro que, em janeiro de 1996, minha mãe, eu, meus dois irmãos e irmã chegamos à Rocinha, onde meu pai já nos esperava. Minha mãe relata, em nossa conversa para esta pesquisa, o seu sentimento de medo pré-partida, pois temia a criação de seus 4 filhos em uma favela, ao poderem correr o risco de se tornarem bandidos. Leandro, com 12 anos na época, ainda que assustado com o que estava por vir, e Carlin, com 10 anos, desanimado pelo rompimento das amizades do Ceará, colocaram a viagem como algo positivo que mudaria nossas vidas para melhor. Curiosamente, apesar de ter realizado a conversa em dias e horários diferentes, os dois relembram o evento do dia de chegada na Rocinha de maneira bem parecida colocando suas primeiras impressões acerca do local: era um

domingo que fazia bastante calor, dia de feira no Largo do Boiadeiro. Carlin, em sua observação da configuração espacial do lugar, se assusta ao ver que era tudo “apertado e alto”, em comparação à cidade do interior onde tudo é largo e plano: “meu pai vai me colocar em um beco sem saída agora”, ele diz. Leandro, lança o olhar para o forró de esquina e a música alta, questionando: “é aqui mesmo, pai?”.



Figura 2 - Largo do Boiadeiro, Rocinha. Foto de Renato Oliveira (Instagram: @renato_errejota) (2018).

A favela da Rocinha, localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro entre os bairros da Gávea e São Conrado, é a maior favela do Rio de Janeiro e do país, contabilizando em 2010 um número estimado de 98.319 habitantes (Censo do EGP², 2010). Uma análise de sua história a coloca como um exemplo de favela que nasce e cresce resultante de um processo de expansão imobiliária da cidade (Nunes, 2008). Seu surgimento data do início do século XX, quando a localidade que se estendia do Alto da Gávea até São Conrado era chamada Fazenda Quebra-Cangalha, onde havia a criação de gado, produção de café e de cana-de-açúcar. Por volta da década de 1920, a fazenda tornou-se um ambiente de pequenas plantações (Soares et al., 2009), fato que contribuiu para uma das explicações de

² Escritório de Gerenciamento de Projetos do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

origem para o nome Rocinha: havia uma feira na Praça Santos Dumont na Gávea que, quando questionados de onde vinham os alimentos, os vendedores diziam que eram “da rocinha”³.

A partir da década de 1940, a Rocinha passou a ser um destino muito procurado e sua ocupação se expandiu por conta de sua localização na Zona Sul, onde passava-se a ter uma grande oferta de trabalhos. A favela da Rocinha, logo, se tornou lar para milhares de nordestinos, sejam aqueles que já vinham diretamente para cá, sejam aqueles que já tinham se instalado em outras favelas do Rio ou na Baixada Fluminense, mas que optaram pela moradia aqui, pela menor distância do trabalho (Höelz, 2016).

Ao longo dos anos 1970 e 1980, os primeiros planos de urbanização são projetados para a Rocinha. Entretanto, faltavam inúmeros serviços públicos básicos como o fornecimento de energia e saneamento básico, demandas que aos poucos passam a ser atendidas (mas não por completo) com a reivindicação dos moradores (Höelz, 2016). Ainda após a Rocinha ser reconhecida como bairro pela Lei 1.995 de 18 de junho de 1993, persiste a ausência de obras para melhoria de infraestrutura, redes de esgoto e abastecimento de água.

Para além das informações factuais sobre a Rocinha, as quais considero ser muito pertinentes de serem apresentadas aqui, sinto ser extremamente necessário descrever brevemente uma visão pessoal e afetiva do que vejo sobre a minha Rocinha. Digo “minha” porque dentro da imensidão do que é esse lugar e da grande quantidade de moradores que aqui habitam, há também infinitas possibilidades de visões, pensamentos e construções por parte dos residentes, ora convergentes ora divergentes acerca da Rocinha e de como é viver aqui. Até mesmo dentro do meu contexto familiar, as opiniões podem ser diferentes. Afinal, somos seres únicos e o que pretendo nesta escrita é a não generalização, então tomo o cuidado e afirmo que verbalizo como eu, Aline, vejo e sinto a Rocinha.

Enquanto lia pesquisas acadêmicas que tiveram a Rocinha como seu local de investigação, deparei-me com um sentimento compartilhado por quase todos os pesquisadores que não residem aqui, ao descreverem suas primeiras reações em suas vindas à favela. O sentimento era de surpresa e choque – subir o morro e ver a enorme variedade de comércio, lojas, becos, casas, restaurantes e “tem até

³ Informação disponível em: <http://memoriarocinha.com.br/linha-do-tempo/>.

banco”, essa é uma fala comum de se ouvir de pessoas que não conhecem a favela. Além disso, há o susto pelo número de pessoas que circulam nas ruas o tempo inteiro e os incontáveis mototaxistas que dividem a Estrada Gávea com as vans e os ônibus. Não invalido a sensação que essas pessoas tiveram. Pelo contrário, entendo que pode ser realmente surpreendente para quem é de fora adentrar nesse mundo que é a Rocinha.

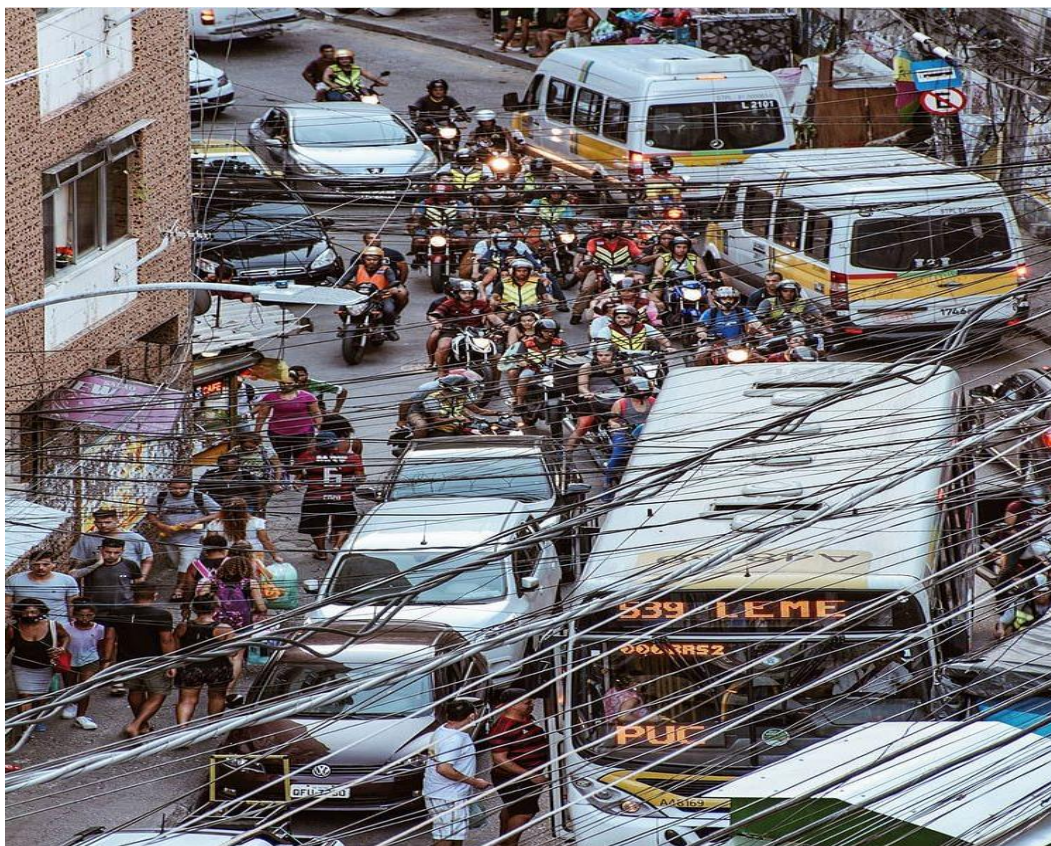


Figura 3 - Curva do S. Foto de Renato Oliveira (Instagram: @renato_errejota) (2021).

No entanto, a cada leitura desses trabalhos, fui me dando conta de que não era assim como eu me sentia com relação à Rocinha. Em outras palavras, eu não me vi representada em tais descrições e todo aquele espanto e surpresa presente nos textos para mim é natural, pois envolve situações corriqueiras do meu dia a dia. Essa Rocinha encontrada nesses estudos era, portanto, a Rocinha dos outros e não a minha, antecipando a discussão da próxima seção sobre “nós e outros”.

A Rocinha é para mim esse local agitado mesmo, como as pessoas relatam. Comparando-a com uma cidade que não dorme nunca, a Rocinha oferece milhões de possibilidades como se, literalmente, não fosse preciso sair daqui para

resolver/comprar qualquer coisa. Apesar da violência, com a qual tive que lidar de forma mais presente e visível durante minha infância e adolescência, aqui é onde me sinto segura independente do horário, estando acompanhada ou não.

Durante a infância, andei muito pela Rocinha nas casas dos meus parentes que também tinham vindo do Ceará, o nosso passeio era esse: visitar a família e nos reunirmos. Da parte alta, localizada no 99, até a parte baixa no Valão, foram muitas experiências em becos. Sempre íamos em casas em que precisávamos passar pelos becos ou até mesmo escolhíamos ir pelos becos para cortar caminho. Os becos são como labirinto, e eles promovem uma experiência única. É preciso conhecer o beco para não se perder e chegar ao destino pretendido. Quem conhece e sabe andar pelos becos, na minha opinião, ganha o título de um verdadeiro “cria da favela”. Depois de três vezes andando pelo mesmo beco, era possível aprender o caminho correto, de acordo com as minhas vivências. Em um trabalho desenvolvido quando estava na graduação, escrevi sobre a sensação de estar em um beco, baseado em minhas próprias experiências crescendo na Rocinha:

um beco: casas superpostas e grudadas umas nas outras, milhões de fios, um bar, dois, bandidos e armas, venda de drogas, uma entrada à direita que leva a outro beco, as conversas ultrapassando as paredes, o esgoto a céu aberto com a chuva não combina, uma lan house e a fila de crianças para jogar no meio do caminho, se entrar aqui dá pra sair numa lanchonete, lá corre o risco de entrar na casa de alguém,

Muita escada,

Cortando caminho pra chegar

mais rápido...

vizinhos

que se ajudam e que conversam no meio literalmente do caminho,
uma caixa d'água no meio

do caminho não dá, só uma pessoa passa, não é via de mão dupla, funk e forró na disputa do som mais alto, esse sai no boiadeiro? olha sempre pra frente e não encara ninguém, sempre erro essa entrada, um outro mundo dentro de um mundo maior, e o inesperado não para de me surpreender, mas eu ainda não cheguei na saída desse labirinto⁴... (Martins, 2018, p. 2)

Além do beco, há outros aspectos da favela que me fascinam. As lajes, por exemplo, com suas vistas esplêndidas, e não só aquelas de frente para a praia de

⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=T7P-YuQSPKw> - para ver a que tipo de beco me refiro, não especificamente ao do vídeo, mas à noção de beco, de modo geral.

São Conrado, mas aquelas em que vemos grande parte da favela. A laje, especificamente a da Rocinha, foi investigada por Duarte (2019), até então moradora local com o objetivo de compreender o que ela representava em termos materiais e afetivos para o morador da Rocinha. Em sua pesquisa, a autora concebe a laje como um patrimônio, capaz de proporcionar bem-estar e qualidade de vida para o(a) morador(a) favelado(a). A fim de analisar a laje, a geógrafa selecionou quatro famílias - uma delas sendo a minha - para realizar entrevistas com o propósito de entender seus usos e funções, bem como conhecer a história que envolve sua construção.

Para ilustrar com a minha história, a construção da laje da minha casa com vista foi fruto de muito trabalho e muita luta que só se concretizou 15 anos depois do início das construções que ocorreu no início dos anos 2000. Somente após 8 andares construídos, conseguimos ser um prédio alto o suficiente para ter vista. Uma vez que morávamos em uma casa alugada, conseguir construir uma casa com laje, vista e não pagar aluguel configurava-se como um sonho em que todos trabalharam e se esforçaram muito para realizá-lo. O alcance da vista da laje chegou em um momento muito significativo na minha vida e na da minha família, que foi quando me formei em Letras – Licenciatura Bilíngue - Português/Inglês e respectivas literaturas pela PUC-Rio. Na ocasião, decidi fazer uma festa de comemoração com meus amigos e familiares na minha laje.



Figura 4 - Imagem panorâmica da minha laje. Acervo pessoal da autora (2018).

Infelizmente, nossas histórias na laje não remetem apenas a momentos felizes. Em entrevista realizada com Duarte (2019), meu irmão mais velho, Leandro, ao ser questionado sobre um momento marcante que aconteceu na laje, relembra um dos eventos mais apreensivos e assustadores que vivemos devido às fortes chuvas na Rocinha.

L. – Aqui atrás existia um muro e não tinha outra construção. Então, toda vez que chovia, a gente tinha medo, porque a água da chuva acumulava na laje e descia para nossa casa. Chovia lá fora e quase que dentro de casa. Então quando estava chovendo era um momento de apreensão. Eu não dormia, meu pai não dormia. Tinha que ficar vigiando e com medo, porque lá em cima tinha um muro, tinha um barranco enorme. Então todo mundo tinha medo e não via a hora do vizinho chegar aqui e fazer a obra dele. Aí o cidadão foi lá, fez uma obra malfeita, bateu uma chuva daquelas, derrubou um muro em cima da obra dele. E, nesse momento que o pai está falando, foi o momento que eu corri para lá para saber o que tinha acontecido e, nesse mesmo momento, quando meu pai chegou lá, viu o muro descendo e a imagem que ele tinha é que eu tinha descido junto. E a imagem que eu tinha vendo minha mãe aqui, minhas irmãs, dormindo, é que tinha quebrado tudo lá para baixo. Então foi choque. Essa memória marcou mesmo, foi pesada. (Duarte, 2019, p. 59)

Ainda na esfera das vistas, me encanta avistar a Rocinha de longe, ao voltar da Barra da Tijuca, Zona Oeste, principalmente à noite. Algo que poderia se assemelhar a imagem abaixo:

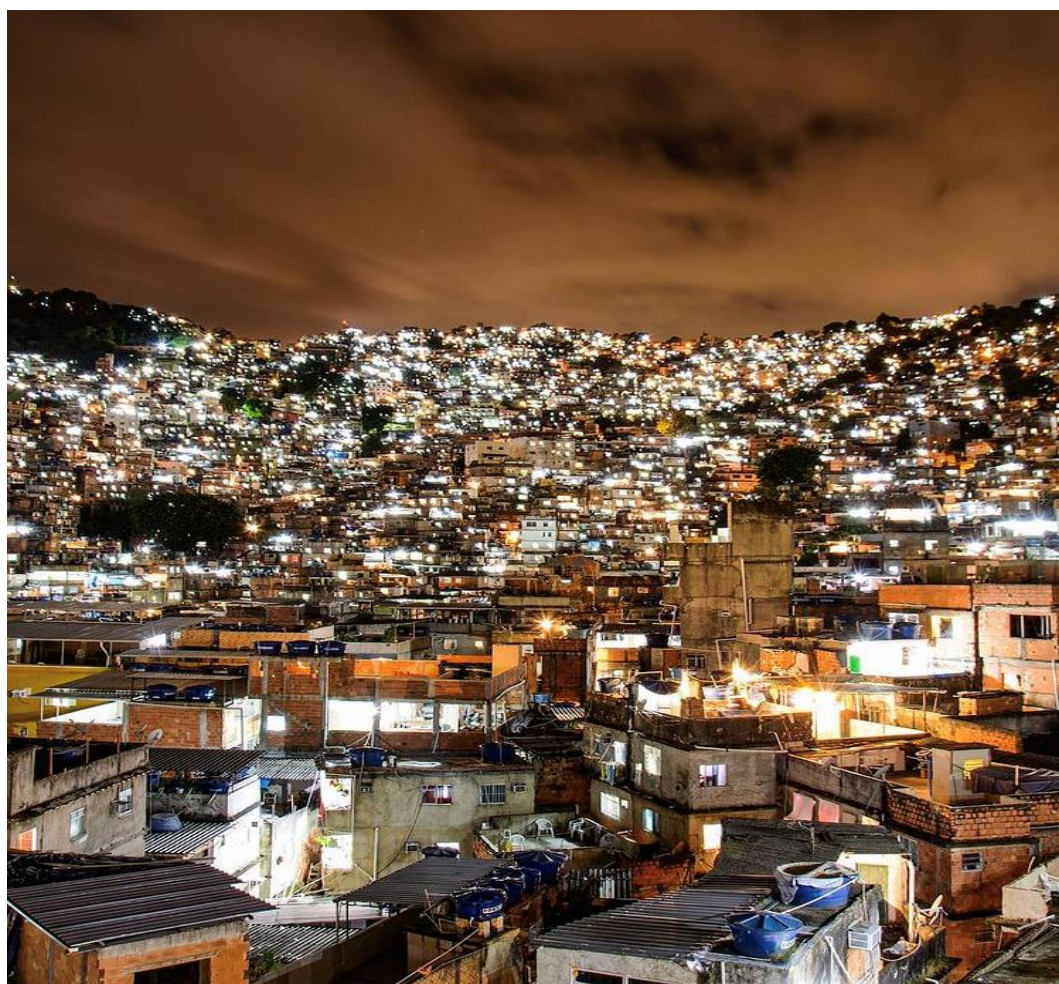


Figura 5 - Favela da Rocinha à noite. Foto de Renato Oliveira (Instagram: @renato_errejota) (2021).

Olho para essa fotografia e, além da grande dúvida pairando sobre como aquela casinha lá em cima do morro, quase chegando no céu, foi construída, me admiro com a beleza e reflito sobre as vidas das pessoas que aqui habitam. Ainda me gera muita indignação ouvir e ler alguns discursos que circulam sobre a Rocinha e outras favelas, principalmente na mídia, impregnados de estereótipos negativos e pré-julgamentos. Encaro esse lugar como uma potência com uma infinidade de histórias e trajetórias que inspiram, de pessoas que foram acolhidas na Rocinha, como eu, e que cresceram ouvindo que deveríamos ter vergonha do lugar onde moramos. No meu caso, prevalece o sentimento de orgulho de aqui residir, o de pertença e o de satisfação pelos vínculos que criei com as pessoas e com o local.

4

Alinhamentos teóricos I: Linguística Aplicada Contemporânea, Prática Exploratória e Autoetnografia

Neste capítulo, trato das perspectivas teóricas que informam este estudo, no que se refere às áreas da Linguística Aplicada Contemporânea, da Prática Exploratória e da Autoetnografia.

No âmbito dos estudos da linguagem, esta dissertação insere-se na área da Linguística Aplicada Contemporânea (Moita Lopes, 2006). Antes de abordá-la, é necessário explicar de forma breve o que seria a Linguística Aplicada (sem o adjetivo contemporânea) e como ela foi pensada em seu início e sua evolução ao longo dos anos.

Conforme apontam Celani (1992) e Davies (1999), encontrar uma definição satisfatória para Linguística Aplicada foi uma tarefa difícil. No livro “Introducing applied linguistics” de Pit Corder de 1973, a Linguística Aplicada é concebida como o estudo científico dos princípios e da prática do ensino/aprendizagem de língua estrangeira (Corder, 1973 apud Celani, 1992), concepção também adotada pelo Longman Dictionary of Applied Linguistics de 1985 (Richards et al., 1985 apud Celani, 1992).

Além disso, Corder (1973) ainda caracteriza a LA como a aplicação de conhecimento linguístico a algum objeto que utiliza resultados de estudos teóricos de outros campos do saber, sendo, portanto, uma área de consumo e não de produção de teorias (Corder, 1973 apud Kumaravadivelu, 2005). Nessa perspectiva, a LA é apenas vista como aplicação da linguística principalmente ao aprendizado, planejamento e ensino de língua inglesa (Kumaravadivelu, 2005).

A década de 1990 traz visões ampliadas de Linguística Aplicada que podem abranger assuntos fora do campo de ensino/aprendizagem de línguas. Uma delas é a de Brumfit (1997b) que alega que a LA seria a investigação teórica e empírica de problemas reais do mundo em que a linguagem tem um papel central (Brumfit, 1997b apud Davies, 1999). De modo complementar, busca-se estabelecer a relevância de estudos teóricos de linguagem aos problemas do dia a dia em que a linguagem está implicada (Widdowson, 1996 apud Kumaravadivelu, 2005). Mais do que investigar teoricamente e empiricamente esses problemas, a LA teria como propósito solucioná-los ou pelo menos melhorá-los (Davies, 1999).

Se o interesse da LA reside em problemas sociais envolvendo a linguagem, é possível inseri-la na área das Ciências Sociais, visto que o seu foco encontra-se na resolução de questões de uso da linguagem enfrentados pelos participantes do discurso no contexto social, isto é, usuários da linguagem (leitores, escritores, falantes, ouvintes) dentro do meio de ensino/aprendizagem e fora dele (por exemplo, em empresas, no consultório médico etc.) (Moita Lopes, 1996). Na tentativa de solucionar esses problemas, a LA, em uma ótica multidisciplinar (Celani, 1992) pode buscar subsídios teóricos em outras disciplinas além da linguística como a psicologia e a educação dentre outras a depender das condições dos problemas a serem investigados (Moita Lopes, 1996).

Nesta empreitada interdisciplinar, observa-se o começo de uma LA que não é necessariamente dominada pela Linguística, tornando-se independente e caminhando para ser uma área de conhecimento de foro próprio. Podendo fazer uso de um número aberto de disciplinas relacionadas com a linguagem, a LA firma-se para uma área que vai além da aplicação da Linguística, também desfazendo-se de sua identidade única do estudo voltado ao ensino de línguas (Celani, 1992).

Os anos 1990, de fato, contemplam o princípio de uma insatisfação a respeito da maneira como a pesquisa em LA vinha sendo desenvolvida. Porém, os anos 2000 representam um momento intenso de questionamento das bases epistemológicas do que foi denominado uma LA modernista (Moita Lopes, 2006) ou LA normal (Davies, 1999 apud Moita Lopes, 2006). Instaura-se, a partir de então, a necessidade de construir novos modos de teorizar e fazer LA, buscando ir além da discussão sobre a diferença entre aplicação de linguística e linguística aplicada (Moita Lopes, 2006), o que passou a ser feito dentro da área da Linguística Aplicada Contemporânea que será abordada nos parágrafos a seguir.

O primeiro ponto a ser debatido é a redefinição do que seria a Linguística Aplicada Contemporânea, diferindo-se da definição de uma LA normal, mencionada anteriormente. Moita Lopes (2006) assinala que a LA Contemporânea tem como finalidade “criar inteligibilidade sobre problemas sociais em que a linguagem tem um papel central” (Moita Lopes, 2006, p. 14). Nessa nova concepção, abre-se espaço para a problematização de questões que envolvem a linguagem, descartando-se a noção antes defendida pela LA de encaminhar soluções ou resolver essas questões em uma lógica solucionista que

apagam “a complexidade e efemeridade das situações de uso que, não necessariamente, se replicam da mesma forma, o que impossibilita pensar em soluções” (ibid., p. 20).

No tocante à visão de linguagem na Linguística Aplicada Contemporânea, Fabrício (2006) aponta que, a LA Contemporânea em muitos de seus estudos compreende a linguagem como “prática social” sendo necessária a sua observação em uso em função dos elementos contextuais que a permeiam. Se estudar linguagem significa também estudar a sociedade e a cultura, torna-se fundamental, portanto, considerar o que outras áreas, tais como as ciências sociais e humanidades, têm a dizer sobre a linguagem, com vistas a uma Linguística Aplicada que dialoga com o mundo contemporâneo, salientando o lado social, o político e a história nas práticas discursivas pesquisadas (Moita Lopes, 2006).

Esse diálogo com o mundo contemporâneo advém da necessidade de compreendermos as rápidas mudanças sociais, culturais, econômicas e tecnológicas que afetaram gerações passadas e continuam nos afetando positiva e negativamente. Diante disso, não é mais suficiente uma investigação restrita apenas à descrição linguística ou a aspectos gramaticais da língua. Nesse sentido, a LA Contemporânea se define hoje não como uma disciplina, mas como uma área de estudos “Indisciplinar”, em que a investigação teórico-metodológica de diversos contextos de usos da linguagem passa a ser construída sob o viés de várias áreas do conhecimento de forma interdisciplinar e transdisciplinar (Moita Lopes, 2006; Fabrício, 2006). A possibilidade de obtermos entendimentos sobre a linguagem provenientes de outros campos do saber pode contribuir para que haja a “renarração ou redescrição da vida social como [ela] se apresenta” (Moita Lopes, 2006, p. 90), podendo falar à complexidade da vida contemporânea.

Além disso, a LA Contemporânea carrega diversas críticas à modernidade, preocupando-se com a reinvenção de formas de produzir conhecimento, a partir de seu comprometimento com um novo paradigma social e epistemológico que se afasta de um olhar ocidentalista e hegemônico para o conhecimento e como forma de pensar o mundo (Moita Lopes, 2006).

A título de ilustração, o sujeito inscrito na produção de conhecimento em LA é algo que vem sendo criticado e revisto. Antes, nos ideais da modernidade, o sujeito social era visto como homogêneo e essencializado e a pesquisa o descorporificava na tentativa de “apagar sua história, sua classe social, seu gênero,

seu desejo sexual, sua raça, sua etnia etc” (ibid., p. 22). Acredita-se que a alternativa para essa episteme seja:

a possibilidade política de que a pesquisa contemple outras histórias sobre quem somos ou outras formas de sociabilidade que tragam para o centro de atenção vidas marginalizadas do ponto de vista dos atravessamentos identitários de classe social, raça, etnia, gênero, sexualidade, nacionalidade etc. Esse percurso parece essencial, uma vez que tais vozes podem não só apresentar alternativas para entender o mundo contemporâneo como também colaborar na construção de uma agenda anti-hegemônica em um mundo globalizado, ao mesmo tempo em que redescreve a vida social e as formas de conhecê-la. (Moita Lopes, 2006, p. 27)

Para essa coligação anti-hegemônica, Milton Santos (2000) indica que as alternativas se encontram no Sul, isto é, é necessário contemplar as vozes do sul, criando inteligibilidades com base e a partir das vozes dos excluídos que estão à margem da sociedade: os pobres, negros, favelados etc. (Moita Lopes, 2006). Essa virada epistemológica para a periferia e a partir da periferia (Kleiman, 2013) entende agora o indivíduo como ser fragmentado, heterogêneo, fluido e com múltiplas identidades sempre abertas a revisões.

Com as vozes e os olhares do Sul, é possível pensar em uma produção de conhecimento em que teoria e práticas sociais não mais se separam, se unem para construir conhecimento que seja “responsivo à vida social” (Moita Lopes, 2006, p. 100), sem desconsiderar as vozes, as histórias e os corpos dos que a vivem, como tradicionalmente foi feito durante muito tempo em uma ciência moderna de cunho positivista.

A LA Contemporânea caracteriza-se também por adotar um compromisso ético na pesquisa e na vida social, com base na exclusão de significados que causem sofrimento humano. Essa perspectiva ética, apoiada em significados advindos das vozes dos excluídos e marginalizados, pode colaborar para a construção de uma sociedade mais humana, mais justa que se solidariza mais com o sofrimento do outro (Moita Lopes, 2006).

Considerando tudo que foi exposto, é na Linguística Aplicada Contemporânea que me inspiro para realizar esta pesquisa. O que aqui pretendo desenvolver busca pensar e refletir acerca dos seguintes tópicos tomados como procedimentos metodológicos propostos por Fabrício (2006). A autora destaca que é necessário:

- Interrogar-nos acerca da relevância social da temática e do objetivo gerais de nossos estudos, tendo em vista os atores sociais que vivenciam as práticas envolvidas no fenômeno a ser focalizado.
 - Refletir sobre como a temática vem sendo tradicionalmente tratada, atentando para considerações que guardem traços e pressupostos de uma episteme ocidentalista (sobretudo a construção de relações de causalidade, articulações de obviedade, explicações definitivas, certezas bem alicerçadas, provas incontestáveis, idéias consensuais etc.).
 - Inserir o objeto de estudo em amplo campo de problematizações, contextualizando-o local e globalmente no momento contemporâneo.
 - Ser cauteloso quanto a generalizações possíveis, circunscrevendo os sentidos produzidos aos discursos e às práticas dos atores sociais que os fabricam e vivenciam (o que inclui o próprio pesquisador). Para isso, é necessário certificar-se de quais são os jogos de linguagem vigentes.
 - Pensar, operando em uma dimensão ética, nos possíveis efeitos e consequências do caminho percorrido pelo pesquisador, interrogando-nos a quem eles podem atingir/beneficiar/prejudicar, e de que forma.
- (Fabrício, 2006, p. 59)

Nesse sentido, o primeiro ponto a ser discutido é sobre a relevância social desta pesquisa. Para além da relevância pessoal de poder me aprofundar nas minhas histórias e nas da minha família, as quais envolvem a nossa saída do Ceará em direção à Rocinha, é indispensável levar em consideração também o compromisso social/político que tenho como pesquisadora ao abordar o tema da migração nordestina para as favelas do Rio de Janeiro. Isso definitivamente implica em uma análise mais cuidadosa de como a migração foi debatida nas mais variadas áreas a fim de que haja um afastamento de concepções que generalizam os fenômenos migratórios e estereotipam os migrantes e suas trajetórias. Esse movimento que conduz para um olhar mais humano para a migração é o que tentei articular no capítulo 3.

Além disso, compreendendo que as nossas histórias estão situadas sócio-histórico-culturalmente, torna-se fundamental entender que não podemos afirmar, em hipótese alguma, que todas as pessoas que deixaram o Ceará e vieram para a Rocinha tiveram as mesmas experiências que nós. Até mesmo dentro da minha família, cada um de nós teve vivências únicas que não poderiam ser replicadas, uma vez que são singulares. Ainda assim, muitas pessoas podem se reconhecer nas narrativas ou dizer que se sentiram de forma parecida, ou seja, tratar desses acontecimentos tão pessoais e particulares pode colaborar para uma compreensão mais “global” e social do fenômeno da migração nordestina para as favelas e suas implicações no mundo contemporâneo.

Dentro do grande campo da Linguística Aplicada Contemporânea, há muitas áreas que propõem seguir uma agenda de pesquisa que focaliza o humano e seus atravessamentos de identidade, raça, classe, gênero, ao mesmo tempo em que se debruça para investigar o discurso/linguagem e a vida social. Além disso, nessas áreas há uma preocupação com a maneira como a pesquisa é conduzida, desde o processo de geração de dados até a redação da monografia/dissertação/tese, principalmente com relação a quem são os participantes e como atuam durante a investigação.

A Prática Exploratória se configura como uma dessas áreas, vislumbrando-se, segundo seu precursor Allwright (2006), como um paradigma alternativo e possível de pesquisa acadêmica. Nos parágrafos a seguir, explicarei um pouco sobre o que é e o que se faz em Prática Exploratória, buscando estabelecer diálogos com minha pesquisa de dissertação a fim de demonstrar como ela fornece constructos teórico-metodológicos que me auxiliam na investigação do que aqui proponho.

Idealizada por Dick Allwright nos anos 90, a PE é entendida como “uma maneira indefinidamente sustentável em que professores e alunos, durante o processo de ensino e aprendizagem, se engajam para entender a vida na sala de aula” (Allwright, 2005, p. 361). Dentro dessa abordagem, professores e alunos são ‘agentes’ no movimento de “trabalhar para entender”⁵ suas questões (Miller et al., 2008), no que é denominado “pesquisa do praticante”⁶ (Allwright, 2003). Como é possível perceber, a PE surge inicialmente com o foco para a sala de aula de língua estrangeira. No entanto, suas bases teóricas têm sido revistas e, hoje, o fazer investigativo da PE pode ser estendido para qualquer contexto profissional ou até mesmo pessoal-familiar, como é o caso da minha pesquisa autoetnográfica.

Partindo do pressuposto que a pesquisa, na perspectiva da PE, é sobre a geração de entendimentos e que esses são imprescindíveis para lidar com a vida (Allwright, 2013), a PE dirige-se para a “ação para entender”, guiando-se pelos seguintes princípios:

Priorizar a *qualidade de vida* vivenciada no grupo de reflexão;
Trabalhar para *entender* a vida neste grupo;
Envolver *todos* neste trabalho;

⁵ Cf. “work for understanding”.

⁶ Cf. “practitioner research”.

Trabalhar para a *união* de todos;
 Trabalhar para o *desenvolvimento mútuo*;
 A fim de evitar que o trabalho esgote seus participantes, *integrar*
 esse trabalho para o entendimento com a reflexão feita pelo grupo;
 Fazer com que o trabalho para o desenvolvimento e a integração
 sejam *contínuos*;
 (Adaptado de Miller et al., 2008, p. 147 e 153, grifos das autoras).

No que diz respeito ao primeiro princípio, é preciso atentarmos para o que, de fato, está em jogo quando tratamos de qualidade de vida. Priorizá-la significa que serão observados e levados em consideração as interações e os acontecimentos daquele momento em específico, sejam eles bons sejam eles ruins. Dessa maneira, quando se trabalha para entender a vida (segundo princípio), almejando propiciar reflexões mais profundas sobre a mesma, pode ser possível “aproximar os vínculos entre os seres humanos envolvidos, tornando tal qualidade de vida a cada dia mais positiva e proveitosa” (Moura, 2007, p. 36).

Nesse contexto, a qualidade de vida é priorizada quando emergem os “*puzzles*” ou questões instigantes (Barreto et al., 2019) que, em ambientes pedagógicos podem surgir tanto de professores quanto de alunos. Os puzzles são o pontapé inicial para que o trabalho de entendimento da vida seja viabilizado na comunidade exploratória, o que é feito através das “Atividades Pedagógicas com Potencial Exploratório (APPE)” que aqui serão recontextualizadas para “conversas com potencial exploratório” (Miller, 2012). Nessas interações, os praticantes não precisam chegar a alguma solução para o *puzzle*/questão/problema ou a uma conclusão final. A intenção dessa atividade/conversa é de puro entendimento do que os praticantes estão investigando sem a espera de resultados concretos. O que prevalece, em termos éticos, é a preocupação e o respeito com o outro, assemelhando-se ao que é proposto pela Linguística Aplicada Contemporânea (Miller, 2012).

Isso me guia ao ponto sobre integração das conversas com as reflexões feitas pelo grupo familiar, sexto princípio. Percebo já há algum tempo que tais práticas de conversas são muito comuns em minha casa: de uma maneira ou de outra sempre estamos falando do Ceará, de nossos familiares de lá, das nossas vivências aqui na Rocinha, algumas vezes relembrando momentos vivenciados assim que migramos e nossas lutas para chegarmos aonde chegamos. Por ser algo já extremamente natural, meus esforços se concentraram em fazer com que tais

momentos juntos fossem oportunidades para coconstruirmos, a partir de nossas narrativas afetivas, reflexões profundas que pudessem propiciar entendimentos de quem somos nós no mundo.

Essa postura de construir sentidos com o outro denota o tom de inclusividade da PE presente no segundo, terceiro e quarto princípios, conceituado por Miller (2012, p. 333) como a “ética da inclusividade”. O trabalho para o envolvimento, a união de todos e o desenvolvimento mútuo estiveram muito presentes durante todas as fases da pesquisa, principalmente na etapa de geração de dados com a participação ativa dos membros da minha família. Logo depois de realizar a conversa exploratória com minha irmã, Karla, nossa conversa continuou no *Whatsapp* quando ela disse ter recordado do dia em que eu nasci. Minha mãe, Maria, logo após eu ter conversado com meu irmão Carlin, que mora no Ceará, ficou super curiosa para saber o que tínhamos debatido. As trocas de mensagens com Carlin se tornaram frequentes, com indicações de leituras propostas por ele e de trocas sobre leituras que eu vinha fazendo. Eu e minha mãe relembramos de uma carta escrita por Carlin em 2010, que estava em algum lugar da casa e conseguimos encontrar. Juntas também revisitamos algumas fotos para tentar lembrar das situações narradas nas conversas. Até mesmo na tarefa para se autodescreverem, que está descrita no capítulo 1 (subseção 1.1), todos quiseram ouvir/ler o que cada um falou. Apesar de ter escolhido que as conversas e o momento de autodescrição fossem individuais, pois tive receio de que alguns falassem mais que os outros, tenho a sensação de que fizemos um mergulho em conjunto nas histórias de nossas vidas.

Chego ao momento em que acredito ser muito oportuno trazer uma definição de PE de Walewska Braga, praticante exploratória, professora da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro, com quem tive o prazer de trabalhar durante minha participação como bolsista no PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) na PUC-Rio. Walewska, assim, pensa que:

A Prática Exploratória é viver, interagir e partilhar tentando entender o porquê de tudo que nos chama atenção. Falar sobre PE sempre é agradável e ao mesmo tempo difícil pois acho que é mais vivência do que definição. (2013 apud Ewald, 2015, p. 39).

Sinto que, ao desenvolver esta investigação com os integrantes da minha família, estou vivendo a Prática Exploratória realmente como uma filosofia de vida (Miller, 2012), como tantos membros da PE afirmam. Atenta ao que vejo, ao que eu ouço, ao que falo, observando minhas questões instigantes e construindo com quem me rodeia, com quem convivo, certa de que não tenho e não terei respostas definitivas, mas sabendo que esse processo me auxiliou e me auxiliará em entendimentos profundos da vida, da sociedade, de quem sou e de quem nós somos.

A autoetnografia é também uma das áreas que me permite isso, ao poder incluir meus sentimentos, pensamentos e emoções enquanto escrevo como pesquisadora e como participante da pesquisa, me possibilitando uma (auto)reflexão e um entendimento profundo de mim mesma, dos que me cercam, do tema que investigo e da sociedade e da cultura de maneira geral (Ellis; Bochner, 2000). Como um método qualitativo-interpretativo e crítico de pesquisa (Holman Jones et al., 2016), a autoetnografia se propõe a descrever e analisar experiências pessoais com o intuito de compreender experiências culturais, acomodando abertamente, em seu fazer investigativo, a subjetividade, a emocionalidade e a influência do pesquisador no estudo, ao considerar a impossibilidade da neutralidade, impessoalidade e objetividade científica (Ellis et al., 2011).

A empreitada de escrever sobre mim trouxe muita emoção e muito medo. Antes mesmo desse processo, ao lembrar das conversas com meus familiares, não conseguia conter o choro a qualquer momento do dia ao recordar algumas situações ditas por eles. Além disso, já na fase de planejamento e escrita do “Quem sou eu”, recorri a algumas fotos de infância e o choro era inevitável e incontrollável. O coração apertava e as palavras estavam presas dentro de mim, sem expectativa de saída. “Isso aqui pra mim vai ser tranquilo”, eu pensava. No entanto, eu parecia esquecer do que os próprios textos de autoetnografia me alertavam. O desenvolvimento de uma autoetnografia, juntamente com todas as reflexões e o autoquestionamento, pode ser extremamente difícil, gerando muitos medos, dúvidas e dores emocionais para todos os participantes da pesquisa, principalmente pela vulnerabilidade de estar expondo experiências pessoais (Ellis; Bochner, 2000). Para mim, foi exatamente isso o que aconteceu, mas sabia que, apesar de ser assustador, o fato de me permitir aceitar a vulnerabilidade poderia

me proporcionar autoconhecimento, crescimento e muito aprendizado (Ellis; Bochner, 2000). Foquei nisso e as palavras passaram a ganhar sentido no papel enquanto eu tentava encontrar sentido em mim também.

A autoetnografia não se resume apenas a escrever sobre si, como pode ser observado em gêneros como a autobiografia. Embora use princípios autobiográficos, a autoetnografia se diferencia ao trazer experiências pessoais com a intenção de comentar sobre e/ou criticar práticas sociais e culturais. O trabalho do autoetnógrafo, portanto, é escrever sobre epifania(s) e refletir criticamente sobre as nuances das experiências relatadas, pensando no quão influenciadas elas são pela cultura, pela política e pelas relações de poder (Holman Jones et al., 2016; Ellis; Adams, 2014). Outro ponto de destaque é que a autoetnografia traz e discute os estudos anteriormente desenvolvidos sobre a temática estudada para contribuir com o ponto de vista do pesquisador para a área em questão (Holman Jones et al., 2016).

É oportuno expressar, neste momento, que a autoetnografia caracteriza-se como um tipo de abordagem que desafia formas canônicas de fazer pesquisa e representar os outros, tratando toda a investigação como um ato político socialmente consciente e justo (Ellis et al., 2011). Nesse sentido, empenho-me em mostrar e fazer uma pesquisa autoetnográfica que seja significativa, não só para mim e para minha família, mas para o mundo.

5

Alinhamentos teóricos II: Identidades, narrativas e avaliação

Neste capítulo, referencio o embasamento teórico que guia esta dissertação, principalmente no que tange aos constructos que auxiliarão na análise dos dados. Começo com a exposição sobre discurso, coconstrução de identidades e pertencimentos. Em seguida, falo sobre análise de narrativas e finalizo com a subseção sobre avaliação.

5.1

Discurso, coconstrução de identidades e pertencimentos

As investigações que envolvem o discurso em suas diversas manifestações na vida contemporânea têm se tornado central não só nos estudos da linguagem, mas também nas diferentes áreas das Ciências Sociais e Humanas, podendo gerar entendimentos úteis sobre a vida, a sociedade, as situações que vivemos e as pessoas com quem convivemos (Moita Lopes, 2002). Em particular, julgo ser necessário e pertinente debruçar-me sobre os discursos acerca da migração, entendida aqui como uma das “vivências corpóreas dos afetos” (Souza, 2015, p. 15) e potencializadora de transformação dos indivíduos que a experienciam (Souza, 2006). Nesse sentido, avisto no discurso possibilidades de pulsantes demonstrações sobre como este fenômeno afetou (e afeta) positivamente e negativamente a minha vida e a vida da minha família. Tendo em vista a importância do discurso, apresento, a seguir, algumas de suas definições com as quais me alinho para o desenvolvimento desta pesquisa.

Considerando o discurso a partir de sua natureza essencialmente social, Moita Lopes (2002) o vislumbra como uma forma de coparticipação social. Isso significa que os falantes estão construindo significados conforme se envolvem e envolvem aos outros no discurso em situações sócio-históricas e culturais específicas. Uma vez que o discurso não ocorre em um vácuo social, não podemos deixar de levar em consideração “as marcas sócio-históricas que nos fazem ser

quem somos e nos posicionam no mundo social de uma forma ou de outra” (Moita Lopes, 2001, p. 59).

O discurso é visto pelo autor como uma construção social, logo, é uma forma de ação no mundo, o que indica que as pessoas estão se construindo socialmente, construindo os outros e construindo suas realidades sociais através da linguagem. É válido ressaltar que os significados coconstruídos pelos falantes não são intrínsecos à linguagem, mas sim negociados e analisados com base na interação entre os participantes (Moita Lopes, 2002; 2001).

Nesse contexto, abandona-se a ideia de que a linguagem e o discurso seriam uma representação fiel da realidade que nos cerca (Fabrício; Moita Lopes, 2002) para adotar o viés socioconstrucionista do discurso, em que “os objetos sociais não são dados ‘no mundo’ mas são construídos, negociados, reformados, modelados e organizado pelos seres humanos em seus esforços de fazer sentido dos acontecimentos no mundo” (Sarbin; Kitsuse, 1994, p. 3 apud Moita Lopes, 2003, p. 23).

Tendo em mente o contexto desta investigação, o que me interessa ao estudar o discurso é a construção de identidades, ou seja, que tipos de identidades os participantes estão coconstruindo interacionalmente, a partir dos eventos relatados sobre nossas migrações. Cabe salientar neste momento que a concepção de identidade adotada nesta dissertação segue a mesma de Hall (2006), que problematiza a percepção do sujeito como tendo uma identidade unificada, estável, fixa, essencial ou permanente e advoga que o sujeito, em decorrência da pós-modernidade, é fragmentado e composto de várias identidades e não de uma única. Nesse cenário, a identidade

torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (...) A identidade plenamente unificada, completa, segura, e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente. (Hall, 2006, p. 13)

Isto posto, no tocante à construção de identidades, segundo Moita Lopes (2002; 2003; 2001), as identidades, que são múltiplas, fragmentadas e contraditórias (como reportado anteriormente), são construídas por meio dos significados presentes no discurso e na interação, isto é, as identidades sociais não estão em nós, mas emergem na interação em práticas discursivas situadas (Moita Lopes, 2002). A influência do outro na construção discursiva das nossas identidades sociais torna-se crucial, porque nos percebemos e moldamos o que iremos dizer conforme a presença do interlocutor e com base no que ele significa para nós, além de esse processo nos tornar conscientes de quem somos e/ou de quem não somos. É a partir dessa interação com o outro por meio da linguagem que se dá o processo colaborativo de construção de identidades sociais (Moita Lopes, 2002), ao qual passo a chamar aqui de coconstrução de identidades.

Nas mais variadas interações cotidianas, nós “construímos a outridade ao mesmo tempo em que ela nos constrói” (Fabrício; Moita Lopes, 2002, p. 16). Nessa conjuntura, se construímos o outro de determinada maneira, não correspondendo à forma como a pessoa quer se construir, ela pode resistir a esta posição criando um contradiscurso (Peirce, 1995 apud Moita Lopes, 2002), acarretando o surgimento de “identidades na posição de resistência” (ibid., p. 36).

Relevante também para este trabalho é a concepção de identidades coletivas de David Snow (2001) que são constituídas por uma compartilhada e interativa noção de “nós”, incorporadas ao senso de agência coletiva. Tal definição do “nós” pode ser entendida como as características, experiências, interesses e opiniões que um grupo de pessoas tenha em comum. Nessa direção, as percepções e os sentimentos compartilhados de um grupo a partir do senso de “nós” e de uma virtude moral pode mobilizar, motivar e até convidar as pessoas a agirem juntas em nome dos interesses da coletividade, gerando, assim, a ideia de agência coletiva, o que seria caracterizada não como uma identidade social, aquela que é atribuída aos outros, como categorias/papéis sociais, mas como identidade coletiva. Além disso, o pesquisador descreve a identidade coletiva como um processo, sendo contrário à visão de identidade como uma propriedade dos atores sociais, destacando seu caráter contextual e interacional (Snow, 2001).

O senso do “nós” pode ser compreendido somente em relação a ou em contraste com a ideia de “outros” (Snow, 2001). Logo, é possível dizer que a construção de identidades também pode ser observada pela distinção “nós e

outros” (ou nós e eles/as), como propõe Duszak (2002). A autora sugere ser natural as pessoas fazerem distinções entre “nós e outros” e que é por meio dessa comparação, na busca por similaridades e diferenças, que construímos nossas afiliações e desfiliações e escolhemos com que grupos queremos nos alinhar e, conseqüentemente, com quais iremos nos distanciar (ibid, p. 1). Nas palavras de Forgas e Tajfel (1981 apud Duszak, 2002, p. 2), “Nós somos o que somos porque eles não são o que nós somos”.

Em relação ao que somos, baseados nos valores, crenças, estilos de vida e experiências que compartilhamos, construímos o “nós”, por meio do que constitui o *ingroupness* (intragrupo), isto é, quem está incluído no grupo, em oposição e sob a forma de exclusão de quem não somos, os “outros”, aquilo que é construído como *outgroupness* (extragrupo)⁷, quem está fora do grupo. No discurso, a partir de diversos mecanismos e estratégias linguísticas, o intragrupo se constrói na perspectiva do autoelogio, autoengrandecimento e autoexaltação⁸, ao mesmo tempo que constrói o extragrupo na condescendência, invalidação, marginalização e coletivização do outro⁹ (Duszak, 2002).

A migração nordestina para o sudeste pode nos fornecer material discursivo, por intermédio das experiências dos sujeitos migrantes, que evidenciam essa construção “nós e outros”. O nordestino que migra, ao chegar no destino em questão, tanto se identifica quanto é identificado (Souza, 2015). Nessa jornada, ele passa a reconhecer quem ele é, ao mesmo tempo em que suas diferenças são sublinhadas através de rotulações muitas vezes preconceituosas por parte dos oriundos da região. No Rio de Janeiro, por exemplo, os nordestinos são denominados genericamente de “paraíba”, embora advindos de diferentes locais do Nordeste e de “cabeça-chata”, o que se configura, segundo Souza (2015) como uma espécie de

racismo diferenciado e, muitas vezes sutil, visto que não envolve necessariamente as cores da pele, mas sim formas do corpo que estigmatizam o migrante no Sudeste: o “cabeça-chata” é uma alcunha declaradamente inspirada na forma peculiar da cabeça de alguns nordestinos, especialmente os de origem sertaneja (segundo Caio Prado Jr. [2000] uma herança genética indígena). Uma diferença inscrita no corpo que se confirma na fala, quando os sotaques típicos do Nordeste, distintos do restante das regiões brasileiras, são ouvidos e em muitas vezes são

⁷ Intragrupo e extragrupo são traduções de Borges (2017, p.7)

⁸ Tradução de Borges (2017, p. 7)

⁹ Tradução de Borges (2017, p. 7)

motivo, junto com as diferenças físicas, de definição social deste grupo, sempre um “lugar social” inferiorizado. Esse “racismo” pautado em outras diferenças físicas que não a cor da pele, por ser pouco nítido, sequer é percebido como tal, mas seus resultados são tão nefastos e prolongados no tempo quanto o racismo pautado na cor da pele, que no caso nordestino, não raras vezes ocorrem simultaneamente. (Souza, 2015, p. 23-24)

Diante dessas estigmatizações, é possível reconhecer uma assimetria entre os grupos, ou seja, existe um “nós” que é poderoso, representado por quem rotula. Logo, para se tornar um de “nós”, pertencendo assim ao grupo dominante, o migrante nordestino precisaria “aprender, se ajustar, adotar, assimilar, se comportar e performar de acordo com um conjunto de regras, valores, um idioma ou religião” (Angouri et al., 2020, p. 109), o que envolve claramente uma “negociação de hierarquias estabelecidas e relações de poder” (ibid., p. 86).

Nas manifestações de construções identitárias pela distinção “nós e outros”, podemos também analisar como as identidades dos migrantes se constroem pelas suas relações com o lugar de origem e com o lugar de destino (Souza, 2006), nesta pesquisa, São Benedito (Ceará) e Rocinha (Rio de Janeiro), respectivamente. Acrescentar a questão espacial ao exame das identidades prova-se proveitoso, uma vez que “os lugares irão apontar para as identidades como produtoras e produtos das relações de afeto e poder presentes nas relações sociais. As relações de afeto se ligam aos lugares através do sentimento de pertencimento” (Souza, 2015, p. 66).

O pertencimento caracteriza-se como um processo multifacetado podendo estar relacionado à “experiência pessoal/familiar, ao vínculo emocional a um local ou a um grupo e às participações (reivindicadas/concedidas) em atividades profissionais e sociais” (Angouri et al., 2020, p. 92). Além disso, o pertencimento, assim como as identidades, é construído discursivamente e situadamente de maneira explícita ou implícita (Krzyżanowski; Wodak, 2008). Isso significa que os pertencimentos são múltiplos, podem ser reformulados, não são permanentes e se submetem a uma constante negociação entre indivíduo e grupo (Angouri et al., 2020).

Pode-se pensar ainda na existência de dois tipos de construções de pertencimento: o pessoal, relacionado ao sentimento de se sentir pertencente ao local; e o político, referindo-se à representação discursiva do pertencimento e à negociação socioespacial de inclusão/exclusão do sujeito migrante (Angouri et al.,

2020). Para fins analíticos, pode ser proveitoso também considerar não só a oposição “nós e outros” para identificar os pertencimentos, mas também os pares “aqui e lá” e “eu e o outro” (ibid., p. 87).

No entanto, é preciso ter certo cuidado, pois devido à complexidade das identidades do migrante e ao seu caráter “inerentemente ambivalente” (Krzyżanowski; Wodak, 2008, p. 115), o pertencimento nem sempre será algo facilmente definido a partir de categorias como “é isto ou aquilo”. Por isso, conceitua-se o “entre-lugar do pertencimento” (ibid., p. 107) em que há múltiplos vínculos, o de se sentir pertencente tanto a um lugar quanto a outro ou o de não se sentir pertencente a nenhum local. Por fim, cabe reiterar que em minhas análises seguirei a compreensão de que o pertencimento está sujeito às múltiplas relações de poder e hegemonia, tornando-se cada vez mais primordial evidenciar as questões macrossociais que circundam essas migrações (Angouri et al., 2020).

A construção de identidades no discurso bem como a construção dos (não) pertencimentos serão observadas nas narrativas, isto é, nas histórias que contamos em nossas conversas, tema que será exposto na próxima subseção.

5.2

Análise de narrativas

Assim como o discurso foi definido como forma de ação no mundo, é possível declarar que o ato de contar histórias é também uma ação (Bastos, 2008), em que, enquanto narram, os indivíduos organizam suas experiências de vida (Bruner, 1990), (re)lembra de eventos passados, argumentam, convencem, entretêm, entre outras diversas ações (Riessman, 2008). Nesse processo de narrar nossas experiências, que se dá sempre de maneira colaborativa, uma vez que contamos histórias “em co-operação com alguém” (Garcez, 2001, p. 208), também construímos identidades. Nós estamos a todo momento situando “os outros e a nós mesmos numa rede de relações sociais, crenças, valores” (Bastos, 2005, p. 81) que acabam por demonstrar quem (não) somos e quem os outros (não) são em um determinado momento interacional.

Ao analisar narrativas que emergem de contextos espontâneos, institucionais ou em situação de entrevista para pesquisa social (Bastos; Biar, 2015), podemos dirigir a atenção para compreender o que significa contá-las, por

qual razão o fazemos ou o que estamos fazendo ao contá-las (Bastos, 2005). Como aponta Riessman (1993; 2008), é preciso não apenas direcionar o olhar para os conteúdos aos quais as histórias se referem, mas principalmente investigar minuciosamente por que a história foi contada daquela maneira, para quem está sendo contada e com quais propósitos.

Além disso, alinhada a uma perspectiva socioconstrucionista do discurso e das identidades como mencionado acima, destaco que a narrativa também precisa ser circunscrita como uma construção social, em oposição a uma visão que a posiciona como uma mera representação direta e transparente dos eventos passados. Torna-se importante, ao contrário, considerar as narrativas como “recontagens seletivas e contextualizadas de lembranças de eventos” (Bastos, 2005, p. 80) que irão variar conforme: a situação de comunicação (quando, onde e para quem contamos), de filtros afetivos e culturais e da ordem social que nos cerca (Bastos, 2005). Portanto, os contextos são fatores determinantes para o entendimento das narrativas, pois possibilitam estabelecer relações entre o micro e o macro, o local e o global, sendo extremamente urgente investigar a maneira como essas conexões surgem na interação e nas narrativas (De Fina, 2008). Em outras palavras, por intermédio da análise do discurso narrativo e das identidades que dali emergem, pode-se chegar a compreensões a respeito de processos sociais que circundam a migração (De Fina, 2003).

Esta maneira de enxergar a narrativa, compreendendo-a como uma prática discursivo-interacional social e situada (Bastos; Biar, 2015), difere-se consideravelmente da visão de Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972), pioneiros dos estudos narrativos na área da sociolinguística variacionista. Para Labov (1972), a narrativa é definida como um método de recapitular experiências passadas em que se combina uma sequência de orações a uma sequência de eventos que (infere-se) realmente ocorreram. Nessa abordagem, o foco situava-se em como as narrativas se estruturavam, a partir de suas características formais, elaboradas para seu reconhecimento e descrição por meio do seguinte modelo canônico:

1. Resumo: momento em que o narrador abre a narrativa com uma ou duas orações que resumem toda a história.

2. Orientação: contextualização do evento narrado: o tempo (quando), o lugar (onde), as pessoas (quem) e suas atividades ou a situação (o que).
3. Ação complicadora: sequência de orações narrativas ordenadas temporalmente que recapitulam eventos do passado construída com verbos no pretérito perfeito.
4. Avaliação: elemento mais importante depois da oração narrativa. Meio utilizado pelo narrador para sinalizar o ponto da narrativa, sua razão de ser - o porquê a história está sendo contada, o que ela tem de extraordinário tornando-a assim, reportável, e o que o narrador quer mostrar com ela. A avaliação pode ser encontrada ao longo de toda narrativa e também na organização sintática. De acordo com Labov (1972) há quatro tipos de avaliação:
 - a) Avaliação externa: nessa avaliação, o narrador interrompe o fluxo das orações narrativas, dirige-se ao ouvinte e diz qual é o ponto da história.
 - b) Ação avaliativa: mostra na narrativa as ações das pessoas, o que elas fizeram, no lugar do que elas disseram na história contada.
 - c) Avaliação encaixada: há três maneiras de utilizar a avaliação encaixada, que também pode ser entendida como implícita. Na primeira, a fim de preservar a continuidade dramática e não interromper o curso da narrativa dirigindo-se ao ouvinte, o narrador evidencia os sentimentos como se os tivesse sentido e dito no mesmo instante dos eventos narrados. Na segunda, o narrador reproduz o que ele teria dito para alguém no momento dos eventos contados. Na terceira, pode haver a introdução de um personagem para avaliar para o narrador as ações do antagonista.
 - d) Avaliação por suspensão da ação: chama-se atenção para aquela parte específica da narrativa e indica-se ao ouvinte que aquele momento tem alguma conexão com o ponto avaliativo.
5. Resultado: finalização da sequência das ações complicadoras, sinalizando que a narrativa terminou.
6. Coda: o narrador indica o fim da narrativa, podendo inserir observações gerais sobre os eventos ou mostrar que efeitos esses tiveram sobre o narrador. A coda pode ainda estabelecer uma ponte entre o tempo da narrativa e o presente, em que o narrador e o ouvinte saem do universo da história contada e voltam para o momento presente.

A abordagem laboviana recebeu diversas críticas, principalmente pelo fato de Labov tratar a narrativa como uma estrutura autônoma e descontextualizada e pela relação entre evento passado, memória e narrativa não ser problematizada (Bastos, 2005). Apesar de ser um modelo de grande relevância para a área dos estudos da narrativa, algumas revisões foram propostas de modo que a análise de narrativas oriundas de diferentes contextos pudesse partir de elementos canônicos e não-canônicos.

Uma das revisões do paradigma laboviano inclui o conceito de pequenas histórias (cf. “*small stories*”, Bamberg; Georgakopoulou, 2008), sendo esse um termo mais amplo que abrange narrativas de eventos no presente ou que ainda estão acontecendo, no futuro e as situações hipotéticas, e não somente os eventos relatados no passado conforme sugeriu Labov (1972) em um dos critérios para definir o que seria uma narrativa.

Linde (1993) também reformula e amplia o trabalho pioneiro de Labov ao estudar as “histórias de vida” ou as narrativas de experiência pessoal. A história de vida caracteriza-se como uma unidade social, oral e descontínua composta por diversas histórias de eventos marcantes que contamos ao longo de nossas vidas. Além disso, as histórias de vida são aquelas que expressam “nosso senso de si (*self*): quem somos e como chegamos aonde chegamos. Elas também são um meio muito importante pelo qual comunicamos este senso de si (*self*) e o negociamos com os outros.” (Linde, 1993, p. 3).

Segundo a autora, para serem consideradas como histórias de vida, as narrativas devem cumprir dois critérios: em primeiro lugar, precisam apresentar um ponto avaliativo sobre a própria pessoa que conta - sobre o caráter do narrador e quem ele é - e não sobre o mundo em geral. Em segundo lugar, precisam ter reportabilidade estendida, ou seja, as narrativas são contáveis e podem ser contadas em muitos momentos da vida, uma vez que tratam não de situações corriqueiras, mas de situações memoráveis da vida da pessoa que narra (Linde, 1993). Sem dúvida, as histórias de vida são um importante meio para se observar e analisar a coconstrução de identidades e pertencimentos nas narrativas dos membros dessa família migrante.

Antes de finalizar esta seção, gostaria de retomar a discussão sobre a estrutura canônica da narrativa de Labov, para trazer à tona novamente a avaliação, um elemento que será fundamental na análise dos excertos. Em

especial, a avaliação encaixada, também tida como implícita, onde encontra-se o discurso reportado, elemento que observo ser muito presente nos dados.

O discurso reportado, seja esse em sua forma direta ou indireta, é um recurso narrativo interacional cuja função é de avaliar, uma vez que “os narradores usam suas próprias vozes ou vozes dos outros para destacar implicitamente elementos da história” (De Fina, 2003, p. 95). Através da utilização dessa estratégia, podemos compreender as interpretações que o narrador tem dos acontecimentos narrados e a que aspectos da história ele dá mais importância para serem expostos na dada interação.

Por fim, torna-se necessário sinalizar que, a análise empreendida aqui nesta dissertação buscará contemplar, inspirada em Bastos e Biar (2015), aspectos tanto estruturais quanto interacionais da narrativa, observando como ocorre a coconstrução de identidades e pertencimentos nos excertos a partir de elementos canônicos e não-canônicos. Passaremos agora a uma breve exposição teórica sobre avaliação.

5.3 **Avaliação**

A fim de observar como as identidades e os pertencimentos estão sendo coconstruídos discursivamente nas narrativas, escolho olhar especificamente para as avaliações, ou seja, pretendo analisar como as instâncias avaliativas presentes nas interações e nas narrativas em questão coconstroem as identidades e os (não) pertencimentos dos participantes. Para tanto, com o objetivo de expandir as noções de avaliação introduzidas por Labov (1972) em sua estrutura narrativa, incorporarei as definições de Thompson e Hunston (2000), Hunston e Thompson (2006), Alba-Juez e Thompson (2014) e Linde (1997).

Em linhas gerais, a avaliação seria um termo abrangente para a expressão das atitudes e dos posicionamentos de falantes ou de escritores acerca de seu ponto de vista ou seus sentimentos sobre entidades ou proposições de que ele ou ela (falantes ou escritores) estão falando a respeito (Thompson; Hunston, 2000) ou que estão sendo direcionados aos seus interactantes (Hunston; Thompson, 2006). Na perspectiva dos autores, existe um foco na avaliação em ação – por que,

quando, como e o que os falantes e escritores avaliam (Thompson; Hunston, 2000).

A avaliação pode ser utilizada para referir-se a: 1) um conjunto de recursos linguísticos, usualmente tidos como linguagem avaliativa; 2) uma série de significados realizados pela língua/linguagem¹⁰. Essas duas concepções estão intimamente conectadas, visto que um significado pode ser identificado através de recursos linguísticos usados e esses podem ser considerados como avaliativos por conta de seu significado (Hunston; Thompson, 2006).

Ainda, para os autores, a avaliação tem a função de: 1) expressar as opiniões dos falantes e escritores e, ao fazê-lo, refletir o sistema de valores daquela pessoa e sua comunidade; 2) construir e manter relações entre falante e ouvinte ou escritor e leitor; 3) organizar o discurso. É necessário dizer que as instâncias de avaliação podem performar duas ou três das funções acima simultaneamente (Thompson; Hunston, 2000). Thompson e Hunston (2000) notam que a ideia da construção e da manutenção de relações entre falante e ouvinte sai de um viés da avaliação centrada no eu, podendo ser reconhecida como um recurso interacional, utilizada para que haja uma possível resposta do outro/interlocutor (Hunston; Thompson, 2006).

Em publicação mais recente, Alba-Juez e Thompson (2014) na introdução do livro “*Evaluation in Context*” trazem uma revisão da definição de avaliação, estabelecendo-a como um subsistema dinâmico da linguagem, permeando e realizando-se em todos os níveis de descrição linguística: no fonológico, através da prosódia, no morfológico, no léxico, no sintático e no semântico. Além disso, os autores acrescentam e dão enfoque ao elemento contextual como essencial e extremamente importante para o entendimento do ato avaliativo, como já indica o título do livro. A análise da avaliação presente na linguagem avaliativa é dependente dos contextos, portanto é necessário considerar tudo que estiver relacionado ao contexto situacional e/ou cultural presente em dada interação, que

¹⁰ Os autores abordam mais duas concepções para se referirem à avaliação. Uma estaria relacionada à avaliação como a função de parte de um texto e a outra como uma atividade realizada pelo escritor ou falante através da linguagem (cf. Hunston; Thompson, 2006, p. 305). Tais concepções não serão utilizadas nesta dissertação.

esteja afetando o falante ou ouvinte e seu uso da linguagem (Alba-Juez; Thompson, 2014).

Outra relevante contribuição de avaliação para este trabalho encontra-se no estudo de Linde (1997). Para a autora, a avaliação é instanciada discursivamente quando alguém sinaliza “o significado social ou o valor de uma pessoa, coisa, evento ou relacionamento” (Linde, 1997, p. 152). Ao analisar essas instâncias avaliativas nas narrativas, segundo Linde (1997), podemos reconhecer a ordem social que o falante/escritor articula durante a interação social. A avaliação, encarada como um componente que pertence à dimensão moral da linguagem, pode ser investigada de duas maneiras, primeiro, em “referência à reportabilidade”, segundo, em “referência às normas sociais”.

A reportabilidade corresponde ao contraste entre eventos que são previsíveis de serem relatados e eventos que fogem das expectativas de previsibilidade e são inesperados. Relembrando que para uma narrativa ser reportável, ela precisa ser contável e expor um evento fora do comum e imprevisível. Tal característica já foi introduzida por Linde (1993) ao tratar das “histórias de vida”, conceito já discutido nesta dissertação.

A segunda forma de observar a avaliação em narrativas diz respeito à referência às normas sociais, que são materializadas discursivamente por meio de julgamentos normativos: comentários morais ou demonstrações de como o mundo é, como deveria ser, quais comportamentos são apropriados e que tipos de pessoas são os que participam de determinada interação. De acordo com Linde (1997, p. 153), esse tipo de avaliação forma o coração da narrativa, uma vez que “a narrativa oral é muito mais sobre chegar a um consenso sobre o significado moral de uma série de ações do que é sobre o simples reportar dessas ações”.

Tendo discutido o embasamento teórico desta dissertação, exporei no próximo capítulo os pressupostos metodológicos que guiarão o desenvolvimento desta pesquisa de dissertação, indicando o contexto de pesquisa, a geração de dados bem como as questões éticas envolvidas. Para a análise textual e microdiscursiva da avaliação nas narrativas, utilizarei o Sistema de Avaliatividade (Martin, 2001; Martin; Rose, 2007; White, 2004, 2019) que será definido no capítulo a seguir.

6

Percursos metodológicos

Neste capítulo, discorro sobre os alinhamentos teórico-metodológicos para realização desta pesquisa. Em primeiro lugar, disserto sobre o paradigma qualitativo-interpretativo de pesquisa. Em seguida, começo a detalhar os procedimentos para realização da investigação com a elaboração do projeto e os documentos necessários para a aprovação da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio. Posteriormente, explico sobre a geração, a seleção e a transcrição dos dados e finalizo com a apresentação da ferramenta de análise microdiscursiva, o Sistema de Avaliatividade.

6.1

O Paradigma qualitativo-interpretativo de pesquisa

Esta dissertação fundamenta-se em um paradigma qualitativo-interpretativo de pesquisa, que se configura como “um conjunto de práticas interpretativas que dão visibilidade ao mundo” (Denzin; Lincoln, 2006, p. 17), a partir da qual os pesquisadores priorizam interpretações profundas dos fenômenos e das experiências humanas estudados, voltando-se aos significados que as pessoas criam com relação a esses eventos.

Contrapondo-se à metodologia quantitativa de pesquisa que, lança ênfase para o ato de medir e quantificar os dados por meio de modelos matemáticos de análise, os estudos qualitativos ressaltam “a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado, e as limitações situacionais que influenciam a investigação” (ibid., p. 23). Além disso, nesse paradigma, abandona-se a premissa de que seria necessária uma distância mínima do investigador para garantir condições de objetividade e neutralidade à pesquisa (Velho, 2013; Denzin; Lincoln, 2006).

Em alinhamento a esse paradigma, ancore-me nos pressupostos de uma investigação que não busca por verdades, que não pretende estabelecer generalizações e que está pautada em posturas éticas e políticas em todas as fases da pesquisa e que reconhece a impossibilidade da neutralidade, objetividade e do

distanciamento na produção de conhecimento (Denzin; Lincoln, 2006; Moita Lopes, 2006; Velho, 2013).

No que concerne à linguagem, em concordância com Fabrício (2006), adoto o posicionamento de que “nossas práticas discursivas não são neutras, e envolvem escolhas (intencionais ou não) ideológicas e políticas, atravessadas por relações de poder, que provocam diferentes efeitos no mundo social” (Fabrício, 2006, p. 48). Em vista disso, em sintonia com a Linguística Aplicada Contemporânea, sigo uma orientação crítico-reflexiva para com a linguagem, comprometendo-me com a exclusão de significados que causem sofrimento humano, e com a pesquisa, almejando que o fazer investigativo seja responsivo à vida social contemporânea como parte de uma agenda política, transformadora e ética (Moita Lopes, 2006).

Nesse sentido, ao desenvolver uma pesquisa com minha família, trago para o centro da investigação as vozes e as vidas de indivíduos marginalizados (Moita Lopes, 2006), procurando com eles, inspirada em Fabrício (2006 p. 52), aprender, fugindo de lentes homogeneizantes, a “ver com outros olhos” os diferentes processos migratórios que atravessam cada um de nós. De modo a gerar entendimentos profundos sobre nossas histórias de vida, sigo os princípios ético-inclusivos da Prática Exploratória, paradigma a partir do qual valoriza-se as questões da vida e o pensar com o outro em uma pesquisa colaborativa, inclusiva e participativa (Miller, 2012).

Ademais, dentro do escopo de um estudo autoetnográfico (Ellis; Bochner, 2000), é fundamental lembrar da minha participação durante todas as fases da pesquisa, seja nas conversas, seja na redação da dissertação (principalmente na análise). Minha postura aqui não é a de pesquisador distanciado, pelo contrário, o meu envolvimento é relevante e considerado como essencial, uma vez que também sou migrante e fui e sou afetada por essas migrações mesmo não tendo lembranças conscientes dos acontecimentos na época da migração.

6.2

Elaboração do projeto de pesquisa e TCLE

Como já apresentado no capítulo 2, esta investigação surge após muitas reflexões desde o período de minha graduação (2013-2018), em que muito pensei

a respeito de minhas identidades e de quem sou no mundo como migrante cearense morando na favela da Rocinha. Tendo tomado a decisão de que desejava mergulhar nas histórias de migração da minha família, parti para a primeira etapa da pesquisa que consistiu na elaboração de um projeto que foi submetido para exame da Câmara de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CEPq/PUC-Rio). Intitulado “A construção discursiva de identidades em narrativas de uma família cearense migrante no Rio de Janeiro”, o projeto de dissertação propôs:

- Gerar entendimentos sobre as experiências migratórias da minha família que saiu do Ceará com destino à favela da Rocinha entre as décadas de 1980 e 1990.
- Olhar para como avaliamos os eventos que circundam nossas migrações.
- Investigar a maneira como as identidades são coconstruídas pelos participantes em face às situações narradas e às questões sociais que nascem a partir disso.

A segunda etapa da pesquisa consistiu em fazer o convite aos membros de minha família para participar voluntariamente da pesquisa, ato que se sucedeu apenas após a aprovação do referido projeto, tendo esse sido aprovado em novembro de 2020 (cf. anexo 1). Em conversa com cada familiar, fiz a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (cf. anexo 2), momento em que expliquei, com uma linguagem acessível, os objetivos da pesquisa e esclareci dúvidas levantadas pelos participantes. Dado que todos aceitaram a proposta, solicitei a assinatura do documento em duas vias, sendo que uma ficou de minha posse e a outra de cada participante. Somente após a assinatura do TCLE pude iniciar a parte de geração de dados.

6.3

Geração de dados: planejamento e cuidados procedimentais

O momento de geração dos dados, terceira etapa da investigação, incluiu gravações em áudio de “conversas com potencial exploratório” (Miller, 2012) que foram realizadas individualmente com cada membro da família. É oportuno agora

salientar a minha escolha por utilizar o termo “conversa”. As “conversas com potencial exploratório”, “conversas exploratórias” ou “conversas reflexivas” são termos pertencentes ao aparato teórico-metodológico da Prática Exploratória, e são compreendidas segundo Nunes (2017, p. 50) como “processos dinamizadores de reflexão e de novos entendimentos sobre as questões que perpassam a vida”.

A preferência por realizar a conversa de modo individual é por entender que cada um de nós viveu e foi afetado pela migração de maneiras singulares e diferentes. Outro ponto é que, ao fazer a conversa com todos da família ao mesmo tempo, tive o receio de que uns fossem acabar falando mais que outros. Por isso, ao promover os encontros individualmente, procuro valorizar as narrativas de cada um e conversar com calma sobre cada uma delas.

Na tentativa de compreender como minha família avalia as experiências de migração em narrativas, fiz algumas perguntas para orientar as nossas conversas.

- Você consegue lembrar do momento em que decidiu que sairia do Ceará? Como e por que tomou essa decisão? Como as pessoas de lá (seus familiares e amigos) reagiram?
- Sobre o(s) dia(s) de viagem para o Rio de Janeiro: você veio sozinho(a)? O que sentiu ao estar saindo de sua terra natal?
- Como foi sair de sua terra natal sozinha com quatro filhos? Quais foram as dificuldades?
- Ao chegar ao Rio de Janeiro, você teve apoio de algum familiar que já estava aqui? Como foi para arranjar um lugar para morar?
- Você conseguiu emprego assim que chegou ao Rio de Janeiro? Como foi esse processo?
- Como foi criar quatro filhos e morar na favela da Rocinha? Quais foram seus maiores desafios? Como lidou com a questão da violência na favela?
- Você sofreu algum tipo de preconceito por ser Cearense no seu dia a dia (trabalho/escola)? Como foi?
- Como você avalia o período da sua infância e adolescência na Rocinha?
- Por já estar no Rio de Janeiro há mais de 20 anos, você ainda se vê como Cearense? Como você avalia sua trajetória de vida até aqui?
- Você sente saudades do Ceará? Pensa em voltar para lá? Por quê?

É preciso alertar que algumas perguntas podem estar mais direcionadas para meu pai e minha mãe, dado que eu e meus irmãos migramos quando éramos crianças, e, não necessariamente tivemos algum poder de tomada de decisão no momento da migração e ao chegarmos no Rio de Janeiro.

Além disso, vale ressaltar que essas perguntas foram apenas um ponto de partida para nossas discussões e não foram concebidas como um questionário. Logo, não houve problema quando o participante trouxe um tópico para a conversa que não estava contemplado nas perguntas, como foi o que de fato ocorreu. Para não fazer com que as conversas exploratórias se tornassem exaustivas para os participantes ou forçadas ou impostas de mim para eles, me esforcei para que houvesse, de fato, momentos de troca entre nós. Busquei ainda envolver os participantes e me envolver enquanto trabalhávamos juntos para entender nossas histórias de migração. Atentei-me também para seus desejos com relação aos tópicos discutidos, caso não quisessem falar sobre algo, uma vez que alguns assuntos poderiam ter sido delicados, trazendo memórias afetivas significativas para minha família que poderiam envolver acontecimentos bons e ruins.

6.3.1

Geração de dados: as conversas com potencial exploratório

Antes de adentrar nos detalhes sobre as conversas exploratórias, cabe lembrar aqui que os participantes da pesquisa já foram apresentados no capítulo 1, pois considere ser mais pertinente já o fazer antes mesmo de iniciar a revisão de literatura.

A primeira conversa foi realizada com meu irmão Carlin que reside no Ceará desde 2006. Por estarmos distantes, foi necessário utilizar a plataforma *Google Meet* no nosso encontro que ocorreu no dia 6 de novembro de 2020, na parte da manhã, com a duração de precisamente 56 minutos e 38 segundos. No caso dos outros participantes, Karla, Leandro e meus pais, dado que moramos no mesmo prédio, apenas em apartamentos diferentes, o lugar para realização das conversas poderia ser a minha casa ou o lugar que eles escolhessem por se sentirem mais à vontade, em suas casas, por exemplo, ou na nossa laje.

Karla, minha irmã, foi a segunda da família com quem conversei. Nossa conversa aconteceu no dia 12 de novembro de 2020 de manhã na cozinha de

minha casa, onde moro com meus pais e contou com a duração de 53 minutos e 48 segundos. Maria e Carlos, meus pais, foram os próximos a conversar comigo. Eles me propuseram fazer a conversa de maneira conjunta e não individualmente, tendo o nosso encontro acontecido dia 22 de novembro de 2020, na sala da nossa casa à tarde, com a duração de 1 hora, 11 minutos e 34 segundos. A conversa com meu irmão mais velho Leandro, o último, sucedeu no dia 25 de novembro de 2020, no quarto dos meus pais à noite e durou 1 hora, 4 minutos e 16 segundos.

6.4

Procedimentos analíticos: primeiro contato com os dados

Após a geração dos dados gravados em áudio pelo meu celular, passei para a etapa analítica de segmentação dos dados, que é, conforme Garcez, Bulla e Loder (2014), a seleção de segmentos específicos que serão relevantes para serem posteriormente transcritos. Nessa ocasião, enfrentei uma grande angústia, pois estava diante de um material consideravelmente extenso e com muitas possibilidades de caminhos analíticos a seguir. Sem sucesso na delimitação e refinamento no tratamento com os dados, busquei ajuda com minhas orientadoras, Adriana Nóbrega e Inés Miller.

Ao perceberem a maneira como eu contava sobre as histórias e as nossas conversas, ambas sinalizaram que pouco me viam em toda essa grande narrativa. O questionamento que sempre vinha a partir delas era: “Quem é Aline nessa história?”. Nesse sentido, fui fortemente encorajada a pensar sobre isso e a escrever sobre quem eu sou, o que desenvolvi no primeiro capítulo desta dissertação. No capítulo 4, quando falo sobre autoetnografia, relembro um pouco sobre como foi esse mergulho para dentro de mim mesma. O ponto que quero enfatizar aqui é que foi justamente a partir desta escrita autoetnográfica e autorreflexiva, que aconteceu de forma (gradativa) natural e não planejada, que me dei conta do que, de fato, seria o foco da análise dos dados. Ao finalizar a escrita, percebi que queria investigar, especificamente, a construção discursiva dos (não) pertencimentos (Krzyżanowski; Wodak, 2008; Angouri et al., 2020), a partir do exame de como nos relacionamos com o lugar de origem e o lugar de destino (Souza, 2006), o Ceará e a Rocinha, respectivamente.

Após ter conseguido delimitar de modo mais preciso o que seria o tema central das análises, pude, enfim, ter um discernimento do que seria o meu objetivo principal de pesquisa. Pretendo, portanto, a partir das avaliações que fazemos de nossas experiências de migração, analisar as múltiplas construções das identidades e dos (não) pertencimentos a São Benedito e à Rocinha presentes em narrativas e histórias de vida.

6.4.1

Procedimentos analíticos: seleção e transcrição dos excertos

A fim de dar conta do objetivo acima exposto, parti para a seleção dos excertos. Notei que a temática do pertencimento estava muito presente em uma pergunta, que, curiosamente, não estava planejada dentro do roteiro de questões preparadas para o projeto. Isso, mais uma vez, demonstra o caráter espontâneo e aberto a novas possibilidades em nossas conversas, tanto da minha parte quanto dos membros da minha família. A pergunta a que me refiro foi: “Como você vê a sua relação com esses dois lugares, o Ceará e a favela da Rocinha?”. O primeiro a ser questionado foi meu irmão Carlin, o primeiro com quem conversei, e depois decidi perguntar o mesmo a todos. Apenas na conversa com os meus pais, a pergunta foi, naturalmente, proferida de modo diferente: “Vocês sentem saudades do Ceará? Pensam em voltar para lá?” e mais adiante indaguei: “Como é a relação de vocês com a Rocinha?”

Tendo selecionado as perguntas e os excertos que guiarão o capítulo de análise, encaminho-me para a transcrição dos excertos, próxima fase analítica, que seguiu as convenções baseadas nos estudos de Análise da Conversação (Sacks; Schegloff; Jefferson, 1974), incorporando símbolos sugeridos por Schifffrin (1987) e Tannen (1989) (Bastos; Biar, 2015, p. 126)¹¹. Essa etapa caracteriza-se também como um processo seletivo que passará pelo meu olhar interpretativo como pesquisadora “que busca salientar certos aspectos da interação, de acordo com metas investigativas específicas” (Duranti, 1997, p. 161 apud Garcez et al., 2014, p. 302).

¹¹ O quadro com as convenções pode ser encontrado na página após o sumário, na parte pré-textual desta dissertação.

Além disso, nas transcrições, há um aspecto importante a ser considerado que corresponde ao cuidado procedimental e ético de alteração de nomes dos participantes para que suas identidades sejam preservadas (Garcez et al., 2014). No entanto, como brevemente mencionado no capítulo 1, quando os participantes se apresentaram, os nomes não foram alterados. Ao mostrar para minha família que estava transcrevendo nossas conversas, recordei-me que precisava pensar em nomes diferentes para cada um e pedi sugestões dos nomes que eles queriam colocar. Contudo, todos me indagaram se não haveria a possibilidade de continuar com seus nomes reais. Considerei também que isso faria mais sentido e consultei a Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio para saber quais seriam os procedimentos a serem feitos, uma vez que todos já haviam assinado o TCLE, onde constava a informação de que os nomes seriam alterados. Diante disso, fui orientada de que seria necessário elaborar dois documentos, um justificando a utilização dos nomes reais na pesquisa e um novo termo de consentimento para os participantes assinarem alegando que estão de acordo com essa mudança. Os dois documentos (cf. anexos 3 e 4) foram produzidos e direcionados à Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio, que emitiu o parecer de aprovação para ambos.

Avanço, agora, para a exposição do Sistema de Avaliatividade, ferramenta de análise textual que, a partir de suas categorias de análise, me auxiliará na observação e investigação microdiscursiva das avaliações em narrativas.

6.4.2

Procedimentos analíticos: o Sistema de Avaliatividade e suas categorias de análise

O Sistema de Avaliatividade (Martin, 2001; Martin; Rose, 2007; White, 2004, 2019) é um sistema de significados interpessoais (Martin; Rose, 2007) que lida com a linguagem da avaliação (White, 2019). Localizado no estrato da semântica do discurso, esse sistema realiza-se oralmente ou por escrito no estrato da léxico-gramática por meio de diferentes estruturas gramaticais (Vian Jr, 2010). Circunscrito na perspectiva sociosemiótica de linguagem proposta pela Linguística Sistêmico-Funcional¹², o Sistema de Avaliatividade pode ser definido como uma abordagem utilizada para analisar a avaliação em textos (White, 2004),

¹² Para uma leitura mais detalhada sobre a Linguística Sistêmico-Funcional, ver (Halliday; Hasan, 1989; Halliday, 1994).

sendo, portanto, uma ferramenta que ajudará na observação e na análise da coconstrução de identidades e de (não) pertencimentos nas narrativas e nas histórias de vida da família migrante em questão.

Considerando que as avaliações podem ser construídas de maneira explícita e/ou implícita no texto, atento-me especialmente às avaliações implícitas, pois elas permitem que a reflexão nesta dissertação possa ser estendida para a coconstrução de identidades e de pertencimentos não apenas do que está “inscrito” no texto e pode ser reconhecido como avaliativo, mas também daquilo que está “evocado” (Martin, 2001, p. 142), através de realizações léxico-gramaticais que não são intrinsecamente avaliativas. Isso resulta em uma análise dos significados avaliativos evocados que irá além do texto, dependendo essencialmente da relação entre o que está escrito/dito e o seu contexto textual e cultural (Macken-Horarik; Isaac, 2014).

O Sistema de Avaliatividade é dividido em três subsistemas interconectados: a Atitude, sobre a qual recai o foco deste trabalho, a Gradação e o Engajamento¹³. O subsistema da Atitude diz respeito à avaliação das coisas, do caráter das pessoas e de seus sentimentos, utilizado para negociar nossas relações sociais, ao falar para nossos ouvintes ou leitores como nos sentimos sobre coisas e pessoas (Martin; Rose, 2007). A Gradação, segundo subsistema, corresponde ao quanto queremos intensificar as nossas avaliações, podendo ser observada com determinados recursos linguísticos que podem aumentar, enfatizar ou reduzir a força das avaliações (Vian Jr, 2009; Martin; Rose, 2007). No subsistema de Engajamento, podemos compreender de onde as avaliações estão vindo, isto é, quais são as origens das vozes e como elas estão articuladas nas avaliações (Martin; Rose, 2007; Vian Jr, 2010). Em uma análise textual, é possível desempenhar a investigação fazendo uso dos três subsistemas. No entanto, devido a restrições de tempo e espaço, escolho apenas um dos subsistemas: o da Atitude, por ser nessa categoria que vejo a expressão de opiniões, posicionamentos e sentimentos. Além disso, notei que suas subcategorias prevalecem significativamente nos excertos selecionados.

O ponto de partida para observar o domínio semântico da Atitude encontra-se em suas subcategorias, a saber: o Afeto, o Julgamento e a Apreciação,

¹³ No Sistema de Avaliatividade, os sistemas e subsistemas são escritos com iniciais em maiúsculas, a fim de diferenciá-los do uso corriqueiro dos itens lexicais.

sendo respectivamente entendidas como a linguagem da emoção, da ética e da estética (Hope; Read, 2006 apud Nóbrega, 2009), todas contendo uma dimensão positiva/negativa (Nóbrega, 2009). É possível perceber as três categorias da Atitude, mesmo que possuindo características particulares, como campos semânticos “interligados a partir do Afeto” (Nóbrega, 2009, p. 93), porque todas têm a ver com a expressão de sentimentos (White, 2004). Desse modo, tem-se o Afeto como o centro das atitudes que expressamos (Vian Jr, 2010) sendo o Julgamento e a Apreciação sentimentos institucionalizados (Martin, 2001). Como Julgamento, os sentimentos são reconstruídos como propostas sobre como deveríamos ou não nos comportar, já como Apreciação, os sentimentos são reconstruídos como proposição sobre o valor das coisas (White, 2004).

Com vistas à identificação das subcategorias, o Afeto pode ser analisado como de: (i) in/felicidade, a respeito das emoções ligadas aos assuntos do coração - tristeza, raiva, felicidade e amor dentre outros; (ii) in/segurança, emoções conectadas à ansiedade, medo e confiança; (iii) in/satisfação, emoções associadas ao tédio, desprazer, curiosidade, respeito (White, 2004). O Afeto ainda pode ser tido como *realis*, projetado no presente envolvendo sentimentos já realizados (“Eu gosto de algo”) ou *irrealis*, com sentimentos relacionados ao futuro, logo, não realizados (“Eu quero algo”) (Martin, 2001).

O Julgamento está voltado para as avaliações do comportamento humano de admiração/crítica no nível da estima social ou de aprovação/condenação para referir-se à sanção social (Martin, 2001), necessitando ser sempre interpretado de acordo com a cultura, as experiências, os valores e as crenças de quem julga ou está sendo julgado (White, 2019). Os Julgamentos de sanção social são de veracidade e propriedade, envolvendo noções de legalidade e moralidade em face da cultura em observação e os Julgamentos de estima social, de normalidade, capacidade ou tenacidade, podem levar a pessoa a ser elevada ou rebaixada na estima de sua comunidade, normalmente sem implicações legais ou morais (White, 2019; White, 2004).

A esfera da Apreciação traz avaliações positivas ou negativas de objetos, edificações, textos, obras de artes e fenômenos naturais em termos de suas atribuições estéticas. Essas avaliações podem referir-se à forma como reagimos às coisas (categoria de reação), isto é, elas chamam nossa atenção? Nos agradam? Elas também podem ser analisadas pela categoria de composição, ou seja, o

equilíbrio e a complexidade daquela “coisa” que está sendo avaliada. Por fim, podemos identificar o valor das coisas nas avaliações “se elas são inovadoras, autênticas, eficazes, saudáveis, relevantes, importantes, significativas, etc.” (White, 2004, p. 191).

É extremamente relevante salientar que a análise que será empreendida no próximo capítulo, buscará, a partir de um viés crítico-reflexivo, um diálogo entre o microdiscursivo e o macrosocial (De Fina, 2008). Isso significa que para além da utilização das categorias analíticas, estarei atenta por exemplo ao que os (não) pertencimentos podem carregar, articulando isso com um entendimento do processo migratório de modo geral que não está fechado apenas para considerações sobre as migrações de minha família. Em um contraponto entre o que é local e o que é global (De Fina, 2008), creio que será possível compreender, a partir das minhas histórias, um pouco mais sobre o fenômeno social das migrações nordestinas para as favelas do Rio de Janeiro, que fez e faz parte da vida de tantas pessoas.

Tendo exposto os pressupostos teórico-metodológicos que orientaram esta dissertação, detalhando o processo de geração de dados, de seleção, transcrição dos excertos e análise com as categorias do Sistema de Avaliatividade, finalizo este capítulo. Finalmente, darei início às análises das narrativas de minha família.

7

Análise das conversas e discussão dos dados

Neste capítulo, aprofundo-me nas análises das conversas reflexivas que tive com os membros de minha família, momento em que buscarei articular os constructos teórico-metodológicos discutidos anteriormente. Para tanto, divido este capítulo em cinco subseções. A análise dos participantes seguirá a ordem dos mais velhos para os mais novos, ou seja, começarei analisando a conversa que tive com Maria e Carlos, meus pais, na primeira subseção. Darei continuidade com a conversa com Leandro, meu irmão, depois com Carlin, meu outro irmão e finalizarei com Karla, minha irmã. A última será dedicada à explanação das minhas reflexões sobre a parte analítica da pesquisa.

7.1

Maria e Carlos

A conversa com Maria e Carlos aconteceu no dia 22 de novembro de 2020 na sala de nossa casa, durante o turno da tarde, e teve a duração de 1 hora, 11 minutos e 34 segundos. O trecho selecionado para análise encontra-se por volta dos 54 minutos de nossa conversa, quando questionei se eles sentiam saudades do Ceará e se pensavam em para lá retornar. Abaixo, Maria e Carlos irão construir suas relações com o Ceará, lugar onde ambos nasceram e viveram até a fase adulta de suas vidas.

Excerto 1

01	Aline	vocês sentem saudades do Ceará pensam em voltar pra
02		↑lá?
03	Maria	EU: sinto sa <u>u</u> dade de quem tá lá do Ceará não hh
04	Aline	por quê? como assim? =
05	Maria	=sinto muita saudade da minha mã:e assim a ↑gente
06		lembra né do Ceará mas lá é muito <u>sofrido</u> muito não
07		tem salário lá não tem trabalho =
08	Aline	=não tem oportunidade =
09	Maria	=não tem oportunidade <u>nenhuma</u> ... a gente pensa assim
10		morar lá quando a gente tiver velhinho mas aí a
11		gente pensa nos netinhos que tão aí... quando a
12		gente passa um dia fora eles já ficam dizendo "cadê
13		vovó? cadê vovô?" eu falo "eu vou-me embora pro
14		Ceará" >eles dizem assim< "Deus ↑defen:da" hh
15	Aline	Hh

16	Maria	é isso eu sinto ↑pouca do Ceará eu sinto mais falta
17		do meu filho dos meus netos da minha nora da minha
18		mãe falta do Ceará...
19	Carlos	a gente sente falta só das pessoas que é da gente lá
20		só né mas pelo lugar a gente só sente saudade dos
21		pais do filho netos só
22	Aline	do lugar...
23	Carlos	do lugar a gente não-
24	Maria	eu sinto pouco né porque lá agora não antigamente
25		tinha o <u>rio</u> pra gente tomar banho agora o rio
26		secou... é:: a lembrança do Ceará é a gente lembra
27		que a gente sofreu muito lá hh trabalhou muito
28	Aline	mas vocês se veem como Cearense né?
29	Maria	↑CLARO CEARENSE Deus me livre, cearense, pessoal
30		pergunta "tu é..." "eu sou cearense moro na Rocinha"
31		vou dizer que moro em São Conrado não porque eu moro
32		na Rocinha

De antemão, é necessário relembrar uma informação que está na metodologia: a pergunta proferida aos meus pais não foi a mesma para os meus irmãos. Entendo que o questionamento de como nos relacionamos com o Ceará e com a Rocinha é mais aberto, podendo acarretar respostas tanto positivas quanto negativas. No que tange ao indagado aos meus pais, embora também possibilite uma resposta afirmativa ou negativa, compreendo, a posteriori, uma certa assumpção de minha parte, ao trazer o sentimento de saudade e o retorno ao Ceará em "vocês sentem saudades do Ceará pensam em voltar pra ↑lá?" (linhas 1 e 2). Possivelmente, ainda que tenha sido natural e espontâneo, isso pode ter acontecido por eu já considerar que existe saudade do lugar de origem e que retornar para lá fosse algo previamente pensado por eles, devido a conversas do nosso dia a dia e de minha própria observação de que essa migração de retorno fosse algo comum e esperado.

Contudo, para minha surpresa, Maria sinaliza, com uma risada no fim de seu turno, não sentir saudade do Ceará, mas sim das pessoas que lá habitam "EU : sinto saudade de quem tá lá do Ceará não hh" (linha 3). Com essa declaração, a participante constrói um Afeto de infelicidade – uma vez que a saudade pode causar sentimentos de tristeza ao indivíduo. Posterior ao meu pedido de explicação dessa fala ("por quê? como assim?=" – linha 4), o sentimento da saudade reaparece, interpretado novamente como Afeto de infelicidade dessa vez altamente graduado pelo advérbio "muita" com o início

das atribuições às pessoas de quem ela sente falta, em primeiro lugar, a sua mãe (“=sinto muita saudade da minha mã:e” – linha 5).

Adiante, tomo conhecimento do porquê minha mãe não sentir saudades do lugar: “lá é muito sofrido muito não tem salário lá não tem trabalho=” (linhas 6 e 7). Destaco as repetições do intensificador-quantificador “muito”, da partícula “não tem” e as escolhas lexicais específicas de “sofrido”, “salário e “trabalho”, sendo que tais elementos colaboram para a compreensão de como Maria constrói o Ceará, a partir de avaliações negativas. Alinho-me a essa construção do local ao dizer que lá “=não tem oportunidade=” (linha 8), narrando em colaboração (Garcez, 2001) com minha mãe que no turno a seguir acrescenta enfaticamente o pronome indefinido “nenhuma”, que age como um intensificador-quantificador (Labov, 1972) para enfatizar a falta de oportunidade nesta localidade (“não tem oportunidade nenhuma” – linha 9).

Uma primeira análise do que foi dito nas linhas 6, 7, 8 e 9 poderia indicar que seriam avaliações explícitas negativas do Ceará no nível da Apreciação de reação-impacto. No entanto, um olhar mais atento para as nuances avaliativas direcionou-me para o questionamento sobre o que e quem faria o Ceará ser tão sofrido, não ter salário, trabalho nem oportunidade. Como apontado no capítulo 3, essa falta de investimentos públicos na região Nordeste é percebida desde o fim do século XIX (Albuquerque Júnior, 2011), tendo seu ápice na década de 1950, quando torna-se explícito, devido aos processos de modernização e globalização, que existe um desequilíbrio entre as regiões Nordeste e Sudeste em termos de políticas de investimentos (Rua, 2003).

Maria situa tais problemas apontando para o tempo atual em uma pequena história (Bamberg; Georgakopoulou, 2008) com uma estrutura não-canônica, utilizando tempos verbais no presente (“é” e “não tem” – linhas 6 e 7). Pontuo aqui que a participante pode estar atribuindo essas dificuldades também à época em que viveu no Ceará, desde o fim da década de 1960 até 1996, sendo possivelmente esses uns dos motivos que acarretaram a migração para o Rio de Janeiro¹⁴. Diante disso, tendo em vista a importância de nomearmos os agentes dessas (faltas de) ações, entende-se que os responsáveis pelas questões negativas

¹⁴ Como já mencionado na nota de rodapé 1, é cabível pensar também na possibilidade de a migração ter ocorrido devido à existência de uma rede migratória já estabelecida entre São Benedito e o Rio de Janeiro, conforme sinaliza Souza (2006).

apresentadas por Maria, são as pessoas que estão nos cargos de poder que não investem no que poderia ajudar o Ceará a ser um lugar melhor. Portanto, decido interpretar agora as falas da participante como avaliações negativas no campo do Julgamento de sanção social de propriedade (ética), como forma de condenação às instâncias governamentais que são as culpadas por isso e as que deveriam ser punidas. Nos turnos das linhas 3, 5-7 e 9, percebo que Maria constrói um não pertencimento político (Angouri et al., 2020) ao Ceará, em que seu relato demonstra, discursivamente, uma negociação socioespacial de exclusão do sujeito, dado que parece ser difícil residir em um local onde não há trabalho e oportunidade.

Quanto à pergunta inicial sobre o pensamento deles de voltarem para nossa terra natal, minha mãe atribui o retorno na condição de ela e do meu pai estarem “velhinho” (linha 10), quando não precisariam trabalhar e não dependeriam das oportunidades que não existem. No entanto, vemos o forte vínculo que Maria tem com seus “netinhos” (linha 11) que moram em seu prédio na Rocinha, o que talvez impediria seu retorno, mesmo quando atingirem uma idade avançada. Depois disso, a participante retoma o que havia dito sobre a saudade, dessa vez, intensificando e quantificando sua saudade do estado para “pouca” (linha 16) em contraste ao uso do sentir “mais falta” (linha 16) do filho, dos netos, da nora e da mãe. Esse sentimento também é compartilhado por Carlos que confere sua saudade aos seus pais, filho e netos (“a gente só sente saudade dos pais do filho netos só” – linhas 20-21). Percebo, assim, que Maria e Carlos constroem um forte vínculo afetivo com os familiares que residem em São Benedito pelas suas construções de Afetos de infelicidade, principalmente presentes repetidas vezes no discurso de Maria. Na vida do migrante, lidar com a distância e a vontade de estar próximo de seus familiares, de fato, pode ser extremamente complicado, sobretudo se as condições de vida no lugar de destino não estiverem tão satisfatórias. Em particular, encontro-me em concordância com o posicionamento de meus pais, porque a saudade me afeta muito também e precisei aprender a lidar com isso desde cedo e hoje me pego refletindo sobre como teria sido crescer perto dos meus avós. Além disso, bate em mim a sensação de estar perdendo um pouco da vida dos meus sobrinhos, filhos de Carlin meu irmão, que estão crescendo com meu acompanhamento de modo bem distante.

Carlos, na tentativa de complementar sua opinião sobre o Ceará, é interrompido por Maria (“do lugar a gente não-” – linha 23) que, como pôde ser visto, tem urgência em narrar. Maria, então, reafirma sua pouca saudade da localidade, mas agora passa relatar em ações complicadoras nos moldes labovianos, que, “antigamente tinha o rio pra gente tomar banho agora o rio secou” (linhas 24-25), indicando em um Afeto de insatisfação que, talvez, ela pudesse sentir mais saudade antigamente, pois haveria a presença do que a deixaria satisfeita – banho no rio, o que hoje não acontece mais. Em suas memórias do Ceará, Maria relembra e avalia de forma enfática, construindo um Afeto de infelicidade que “a gente sofreu muito lá hh trabalhou muito” (linhas 26-27). Quando a participante traz o pronome “a gente”, compreendo que a referência seja a ela e ao meu pai, que são construídos identitariamente por minha mãe como pessoas trabalhadoras que sofreram muito no Ceará.

Ao serem instigados a responder sobre como eles se identificam no que diz respeito à naturalidade de cearense (linha 28), temos a pronta resposta de Maria que atesta, em um alto tom de voz, recurso paralinguístico extremamente avaliativo, que é, sim, cearense (“↑CLARO CEARENSE” – linha 29). Penso que, neste momento, Maria constrói para si um Afeto de satisfação por ser cearense, sugerindo que há atribuições positivas que possam estar relacionadas às pessoas desse lugar, por isso, “Deus me livre” de ser outra coisa diferente disso. Posso ainda interpretar a asserção da participante como uma avaliação moral (Linde, 1997) que nos leva a refletir sobre o significado moral de ser cearense na visão de minha mãe. Nesse caso, Maria cria um Julgamento positivo de sanção social de veracidade, podendo prevalecer, por exemplo, a característica moral de ser trabalhador atrelada aos cearenses, já apontado por Maria. Com isso, ela se projeta com uma identidade de orgulho do seu lugar de origem, o que não me gera espanto, uma vez que esse discurso é recorrente em nossa casa. Mesmo depois de muito tempo aqui no Rio de Janeiro, ela faz questão de enfatizar as nossas raízes – de que todos somos cearenses - até mesmo as minhas sobrinhas que já nasceram aqui no Rio de Janeiro.

Outras ocorrências de avaliações morais implícitas são identificadas quando Maria evidencia dois de seus traços identitários, cearense e moradora da Rocinha, através de um discurso reportado de sua própria fala (“eu sou cearense moro na Rocinha” – linha 30), proveniente de uma situação que a

narradora escolhe trazer para a conversa. Ao não dizer que mora em São Conrado, a participante me leva a ponderar sobre as diferenças do que seria dizer que mora na Rocinha e em São Conrado, em termos de como isso é recebido pelas pessoas de modo geral, mesmo tratando de lugares tão próximos. Por um lado, dizer ser morador de São Conrado é visto pelas pessoas como algo positivo, no que concebo como um Julgamento positivo de sanção social de propriedade, posto que as pessoas desse local são categorizadas como honestas. Por outro lado, proferir que mora na Rocinha resulta em um Julgamento negativo também de sanção social de propriedade, devido ao estigma atrelado ao favelado(a): todos são bandidos ou envolvidos com o tráfico de alguma maneira. Nesse sentido, analiso que a escolha de Maria por negar dizer ser moradora de São Conrado e atestar habitar na Rocinha expressa que a participante se orgulha de onde mora e não tem vergonha de dizer, mesmo que isso acarrete o julgamento negativo alheio. Essa afirmação de identidade de ambas as localidades é algo que especialmente me toca, pois sempre faço questão de fazer o mesmo que minha mãe como inclusive já fiz no capítulo 1 desta dissertação.

No primeiro excerto, reparo que a noção de pertencimento dentro do parâmetro “aqui e lá” (Angouri et al., 2020) se materializa com as construções discursivas de Afeto e Julgamento em avaliações sobre o Ceará (lá). No fim do fragmento, Maria introduz brevemente o tema da Rocinha, aspecto que será melhor abordado no excerto a seguir, quando questiono sobre como eles se relacionam com a Rocinha.

Excerto 2

33	Aline	é... tá bom pera aí... e como que vocês como que é a
34		relação de vocês aqui com a Rocinha vocês acham que
35		se adaptaram aqui: gos:tam
36	Carlos	é a gente se adaptou se adaptou aqui com-
37	Maria	aos trancos e barrancos hh=
38	Carlos	=com muita luta a gente tem tem nós gostamos da
39		Rocinha=
40	Maria	=na Rocinha é tudo perto né Carlito
41	Carlos	tudo é perto tudo é mais fácil
42	Maria	tem médico tem banco tem hortifruti tem farmácia tem
43	Carlos	pra onde você quer ir tem carro=
44	Maria	=tem o que é bom e o que é ruim quem quiser o bom
45		tem quem quiser o ruim também tem
46	Carlos	e tem já o conhecimen:to com certas pessoas entendeu
47		agora cada um faz a sua parte... quem vive na vida
48		do tráfico ele fica pra lá e a gente trabalha no
49		nosso trabalho fica pra um lado cada um segue seu

50		destino
51	Maria	viu deixa pra lá né Carlito
52	Carlos	é
53	Maria	viu deixa pra lá se ouviu não ouve é cego surdo e
54		mudo >e pronto<
55	Aline	hh
56	Carlos	pra conviver na comunidade é assim tem que aprender
57		a viver, viu e não viu, ouviu e não ouviu. deixa pra
58		lá. tem o tráfico tem deixa eles trabalharem nós
59		trabalhamos do nosso trabalho se nós tivermos que
60		resolver alguma questão vamos resolver nós dois sem
61		envolver o tráfico com nós vamos resolver o nosso
62		negócio com nós dois só sem envolver o tráfico,
63		porque tem pessoas que resolvem assim "ah vamos
64		falar com fulano" e não é certo o certo é resolver
65		com você que fez o negócio a gente se adapta na
66		comunidade assim na Rocinha por quê? porque a gente
67		vive dessa maneira, se tá tendo guerra deixa pra lá
68		a gente não sai de casa a gente evita por aí nós
69		estamos vivendo a vida e aconselhando os pequenos
70		que estão nascendo os filhos ter muito cuidado
71		porque tá muito perigoso é? é mas tem que ter
72		cuidado entendeu?
73	Aline	uhum

Aprofundo-me agora nas avaliações que nos permitirão interpretar as construções discursivas de pertencimento dos participantes sobre a Rocinha na esfera do aqui (dentro do “aqui e lá”), em minha pergunta sobre suas adaptações e afeições ao local (linhas 33-35). Diferentemente do fragmento anterior, temos Carlos iniciando com suas contribuições que novamente é interrompido por Maria (“é a gente se adaptou se adaptou aqui com-” – linha 36), momento que ela complementa o pensamento de Carlos. Ambos são da opinião de que houve uma adaptação, mas que ela se deu “aos trancos e barrancos hh=” (linha 37) na visão de Maria, e “com muita luta” (linha 38), nos dizeres de Carlos. Os meus pais constroem a ideia de sofrimento presente nos enunciados avaliativos das linhas 37 e 38 em Afetos de infelicidade. Apesar do sofrimento da adaptação, Carlos cria um Afeto de felicidade ao sinalizar que “nós gostamos da Rocinha=” (linhas 38-39), conferindo o “nós” a ele e a minha mãe, provavelmente.

Em seguida, em uma pequena história, os narradores Carlos e Maria passam a construir colaborativamente uma série de avaliações positivas sobre a Rocinha que podem ser observadas em comparação ao que foi dito sobre o Ceará. Nesse sentido, eles alegam que a Rocinha é o lugar onde tudo é perto (linhas 40-41) e Carlos, em específico, diz que “tudo é mais fácil” (linha 41), talvez

comparando isso às suas vivências e aos tempos difíceis quando morou no Ceará. Em oposição ao que antes Maria apresentara sobre o Ceará, lugar onde não tem trabalho, salário, nem oportunidade, agora a participante caracteriza a Rocinha como o lugar onde “tem médico tem banco tem hortifruti tem farmácia tem” (linha 42) com o acréscimo de Carlos, “pra onde você quer ir tem carro=” (linha 43). Tratando-se de uma localidade, poderíamos atribuir essas avaliações positivas à esfera da Apreciação de reação por impacto. Entretanto, temos que atentar-nos para o fato de que existem agentes por trás dos médicos, bancos, hortifrutis e farmácias existentes na Rocinha, isto é, alguém tornou possível esses acontecimentos. Tais aspectos positivos sublinhados por Maria nos remontam às discussões sobre as dinâmicas de integração das favelas à cidade (Soares Gonçalves, 2006).

Em específico sobre a Rocinha, como abordado no capítulo 3, essas ações tiveram início nas décadas de 1970 e 1980 tendo continuidade na década de 1990 com a criação do programa “Favela Bairro”, instituído pela prefeitura do Rio de Janeiro, um projeto de urbanização que trouxe consideráveis investimentos para a Rocinha. Em minha opinião, há ainda muita coisa que precisa ser feita na Rocinha, dado que certas áreas, não tão assistidas, ainda carecem de saneamento básico. É muito urgente também que haja um maior acesso à cultura e à educação. Nas avaliações implícitas de Maria e Carlos (linhas 42, 43), portanto, posso reconhecer um Julgamento positivo de sanção social por propriedade, pois em certa medida há uma aprovação da participante aos responsáveis pelos investimentos. Além disso, visualizo aqui a construção de um pertencimento político de inclusão (Angouri et al., 2020), uma vez que sua inserção na Rocinha aparenta ser satisfatória em comparação ao Ceará.

Ainda no campo do que a Rocinha possui, Maria, em avaliações morais, ressalta que aqui “=tem o que é bom e o que é ruim” (linha 44), o que passo a compreender nesse contexto o “bom” como a nossa própria vida e o nosso trabalho e o “ruim” concernente à vida no tráfico, enunciado por Carlos nas linhas 47-49. Nesse trecho, noto nitidamente que o participante constrói uma identidade dentro da distinção “nós e outros” (Duszak, 2002), ao posicionar o grupo do tráfico (“outros”) no extragrupo em “quem vive na vida do tráfico ele fica pra lá” (linhas 47-48) em oposição e em um distanciamento do “nós”, nossa família, colocada no intragrupo em “e a gente trabalha no nosso

trabalho fica pra um lado” (linhas 48-49). Esses comentários morais direcionam ao entendimento de que meu pai cria um Julgamento positivo de sanção social de propriedade conferido a nós, em contraste ao Julgamento negativo no mesmo eixo atribuído às pessoas que são envolvidas ao tráfico.

O tráfico, em minha interpretação, veio para abalar as estruturas do pertencimento de inclusão nas experiências dos participantes. Reflito, agora, sobre as implicações do tráfico e a construção de um possível não pertencimento a partir das estratégias de sobrevivência e criação dos filhos na favela. No fragmento das linhas 53 e 54, por exemplo, observo as regras que entendo serem instituídas por Maria e Carlos, embora ditas apenas por Maria em “viu deixa pra lá se ouviu não ouve é cego surdo e mudo >e pronto<” (linhas 53-54). Essas instruções a serem seguidas retratam o perigo de viver na favela e alertam para o que seriam as possíveis consequências caso a gente não siga o “protocolo de segurança” que comprometem nossos sentidos e suas respectivas funções. Isso significa que se virmos ou ouvirmos algo suspeito, o sugerido é que a gente não denuncie, porque se for prejudicar o tráfico algo ruim pode acontecer conosco. Na visão de Carlos, a resolução de problemas entre as pessoas dentro da favela não necessita do envolvimento do tráfico (“se nós tivermos que resolver alguma questão vamos resolver nós dois sem envolver o tráfico” – linhas 59-61). Tal prática, que meu pai julga como errado (“não é certo” – linha 64), é algo que se costuma fazer muito por aqui, considerando que o tráfico pode ser visto como aquele que delibera e julga os atos descritos pelos indivíduos, decidindo o que será feito posteriormente.

Nesse cenário, vejo em meus pais um forte senso de “agência coletiva” (Snow, 2001) concretizada em ações para nos desviarem dos perigos do tráfico, em prol da instauração e da preservação de valores morais que nós, como família, devemos seguir, dado que é preciso “aprender a viver” (linhas 56-57) na favela. O desejo de meus pais, me parece, é a constituição de uma “identidade coletiva” (Snow, 2001) de família para uma melhor adaptação à vida na favela, através de tais ensinamentos. Voltarei a esse ponto ao analisar os fragmentos de meus irmãos, quando veremos se haverá a materialização discursiva nas narrativas de um senso de identidade coletiva em alinhamento aos valores morais de meus pais.

Sigo, agora, para a exposição das construções discursivas de Leandro.

7.2

Leandro

Leandro, meu irmão mais velho, e eu nos reunimos para a realização da nossa conversa na noite do dia 25 de novembro de 2020, no quarto dos meus pais. A gravação de nosso encontro durou 1 hora, 5 minutos e 16 segundos. O momento selecionado para análise situa-se por volta dos 49 minutos, quando solicito que ele comente a respeito de sua relação com a Rocinha e com o Ceará, considerando que já estamos aqui há mais de vinte anos. Leandro inicia versando sobre sua relação com o Ceará, como exposto a seguir.

Excerto 1

01	Aline	e aí:: como que: você vê assim essa sua relação com
02		o lugar que a gente mora né com a Rocinha e com o
03		Ceará já sabendo que a gente tá há mais de 20 anos
04		aqui né como que você se identifica assim com esses
05		dois lugares
06	Leandro	a gente fica: <u>preso</u> eu me sinto como se eu tivesse
07		que viver nos dois lugares ao mesmo tempo porque
08		esse lugar a gente veio pra cá mas meu pai sempre
09		falava "aqui não é nossa <u>terra</u> aqui a gente vive
10		numa terra <u>dos outros</u> a gente não tem vínculo
11		aqui", ele falava "a gente não tem <u>casa aqui</u> então
12		a gente tem que não pode perder as raízes" mas às
13		vezes eu me sinto que como se eu não tivesse
14		viajado às vezes eu me sinto lá ainda sabe?
15	Aline	hum
16	Leandro	porque você deixa lembranças você deixa pessoas pra
17		trás né? no caso primeiramente a gente deixou uma
18		vó que não era vó era mãe né a gente se criou junto
19		então ficou um vazio né a distância e você trabalha
20		estuda e depois faculdade aí você fica sem tempo
21		mas você tem que ter tudo isso pra você né porque
22		você fica lutando pra tudo isso mas aí em
23		compensação você fica com um <u>vazio</u> porque você não
24		pode tá nos dois lugares ao mesmo tempo e aí você
25		fica pensando que tua vida tá lá vivida né todinha
26		as <u>lembranças</u> de onde você nasceu
27	Aline	uhum
28	Leandro	porque eu nasci eu tenho 12 anos da minha vida foi
29		lá então eu tenho muita lembrança de lá do tempo
30		que eu vivi aí fico pensando como seria morar lá?

Logo após minha pergunta, Leandro introduz suas considerações ao atribuir para "a gente" o estado de se sentir "preso" em "a gente fica: preso" (linha 6). Esse sentimento, direcionado pelo meu irmão provavelmente à nossa família pode ser classificado como um Afeto de insegurança, uma vez que estar

preso ou sentir-se preso pode ser uma emoção negativa atrelada à falta de bem-estar social (Almeida, 2010). No mesmo turno, o participante, por meio de uma pequena história (Bamberg; Georgakopoulou, 2008), explica, conferindo a si próprio, o que seria estar sob tal sensação: “eu me sinto como se eu tivesse que viver nos dois lugares ao mesmo tempo” (linhas 6 e 7). Estar “preso”, para Leandro, portanto, parece indicar um certo descontentamento presente na obrigação (“tivesse que”) de estar tanto no Ceará quanto no Rio de Janeiro. De uma certa maneira, compreendo que possivelmente o participante pode sentir-se preso ao Rio por não poder estar no Ceará.

Leandro prossegue fazendo menção à nossa migração do Ceará para o Rio de Janeiro, por meio de uma ação complicadora (Labov, 1972) em “a gente veio pra cá” (linha 8), trazendo para sua narrativa o discurso reportado de meu pai, permeado de metáforas, que me levam à interpretação de uma construção de pertencimento no contraste “aqui e lá” com o foco no “aqui” (Rio de Janeiro). As falas de meu pai, ditas pelo meu irmão em pequenas histórias (Bamberg; Georgakopoulou, 2008), sugerem que o Rio de Janeiro não seria nosso lugar, ao utilizar a metáfora da “terra” em “aqui não é nossa terra” (linha 9), em oposição ao fato de que o Ceará (lá) seria a nossa terra, mesmo isso não tendo sido dito explicitamente. Ao usar o pronome possessivo “nossa”, há o começo de uma construção de identidade na distinção “nós e outros” (Duszak, 2002), ficando ainda mais explícita discursivamente quando é posto que “a gente vive numa terra dos outros” (linhas 9-10). Isso significa que, nós, família cearense, estamos vivendo na terra dos cariocas, os “outros”. No Rio de Janeiro, “a gente não tem vínculo” (linha 10), “a gente não tem casa” (linha 11), provavelmente em comparação ao Ceará, nosso lugar de origem, onde temos vínculos familiares e uma casa própria¹⁵. Por isso, em outra construção metafórica, Carlos diz que a gente “não pode perder as raízes” (linha 12), isto é, não podemos esquecer quem somos tampouco de onde viemos.

É oportuno destacar a relevância do discurso reportado de Carlos para a análise desse primeiro excerto de Leandro. Tal recurso, nas convenções labovianas, é classificado como uma avaliação encaixada (Labov, 1972). Em um

¹⁵ A nossa situação no Rio de Janeiro mudou bastante desde que migramos em 1996. Como já abordei no capítulo 3, começamos a construir nossa casa/prédio na Rocinha no início dos anos 2000. E atualmente, 2021, depois de 8 andares construídos, estamos trabalhando nos detalhes finais da organização da laje.

nível interacional, podemos entendê-lo como uma estratégia em que o narrador expõe suas interpretações da história, salientando implicitamente elementos da narrativa aos quais ele dá mais importância para serem mostrados (De Fina, 2003). Em específico, Leandro escolhe retratar esses dizeres de nosso pai, os quais identifico como ensinamentos, que não sabemos exatamente quando ocorreram, podendo ter sido antes da migração, no início de nossa estadia na Rocinha ou ainda ter sido um discurso que perdurou durante algum tempo nas conversas familiares. Acredito que a última opção seja a mais válida, uma vez que meu irmão fornece a informação de que isso era algo que “meu pai sempre falava” (linhas 8-9), conferindo o caráter contínuo a essa ação pela utilização do advérbio “sempre” e do pretérito imperfeito “falava”. Esses ensinamentos são compreendidos por mim como avaliações morais (Linde, 1997) com nosso pai estabelecendo valores morais para nossa família, posto que ele parece sugerir, nesta interação, que tais ensinamentos correspondessem à maneira correta de nos relacionarmos com o Rio de Janeiro.

Esses valores morais se manifestam, por exemplo, na construção de uma identidade coletiva (Snow, 2001) de família cearense, não somente pelo uso do pronome pessoal “a gente”, mas também pela expressão do possível medo de “perder as raízes”, o que remete a uma forte construção de identidade de alguém que se orgulha de suas origens e não quer que os filhos as percam. Essas instruções, as quais meu pai espera que sigamos, encaminham-me para o que analiso como um movimento de construção de um não pertencimento político (Angouri et al., 2020), ou seja, para que a gente não se inclua e não crie vínculos nesse local.

Isso se torna ainda mais poderoso discursivamente, pelo jeito como Leandro reporta as palavras de Carlos, em avaliações que não projetam ao futuro como em “a gente não vai ter vínculo aqui” ou em deveres e obrigações em “a gente não pode/deve criar vínculo aqui”, mas que estão no nível de verdades incontestáveis pelo uso do presente do indicativo “a gente não tem vínculo aqui” (linha 10), sem abertura para negociação. Essa questão do vínculo me toca, pois de uma certa forma isso reverberou na minha adolescência, quando, de fato, minhas amizades foram controladas. Vejo que a tentativa de meus pais foi que os vínculos fossem criados com as pessoas certas na visão deles que se alinhassem aos seus valores. Então, minhas amizades eram quem eles conheciam da Escola de

Música, da igreja e da escola. Pelas falas de Carlos, posso refletir ainda acerca da definição de migração proposta por Lisboa (2006). Se, para a autora, a migração abarca processos de desenraizamento do local de origem e novo enraizamento no local de chegada, o discurso de meu pai constrói a impossibilidade de um desenraizamento do Ceará, tampouco um novo enraizamento no Rio de Janeiro.

Em seguida à apresentação do discurso reportado de nosso pai, Leandro exprime um sentimento um tanto quanto curioso ao relatar que se sente como se não tivesse migrado para o Rio de Janeiro em “às vezes eu me sinto que como se eu não tivesse viajado às vezes eu me sinto lá ainda sabe?” (linhas 12-14). Nas próximas linhas, o participante envereda em uma explicação sobre o porquê de ainda se sentir no Ceará em sua construção de “lá” no parâmetro do pertencimento “aqui e lá”. Nessa empreitada, noto a construção discursiva do pertencimento pessoal ao local (Angouri et al., 2020) atrelado às pessoas e às lembranças do Ceará, quando meu irmão diz “porque você deixa lembranças você deixa pessoas pra trás né?” (linhas 16-17). O pronome pessoal de tratamento “você” pode ser compreendido aqui como uma alusão ao pronome pessoal “eu” ou até mesmo “nós”, como observa-se no que vem depois, no uso do pronome “a gente”, referindo-se à nossa família, com meu irmão enunciando as ações complicadoras “a gente deixou uma vó que não era vó era mãe né a gente se criou junto” (linhas 17-18).

Nossa avó, quem chamamos carinhosamente e não à toa de mãezinha, acolheu meus pais e meus irmãos em sua casa quando ainda não tínhamos construído a nossa. Por conta disso, acredito que meus irmãos tenham criado um apego maior à dona Raimunda, nossa mãezinha. Em razão a isso, acredito que Leandro tenha sinalizado seu sentimento de “vazio” pela distância de nossa avó, em uma metáfora que sugere que ele constrói para si um Afeto de infelicidade (“então ficou um vazio né a distância” – linha 19). Sobre mim especificamente, pude apenas conviver com ela mais intensamente por um ano antes de migrar para o Rio, então revivo nossos momentos pelas histórias que mãezinha me conta sobre, além de outras coisas, eu ter puxado bastante o cabelo dela.

Em sequência, Leandro trata do trabalho e do estudo como fatores que atestam seus compromissos no Rio de Janeiro, contribuindo para a impossibilidade de estar no Ceará, devido à falta de tempo (“e você trabalha

estuda e depois faculdade aí você fica sem tempo” – linhas 19 e 20). Esses elementos remetem, em minha perspectiva, aos valores morais como obrigações, para os quais a nossa criação foi voltada. Segundo Leandro, educação e trabalho são vistos como algo que “você tem que ter” (linha 21) e fica “lutando pra tudo isso” (linha 22). Leandro faz uso do pronome pessoal de tratamento “você” nas linhas 19 a 22, mas reconheço que ele esteja fazendo referência a si mesmo, porque isso, de fato, aconteceu em sua vida. Meu irmão estudou, fez faculdade de educação física com bolsa de 50% e trabalhou muito desde o momento que chegou ao Rio de Janeiro como boleiro (ajudando o professor de tênis, pegando as bolas na quadra) e, posteriormente, como professor de tênis. Nesse sentido, vejo nele uma pessoa extremamente batalhadora que me inspira constantemente e de quem tenho muito orgulho.

A sensação do “vazio” reaparece no discurso de Leandro, pela provável tristeza de não poder estar nos dois lugares (Rio e Ceará), em um Afeto de infelicidade (“mas aí em compensação você fica com um vazio porque você não pode tá nos dois lugares ao mesmo tempo” – linhas 22-24). Tal repetição de informação confere à sua narrativa uma alta carga avaliativa de dramaticidade, sinalizando que isso realmente importa para ele. Reparo que meu irmão, de uma maneira geral, encontra-se muito saudosos de seu lugar de origem, principalmente quando assinala: “e aí você fica pensando que tua vida tá lá vivida né todinha as lembranças de onde você nasceu” (linhas 24-26). Ao colocar em destaque o fato de ter muitas lembranças do tempo em que viveu em São Benedito, até os seus 12 anos, Leandro declara refletir sobre “como seria morar lá?” (linha 30). Nas linhas subsequentes (31 a 57), trecho que decidi suprimir da análise¹⁶, o participante reflete sobre como seria complicado estar lá no Ceará perto dos avós, do irmão, sobrinhos e amigos de infância, ao mesmo tempo em que estaria longe da família aqui no Rio de Janeiro, seus pais, irmãs e sobrinha.

Direciono-me, agora, para a exposição de como Leandro relaciona-se com a Rocinha, em uma construção discursiva do “aqui”.

¹⁶ Tomei essa decisão apenas por questão de tempo e espaço, uma vez que o excerto de Leandro está extremamente longo. A parte suprimida do excerto de meu irmão encontra-se na seção de Anexo.

Excerto 2

58	Aline	=você acha que você criou assim alguma relação aqui
59		com a Roci:nha você gosta daqui como você se sente
60		com relação a Rocinha a favela
61	Leandro	a gente eu falo que quem bebe água da Rocinha não
62		esquece por mais que diga que é ruim que não presta
63		que é isso que é aquilo a gente cria uma <u>raiz</u> aqui
64		que parece que a água não deixa é diferente você
65		>eu falo com todo mundo< que tem gente de vários
66		lugares que do estado do Brasil e de <u>fora</u> do Brasil
67		pra conhecer esse lugar eu acho eu <u>fico</u> encantado
68		até falo uma frase engraçada "essas porras tudo com
69		dinheiro vem ver os pobres aqui que que esses caras
70		vem ver ↑aqui meu Deus do céu?" mas aqui parece que
71		tem uma coisa que <u>atrai</u> as pessoas então é como se
72		fosse um não sei <u>explicar</u> um <u>imã</u> que atrai um
73		<u>segredo</u> que a pessoa quer vim aqui então a gente
74		por ter vindo aqui a gente criou um laço tipo de
75		<u>família</u> com o lugar, porque é aqui que muitas vezes
76		deixa a gente seguro vamos supor por que que
77		ninguém viaja pro Rio Grande do Sul pô por que que
78		meu pai não foi foi pro Rio Grande do Sul ou Santa
79		Catarina em vez de vir pra essa <u>merda</u> aqui
80	Aline	hh
81	Leandro	lá é <u>outro mundo</u> é outra sociedade as pessoas o
82		nível de educação e aqui não, é essa brabeira, todo
83		mundo que vem pra Roci:nha é como se a identidade
84		genética desse pessoal que já fez esse projeto lá
85		de vir esses imigrantes que vieram de lá tão tudo
86		<u>aqui</u> então o que deixava a gente seguro era
87		trabalhar a semana toda e o final de semana volta e
88		meia a gente ver um conhecido ver um primo que mora
89		aqui um amigo de infância=
90	Aline	=que veio de lá também=
91	Leandro	=que veio de lá também aí foi criando uma
92		<u>identidade</u> , você vai pra São Paulo em determinados
93		lugares a gente chega na casa das famílias você já
94		vê todo mundo chegando "e aí, tudo bem? Vai lá
95		quando?" "não agora não" aí aquilo ali cria uma
96		identidade e de certa maneira a gente na Rocinha
97		cria assim uma <u>raiz</u> ela penetra lá na árvore da
98		árvore ela penetra lá na rocha e por mais que a
99		gente saia a gente vai hoje em dia na vida de
100		adulto você vai pro Rio Grande do Sul você vai pra
101		São Paulo você vai que seja pra Petrópolis você vai
102		pra São José dos Campos vamos supor mas você sa:be
103		que quando você tem sua casa aí quando você tá lá
104		aí de repente é "num sei o que a Rocinha" tu sente
105		que sente falta do <u>troço</u> não dá pra entender
106	Aline	hh

Quando pedi que Leandro expressasse acerca de seu relacionamento com a favela da Rocinha (linhas 58-60), ele introduz sua narrativa com uma metáfora, recurso avaliativo que compareceu também no primeiro excerto e reaparece em

diversos momentos desse segundo fragmento. Na perspectiva do participante, “quem bebe água da Rocinha não esquece” (linhas 61-62), porque provavelmente é uma água boa, atribuindo, assim, uma característica positiva ao local em uma Avaliação de reação por impacto. Ainda que digam que “é ruim que não presta que é isso que é aquilo” (linhas 62-63), “a gente cria uma raiz aqui” (linha 63), a gente criou um laço tipo de família com o lugar (linhas 74-75). As qualificações negativas conferidas à Rocinha em avaliações morais (Linde, 1997) nos adjetivos “ruim” e “não presta” remontam ao que se costuma dizer em estereótipos negativos não só da Rocinha, mas de favelas como um todo, em que se associa a favela, somente, por exemplo, ao tráfico. Essa avaliação do local construída pelo meu irmão de como julgam a Rocinha pode ser identificada como uma Avaliação negativa de reação por impacto. Porém, escolho interpretá-la como um Julgamento negativo de sanção social de propriedade¹⁷, dado que a localidade seria “ruim”, pois seria composta por indivíduos que “não prestam”. Nesse sentido, seguindo o parâmetro do Julgamento e não o da Avaliação, enfatizo a avaliação para com o comportamento das pessoas. Em específico, olhando criticamente para isso, posso inferir que a Rocinha seria ruim e não presta, posto que não há condições dignas oferecidas pelo Estado para que ela seja um local bom.

Em paralelo a esses julgamentos negativos advindos de muitas pessoas, Leandro constrói um forte pertencimento pessoal (Angouri et al., 2020) à Rocinha, demonstrando ter criado um forte vínculo com o local pelo uso das metáforas da “raiz” e do “laço tipo de família”. É nesse sentido também que noto um “enraizamento” (Lisboa, 2006) na favela da Rocinha, onde o participante alega ser o lugar que “muitas vezes deixa a gente seguro” (linhas 75-76), expressando um Afeto de segurança.

Leandro mostra-se, surpreso, no entanto, ao constatar que há uma variedade de pessoas de dentro e de fora do Brasil que vem visitar a Rocinha (“tem gente de vários lugares que do estado do Brasil e de fora do Brasil pra conhecer esse lugar eu acho eu fico encantado” – linhas 65-67). O participante reconstrói sua fala em um discurso reportado, classificado

¹⁷ A esse respeito, Martin e Rose (2003) alegam que existe uma linha tênue entre Julgamento e Avaliação. De acordo com os autores, o que auxilia na decisão da interpretação é a consideração do contexto situacional e cultural em que a avaliação ocorre.

por ele mesmo como uma “frase engraçada” (linha 68), quando diz “essas porras tudo com dinheiro vem ver os pobres aqui que que esses caras vem ver aqui meu Deus do céu?” (linhas 68-70). Tal sentimento de espanto consiste no questionamento sobre o que teria de tão especial na Rocinha, fazendo com que pessoas que tivessem dinheiro denominadas por Leandro “essas porras tudo com dinheiro”, avaliação altamente graduada devido ao uso de “porras”, desejassem vir aqui ver os “pobres”, adjetivo que os classifica como pessoas sem dinheiro. A explicação fornecida por Leandro é que há alguma coisa, que não se sabe bem o que é, que chama as pessoas para a Rocinha: “aqui parece que tem uma coisa que atrai as pessoas então é como se fosse um não sei explicar um imã que atrai um segredo que a pessoa quer vim aqui então” (linhas 70-73).

O aspecto sobre o que atrai indivíduos à Rocinha pode ser inclusive expandido para a questão da migração, lembrado por Leandro adiante. Em primeiro lugar, meu irmão se põe a indagar sobre a vinda de meu pai, o precursor na migração para a Rocinha e não para um lugar “melhor”, superior, no seu julgamento, quando ele diz: “por que que meu pai não foi pro Rio Grande do Sul ou Santa Catarina em vez de vir pra essa merda aqui” (linhas 77-79). Nessa construção do “aqui” (Rocinha) e do “lá” (Rio Grande do Sul ou Santa Catarina), meu irmão apresenta avaliações morais (Linde, 1997) positivas ao proferir que no Sul “é outro mundo é outra sociedade as pessoas o nível de educação” (linhas 81-82) em comparação à Rocinha, onde é “essa merda” e “essa brabeira” (linha 82), substantivos com alta carga dramática que conferem à favela avaliações morais negativas.

Sair da periferia do Brasil em direção à periferia de um grande centro (Tomaz; Barbosa, 2021), no Rio de Janeiro, parece ter causado uma imensa frustração em face da superioridade dos outros locais no Sul do país. Suas avaliações desses locais, em uma primeira instância, poderiam indicar Apreciações de reação por impacto, no eixo positivo para os estados do Sul e no eixo negativo para a Rocinha. Contudo, analisando mais profundamente esse trecho, interpreto que Leandro constrói um Julgamento de sanção social por propriedade, pois pode haver o elogio a quem fez com que esses lugares do Sul fossem “outro mundo, outra sociedade” com um bom nível de educação. Ao contrário da Rocinha, para onde meu irmão atribui palavras negativas, podendo

ser em um tom de denúncia de quem faz a Rocinha ser “essa merda” e “essa brabeira”, provavelmente remontando à insatisfação e às situações de dificuldades, respectivamente.

No que corresponde ao nosso projeto de migração, meu irmão compreende nesse povo migrante uma possível “identidade genética”, algo biologicamente inscrito, que talvez justificasse o grande contingente de nordestinos que se destinaram a essa favela (“todo mundo que vem pra Roci:nha é como se a identidade genética desse pessoal que já fez esse projeto lá de vir esses imigrantes que vieram de lá tão tudo aqui” – linhas 82-86). Nos intensificadores-quantificadores em “todo mundo” e “tudo”, percebo a ênfase no que diz respeito às muitas pessoas que para a Rocinha migraram, principalmente pessoas que nós conhecemos, sejam familiares sejam amigos do Ceará. Isso, nas palavras de Leandro, “deixava a gente seguro (...) trabalhar a semana toda e o final de semana volta e meia a gente ver um conhecido ver um primo que mora aqui um amigo de infância=” (linhas 86-89). No Afeto de segurança materializado em se sentir “seguro”, escolha lexical que aparece aqui pela segunda vez, identifico a presença de um pertencimento pessoal (Angouri et al., 2020) à Rocinha através das pessoas que também são cearenses. Indo um pouco além, posso considerar que há a construção de pertencimento político, uma vez que esses encontros com os conhecidos do lugar de origem possam ter colaborado para dinâmicas de inclusão mais satisfatórias para quem migra e está longe da sua terra natal. Por exemplo, isso não está contemplado na fala de Leandro, mas existem redes de familiares que já estão no local há um tempo que apoiam quem acaba de chegar e precisa de um lugar para ficar por um período, dão indicação de trabalho, o que, de fato, aconteceu com meu pai em suas primeiras vindas à Rocinha: meu padrinho Cecílio cedeu sua casa para ele ficar por um período e começou a trabalhar também por indicação de um conhecido em um restaurante.

Outra observação relevante sobre a fala de Leandro é que ela reforça sua construção de pertencimento ao Ceará, se refletirmos criticamente sobre o que a noção de se sentir seguro carrega. Creio que Leandro afirma ter tal sentimento porque estar em segurança pode significar ter um contato, ainda que indireto, com as suas origens e raízes. Nesse contexto, não só “ver” a pessoa, verbo utilizado por Leandro, mas estar e conversar com ela pode proporcionar essa aproximação e

ativar suas lembranças do seu lugar de origem. Estar com pessoas com quem você se identifica que são parecidas com você em termos de terem vivido experiências parecidas, no caso, a migração, pode nos ajudar a não esquecermos de onde viemos. Isso é bastante enfatizado e propagado pelo meu pai como uma manutenção de identidade de cearense presente nos dizeres de Leandro no primeiro excerto. Tal contato, na sua concepção, “foi criando uma identidade” (linhas 91-92) e, colabora, no meu ponto de vista, para uma construção de identidade coletiva (Snow, 2001) de migrantes, como uma rede de indivíduos que convive e se apoia em todos os tipos de situações. Leandro, posteriormente, em um diálogo reconstruído, demonstra como em São Paulo, onde também tem muitos migrantes nordestinos, alguns familiares nossos incluídos, os encontros com conhecidos contribuem para a construção de identidade de migrante. O que me salta aos olhos é que a pergunta enunciada nesse diálogo é sobre quando acontecerá a visita para a terra natal em “e aí, tudo bem? Vai lá quando?” “não agora não” (linhas 94-95), o que colabora para reforçar a ideia apresentada anteriormente sobre manter o contato com as pessoas do seu lugar de origem.

Leandro, por fim, retoma a sua construção de pertencimento à Rocinha, fazendo referência novamente à metáfora da raiz só que dessa vez de maneira mais profunda: “a gente na Rocinha cria assim uma raiz ela penetra lá na árvore da árvore ela penetra lá na rocha” (linhas 96-98). Diante disso, percebe-se o pertencimento pessoal de Leandro (Angouri et al., 2020) à favela da Rocinha ainda mais acentuado pela trajetória que ele faz da raiz até a rocha. Em situação de viagem para qualquer lugar (Rio Grande do Sul, São Paulo, Petrópolis e São José dos Campos, citados pelo participante), em algum momento “você tá lá aí de repente é °num sei o que a Rocinha° tu sente que sente falta do troço não dá pra entender” (linhas 103-105). Isso significa que, mesmo referindo-se à Rocinha como “troço”, palavra de conotação negativa, ele parece gostar tanto desse local e se sentir tão pertencente a ele que quando viaja mesmo para locais perto sente saudade, sentimento que categorizo como um Afeto de infelicidade.

Abaixo estão as narrativas de Carlin, meu irmão.

7.3 Carlin

Meu irmão Carlin foi o primeiro com quem conversei por intermédio da plataforma *Google Meet*, uma vez que ele mora no Ceará desde 2006. Nosso encontro foi no dia 6 de novembro de 2020, no período da manhã, com a duração de 56 minutos e 38 segundos. Os dois fragmentos selecionados para análise encontram-se praticamente no final da conversa por volta dos 44 minutos, quando em uma das últimas perguntas solicito que Carlin comente sobre como ele se relaciona com os dois locais onde viveu, Ceará e Rocinha.

Excerto 1

01	Aline	então como que você pensa assim a sua questão por
02		ter <u>migrado</u> tanto né como você vê a sua questão com
03		o <u>Ceará</u> né a sua questão de <u>identidade</u> é: sua
04		questão com a <u>favela</u> também com a <u>Rocinha</u> como que
05		você é: não sei se eu tô sendo <u>clara</u> mas quais são
06		suas sua relação com esses dois lugares sabe tudo
07		bem que você passou mais tempo no Ceará do que aqui
08		mas como que você: é: relaciona esses dois lugares
09		com relação a quem você é
10	Carlin	na <u>Rocinha</u> eu sou <u>cearense</u> na <u>Rocinha</u>
11	Aline	hum
12	Carlin	<u>aqui</u> eu sou <u>eu</u>
13	Aline	hh
14	Carlin	então eu posso <u>dizer</u> que aqui no <u>Ceará</u> eu estou como
15		um <u>camaleão</u> eu estou <u>camuflado</u> eu sou eu me <u>pertenço</u>
16		aqui entendeu? eu me sinto mais <u>pertencido</u> ao <u>Ceará</u> :
17		do que à <u>favela</u> do que à Rocinha mas eu gosto da
18		Rocinha entendeu não é que=
19	Aline	=uhum=
20	Carlin	=eu acho que talvez pela <u>hostilidade</u> que a gente
21		sofre <u>aí</u> , a <u>hostilidade</u> no sentido de <u>preconceito</u> a
22		gente não passa a ter uma certa proteção de não se
23		incluir no ambiente né no espaço geográfico aí
24	Aline	entendi
25	Carlin	porque: hoje não hoje a gente vai pra aí a gente
26		quase não é <u>percebido</u> aí né o pessoal não vê não
27		sabe se a gente é turista se a gente <u>mora</u> lá né
28	Aline	mudou muita coisa
29	Carlin	se a gente é <u>cearense</u> se a gente é <u>carioca</u> né
30	Aline	uhum

A minha pergunta já anuncia algumas informações importantes sobre a vida de Carlin a serem consideradas para a análise, as quais detalharei agora. Sua

primeira vinda ao Rio de Janeiro aconteceu em 1995, quando veio acompanhado de um conhecido para uma consulta médica para ver um problema no braço e passou apenas alguns meses. A segunda viagem para o Rio ocorreu em 1996 em nossa mudança oficial para Rocinha. Em outros momentos de nossa conversa que não estão nos fragmentos selecionados, ele relatou que seu primeiro ano na cidade foi muito difícil, pois não “se sentia em casa” e “não gostava do lugar”, além de sentir pena da mãezinha (nossa avó) por ter ficado sozinha no Ceará e pela xenofobia que sofreu. Por conta disso, ele retorna ao Ceará em 1998 para morar com a mãezinha e permanece até 2002, momento em que decide voltar para o Rio porque tinha o sonho de se tornar jogador de futebol. Apesar de ter feito testes para os clubes do Flamengo e do São Cristóvão, seu sonho frustrou-se ao ter se machucado nas obras da construção de nosso prédio, o que influenciou na desistência de tornar-se um jogador profissional. Em 2006, após ter finalizado o ensino médio, Carlin regressa a São Benedito para casar-se com uma menina por quem se apaixonou durante o período de férias escolares.

Nesse cenário, diante dessa trajetória de migrações, é válido frisar que o discurso de meu irmão se circunscreve nessa sua condição de migrante retornado. Alinho-me, portanto, à colocação de Souza (2015) ao propor uma reflexão sobre as noções de lugar de origem e lugar de retorno. No caso do participante, analiso sua relação com o Ceará não como lugar de origem, mas na perspectiva do lugar de retorno, uma vez que o local não é o mesmo (e nunca será) de quando ele deixou na primeira ou na segunda migração.

Desde o início de seu discurso narrativo, formado majoritariamente por pequenas histórias (Bamberg; Georgakopoulou, 2008), já percebo um movimento de construção bem marcada de pertencimento “aqui e lá”, sendo aqui, o Ceará, e lá, o Rio de Janeiro. Na linha 10, por exemplo, a fala de Carlin me leva a questionar o porquê de ele declarar que na Rocinha, e somente lá, repetindo mais de uma vez o nome da localidade enfaticamente, ele é cearense (“na Rocinha eu sou cearense na Rocinha” – linha 10). A caracterização de sua naturalidade do lugar para o qual migrou nos direciona à seguinte problemática: por que no Ceará ele “é quem ele é” (“aqui eu sou eu” – linha 12), não precisando indicar que é cearense?

A resposta para o que indaguei já aparece entre as linhas 14 e 18, momento em que Carlin constrói uma identidade de pertencimento ao Ceará, quando diz:

“eu sou eu me pertenço aqui entendeu? eu me sinto mais pertencido ao Ceará: do que à favela do que à Rocinha” (linhas 15-17). Esse pertencimento pessoal (Angouri et al., 2020) é construído a partir de uma avaliação de Carlin de como se sente no Ceará: “aqui no Ceará eu estou como um camaleão eu estou camuflado” (linhas 14 e 15) que identifico como um Afeto de segurança. Essa construção avaliativa metafórica de “ser um camaleão” é o que nos possibilita compreender que Carlin se sente seguro no Ceará, possivelmente porque se sente igual aos outros cearenses e quem ele é e sua naturalidade não são percebidos, por isso ele estaria camuflado como um camaleão.

Além disso, podemos considerar que o participante, ao mesmo tempo que constrói uma segurança e pertencimento ao Ceará, constrói também uma identidade de não pertencimento à Rocinha, embora diga nas linhas 17 e 18 que goste do local, construindo discursivamente um Afeto de felicidade (“mas eu gosto da Rocinha entendeu” – linhas 17-18). Logo em seguida, capta-se por que Carlin não “está como um camaleão” no Rio de Janeiro: “=eu acho que talvez pela hostilidade que a gente sofre aí, a hostilidade no sentido de preconceito a gente não passa a ter uma certa proteção de não se incluir no ambiente né no espaço geográfico aí” (linhas 20-23) O uso do verbo “sofrer” nos sugere a emoção de tristeza, o que categorizo como um Afeto de infelicidade, avaliação negativa que se refere à “hostilidade” e ao “preconceito” que o participante experienciou, o que demonstram, através de escolhas léxico-gramaticais bastante significativas como “certa proteção” e “não se incluir” que ele constrói um não pertencimento a esse espaço geográfico, Rio de Janeiro. A partir disso, ainda é possível analisar esse trecho como um Julgamento negativo de sanção social por propriedade, posto que pode haver uma denúncia sobre o comportamento dessas pessoas que foram hostis e preconceituosas com “a gente”. Esse “a gente” pode ser apenas meu irmão, nossa família ou os migrantes de maneira geral.

Ser estigmatizado e sofrer preconceito não é reflexo apenas de sua vivência, mas a de muitos migrantes nordestinos que vieram para o sudeste. Apesar de Carlin não dizer quem o hostiliza, sabemos que é alguém com mais poder que ele, possivelmente os cariocas, tornando explícitas para quem lê as relações de poder construídas pelas suas avaliações. Por essa razão, posso sugerir

que, para meu irmão, ser quem ele é, isto é, ser cearense no Rio de Janeiro e tudo que isso engloba – modos de falar, culturas – pode acarretar diferentes tipos de estigmas, por isso se dá a não inclusão, interpretado aqui como uma construção de um não pertencimento político, dado que o preconceito resultou na sua exclusão socioespacial, como ele mesmo apontou. Afinal, em um questionamento meu, como se sentir incluído e acolhido em um local onde a pessoa sofre preconceito?

Entre as linhas 25 e 27, Carlin traz o momento presente para alegar que não há uma fácil identificação do cearense hoje em dia (“porque: hoje não hoje a gente vai pra aí a gente quase não é percebido” – linhas 25-26), podendo gerar dúvidas se o indivíduo é carioca ou até mesmo um turista (“o pessoal não vê não sabe se a gente é turista se a gente mora lá né” – linha 26-27), diferentemente da época em que migramos pela primeira vez:

Excerto 2

31	Carlin	mas na época quando a gente era <u>criança</u> parece que
32		era mais visível a gente era: era <u>retirante</u> era
33		<u>nordestino</u> era <u>migrante</u>
34	Aline	uhum
35	Carlin	então devido a essa essa recusa do lugar do espaço
36		eu eu não me sinto <u>pertencente</u> ao lugar
37	Aline	uhum
38	Carlin	entendeu... na minha visão <u>pessoal</u>
39	Aline	entendi
40	Carlin	na minha visão <u>profissional</u> >vamos dizer assim< na
41		área de social de classe social aí a gente se
42		aproxima mais um pouco né porque a gente todo mundo
43		é <u>trabalhador</u> a gente tem <u>semelhanças</u> a gente se
44		aproxima mais um pouco aí se eu levar pro lado
45		também das <u>amizades</u> dos amigos que são trabalhadores
46		que trabalham em restaurante a gente se identifica
47		mais porque a gente eu passei por isso né por essa
48		por esse por essas mesmas coisas né
49	Aline	uhum
50	Carlin	é nesse sentido
51	Aline	entendi

Ao mencionar a época de sua infância, período que remete ao fim da década de 1990, Carlin apresenta atributos direcionados “a gente”, podendo ser à nossa família, ou até mesmo aos migrantes de modo geral, devido à nossa condição de recente migração: “mas na época quando a gente era criança

parece que era mais visível a gente era: era retirante era nordestino era migrante” (linhas 31-33). Quando o participante indica ser mais visível esse tipo de identificação, podemos pensar em duas características que tornam isso possível: a primeira trata dos traços físicos como a “cabeça-chata” de alguns nordestinos que, como abordado anteriormente nas palavras de Souza (2015), trata-se de um racismo sutil e diferenciado, causando a estigmatização do migrante nordestino no Sudeste. A segunda característica refere-se aos sotaques, forte indicador que pode ocasionar em discriminação e agressões verbais para com os nordestinos.

Através da utilização do léxico “retirante”, “nordestino”, “migrante”, Carlin constrói um Julgamento negativo de estima social de não normalidade, assinalando a forma como ele era julgado pelas pessoas, definições que o rebaixaram na estima de sua comunidade e que o fizeram sofrer preconceito. Em outras palavras, ser retirante, termo normalmente usado para referir-se ao nordestino que migra para o sul-sudeste por causa da seca e da miséria, é sinônimo do ser não normal, do ser diferente dos demais, dos cariocas. Outro ponto a ser observado nas linhas 32 e 33 é a construção de uma avaliação na prosódia pela repetição da estrutura do verbo ser no passado, criando um paralelismo “era... era... era...” e pela ênfase dada nas sílabas finais das palavras retirante, nordestino, migrante.

Outra vez, Carlin reafirma e reconstrói seu não pertencimento ao Rio de Janeiro nas linhas 35 e 36: “então devido a essa essa recusa do lugar do espaço eu eu não me sinto pertencente ao lugar”. Neste momento, ganha destaque o item lexical “recusa” que carrega uma grande carga avaliativa negativa dessa não pertença, me provocando o seguinte questionamento: ele recusou o local ou o local lhe foi recusado? Considero que, devido ao preconceito já relatado, o local representado pelas pessoas que ali habitam o recusaram e meu irmão recusou o lugar por conta disso.

Particularmente, saber sobre todo esse sofrimento por causa do preconceito que meu irmão vivenciou me dói muito. Ter vindo muito nova me trouxe a “vantagem” de não ter sotaque cearense, o que me poupou dos comentários preconceituosos, ao contrário de meus irmãos que relataram diversas situações em que foram zombados por causa de suas formas de falar. Tanto Carlin quanto Leandro trouxeram em nossas conversas algumas narrativas que não estão nos

excertos analisados, salientando esse aspecto do sotaque. Carlin, por exemplo, diz que isso foi um dos fatores que o deixou desanimado de continuar por aqui, a linguagem, segundo ele, entregava sua naturalidade – era algo que não dava para disfarçar. Ele alega, inclusive, que na época até “arranhava um carioquês e um favelado com gírias”.

O que foi exposto até agora concerne à visão pessoal de Carlin, sendo o que será dito entre as linhas 40 e 48 o relato de sua visão profissional quanto a sua relação com a Rocinha/Rio de Janeiro e o Ceará. A partir disso, o participante constrói uma certa aproximação com a Rocinha/Rio de Janeiro e com os cariocas/favelados através do atributo de ser trabalhador: “na minha visão profissional >vamos dizer assim< na área de social de classe social aí a gente se aproxima mais um pouco né porque a gente todo mundo é trabalhador a gente tem semelhanças a gente se aproxima mais um pouco” (linhas 40-44). Identifico na frase “todo mundo é trabalhador” uma avaliação moral (Linde, 1997) na construção de um Julgamento positivo de sanção social de propriedade (moral e ética). Uma primeira leitura poderia indicar que, na verdade, se trataria de um Julgamento positivo de estima social de normalidade, sendo essa avaliação de “ser trabalhador” tida como um comportamento padrão, usual. Porém, considerando o contexto sociocultural como fundamental para a classificação e compreensão do que acontece na interação, podemos declarar que a característica de ser trabalhador é analisada aqui como equivalente à de ser honesto. Isto é, no nosso contexto, o indivíduo é aprovado ou condenado moralmente na sociedade a depender se ele tiver um trabalho ou não. Nesse sentido, ser trabalhador faz do indivíduo um cidadão justo, ético e que respeita as leis e é essa característica que aproxima Carlin “mais um pouco” dos cariocas/favelados que também são trabalhadores como ele. A questão do trabalho também pode ser analisada como um valor moral de família, algo que também foi dito por meus pais e Leandro.

Por fim, essa aproximação e identificação com as pessoas do local acontece também com amigos que “são trabalhadores que trabalham em restaurante a gente se identifica mais porque a gente eu passei por isso né por essa por esse por essas mesmas coisas né” (linhas 45-48). Posso refletir que “essas mesmas coisas” podem ter sido os momentos de dificuldades que todos enfrentaram, posto que todos são trabalhadores, portanto,

pertencentes à mesma classe social, uma característica que os une de certa maneira. É nesse sentido, através do valor moral do trabalho que visualizo essa aproximação entre Carlin e os cariocas/favelados.

As considerações de Karla sobre sua relação com o Ceará e a Rocinha estão delineadas na próxima subseção.

7.4 Karla

Karla e eu nos encontramos para conversar no dia 12 de novembro de 2020 na cozinha de minha casa, no período da manhã. Nossa conversa durou 53 minutos e 48 segundos, com o fragmento selecionado para a análise localizado em torno dos 25 minutos. Nesse momento, pedi para ela discorrer sobre sua relação com o Ceará e sobre ser cearense.

Excerto 1

01	Aline	qual seria assim a sua <u>relação</u> com a questão de você
02		ser cearense? tipo a gente já tá aqui há muito tempo
03		há mais de 20 anos né então como que como que você
04		<u>construiu</u> essa relação você <u>tem</u> essa relação com o
05		Ceará assim de tipo "eu vim pra cá <u>nova</u> mas mesmo
06		assim eu sou né cearense" pelo menos é o meu caso né
07		eu... po eu fiquei um ano <u>lá</u> né então as pessoas já
08		assumem assim "ah mas você é <u>carioca</u> praticamente
09		né... você nasceu lá mas você veio muito nova pra cá
10		não tem <u>nada</u> de lá" mas eu faço questão né de falar
11		né "não que isso"=
12	Karla	=hh
13	Aline	"sou cearense <u>sim</u> "
14	Karla	"=sou cearense... Deus me livre hh"
15	Aline	se eu falar que não sou também né... <u>apanho</u> hh
16	Karla	é assim eu sempre me identifico né como <u>cearense</u> ...
17		é: nunca tive problema quanto a isso é: mas assim eu
18		acho que a a relação que ainda mantém com esse
19		<u>lugar</u> , porque esse lugar que a gente <u>mora</u> eu não
20		tenho assim eu tenho só uma pessoa que era minha
21		amiga né de infância lá que continua mas muda não
22		adianta... °muda° e assim o que:... mantém <u>vínculo</u>
23		com esse lugar ainda é a minha vó né meus avós e meu
24		<u>irmão</u> assim né tanto é que você vai com esse
25		objetivo [de visitar]
26	Aline	[de visitar] exatamente
27	Karla	porque o lugar que a gente veio não é ponto
28		turístico é no Ceará mas não é na capital não é no
29		centro... claro que quando a gente vai pode até ir
30		pra outros lugares mas assim sempre é com esse
31		<u>objetivo</u> né rever visitar então esse é o maior

32		<u>vínculo</u> que a gente ainda pelo menos eu <u>mantenho</u> com
33		esse lugar em si ali onde minha avó mora e meu irmão
34		mora.
35	Aline	entendi então é então você ainda sente esse vínculo
36		e você se identifica com=
37	Karla	=uhum
38	Aline	certo

Diferentemente do que aconteceu nas outras conversas, na pergunta que fiz à minha irmã, externei meu posicionamento sobre minha relação com o Ceará. Em um discurso reportado de minha própria fala, eu exponho que, apesar de ter migrado ainda nova, me considero cearense (“eu vim pra cá nova mas mesmo assim eu sou né cearense” – linhas 5-6). Simulo, ainda, um diálogo de uma situação bastante recorrente em minha vida que, inclusive, foi abordada no capítulo 1, em outro discurso reportado de uma pequena história (Bamberg; Georgakopoulou, 2008), com uma pessoa falando para mim: “ah mas você é carioca praticamente né... você nasceu lá mas você veio muito nova pra cá não tem nada de lá” (linhas 8-10), comentário sobre o qual “faço questão né de falar” (linhas 10-11) que “sou cearense sim=” (linha 13). Reconheço que, essa minha construção de afirmação de identidade de cearense pela utilização da estratégia do discurso reportado, aponta para algo que considero relevante de ser ressaltado nessa interação com minha irmã. Portanto, analiso esse meu movimento avaliativo como uma espécie de pedido de confirmação de alinhamento ou não de Karla ao meu posicionamento.

Antes de efetivamente responder a minha pergunta, a participante em uma fala engatada dá continuidade ao meu discurso reportado, não dando a entender, exatamente, se ela está se referindo a si própria ou a mim, quando diz: “=sou cearense... Deus me livre hh” (linha 14). Independentemente de para quem seja a referência para o atributo de cearense, minha irmã se alinha ao que eu disse, narrando em cooperação comigo (Garcez, 2001) e trazendo uma avaliação moral (Linde, 1997) – “Deus me livre” – que pode significar um pedido a Deus para que ela seja livrada de proferir não ser cearense, uma vez que isso pode trazer consequências negativas para ela. Isso se confirma no turno da próxima linha, quando atesto que “se eu falar que não sou também né... apanho hh” (linha 15). A utilização do verbo “apanhar” de forma enfática é muito

representativa nesse contexto, interpretado no sentido metafórico e não literal, ele ganha força, posto que dizer que não é cearense é algo muito sério para minha família, especialmente para minha mãe como já sinalizei na análise dos meus pais (cf. capítulo 7.1). É nesse sentido que posso reconhecer que, a questão de ser cearense e verbalizá-la, está diretamente atrelada a um valor moral de família.

No trecho das linhas 16-35 e 27-34, Karla adentra em suas reflexões sobre sua relação com seu local de nascimento, Ceará, a partir de pequenas histórias (Bamberg; Georgakopoulou, 2008) em grande parte. A participante, então, enuncia sua identificação como cearense, algo que ela “sempre” manifesta e que “nunca” teve problemas nessas situações (“eu sempre me identifico né como cearense... é: nunca tive problema quanto a isso” – linhas 16-17). Em minha perspectiva, há a possibilidade de algumas pessoas se sentirem envergonhadas de dizer de onde elas são e omitirem essa informação como já vi acontecer em algumas ocasiões. A utilização dos advérbios intensificadores “sempre” e “nunca” me auxiliam na interpretação de que minha irmã constrói uma afirmação de identidade de cearense. Isso aponta ainda para a construção de uma identidade coletiva e um senso de “nós” (Snow, 2001) de família cearense, valor moral com o qual eu e Karla nos alinhamos.

Em seguida, a participante trata dos vínculos que ela preserva com seu lugar de origem, nos trechos a seguir: “a relação que ainda mantém com esse lugar” (linhas 18-19), “o que:... mantém vínculo com esse lugar ainda é a minha vó né meus avós e meu irmão” (linhas 22-24) e “esse é o maior vínculo que a gente ainda pelo menos eu mantenho com esse lugar” (linhas 31-33). Nessa pequena história (Bamberg; Georgakopoulou, 2008) de Karla, observo a construção discursiva de um pertencimento pessoal ao local (Angouri et al., 2020) ligado às pessoas, em particular, aos membros de nossa família. As idas ao Ceará, portanto, estariam dentro do objetivo, segundo Karla e eu, em falas sobrepostas, “[de visitar]” (linhas 25-26) os familiares e não primordialmente para passeios turísticos, visto que nossa cidade é distante dos locais famosos de visitação turística (“porque o lugar que a gente veio não é ponto turístico é no Ceará mas não é na capital não é no centro... claro que quando a gente vai pode até ir pra outros lugares” – linhas 27-30). No entanto, seu “vínculo maior” está “ali” em São Benedito, onde nossa avó e irmão moram (linhas 33-34).

No excerto abaixo, Karla construirá seu discurso narrativo sobre seu relacionamento com a favela da Rocinha.

Excerto 2

01	Aline	certo... e então assim se fosse pra falar assim pra
02		<u>defender</u> assim a favela e tal você acha que você é
03		esse tipo de pessoa "a não sou da favela <u>sim</u> sou
04		favelada <u>sim</u> " sabe? entende nesse sentido você acha
05		que você construiu essa relação com esse local que
06		você mora com as lutas né sociais e tal
07	Karla	eu acho que eu fui construindo assim depois né fui
08		me tornando mais <u>politizada</u> né porque a relação com
09		a Rocinha até a minha... sei lá até o até entrar na
10		PUC até mesmo depois que eu entrei na PUC era muito
11		assim né eu to nesse <u>lugar</u> mas assim tem a minha
12		família que diz que esse lugar não é bom que esse
13		lugar não oferece muita coisa então assim a única
14		relação mesmo o vínculo que eu <u>criei</u> foi mesmo com a
15		escola de música né e depois com a <u>igreja</u> assim
16		então nesse sentido de defender a bandeira nesse
17		sentido assim não Rocinha é <u>tudo</u> enfim assim minha
18		ao longo da minha trajetória minha construção nesse
19		lugar foi muito baseada nisso eu tinha algumas
20		brechas assim
21	Aline	e a gente tava muito na bolha né então tipo Escola
22		de Música da Rocinha então=
23	Karla	=aham então não criei assim essa <u>relação</u> sabe de <u>PÁ</u>
24		cheguei e eu acho que eu fui me tornando mais
25		politizada nesse sentido até mesmo de entender
26		porque tem muitas coisas que são pejorativas né tipo
27		"ah sou favela-" as pessoas associam favelado a
28		peessoas que não fazem as coisas corretas ou pessoas
29		e aí eu fui entendendo isso mesmo que favelado nós
30		somos nós moramos na favela e tem muito <u>preconceito</u>
31		ainda nesse sentido com esses termos né, então
32		depois que eu fui depois de um tempo mesmo que eu
33		fui... não criando um vínculo mas entendendo <u>melhor</u>
34		né a minha relação com esse espaço mas não foi uma-
35		eu via <u>muito</u> isso assim nas meninas que estudavam
36		comigo na PUC essa coisa de "não, nasci na <u>Rocinha</u>
37		me criei na Rocinha e vou morrer na <u>Rocinha</u> " sabe e
38		eu assim não tinha isso ah moro na Rocinha mas=
39	Aline	=ok=
40	Karla	=ok como se alguém perguntasse pra outra pessoa né
41		você mora a pessoa responde entendeu mas eu não
42		tinha assim essa <u>relação</u> porque eu acho que tá muito
43		ligado a essa relação sua mesmo com o <u>espaço</u> o que
44		que você <u>faz</u> nesse espaço que permite que você tenha
45		vínculos com ele, então acho que também a relação da
46		nossa <u>família</u> era meio que como tinha essa proteção
47		e tudo como falava que esse lugar trazia coisas que
48		não eram boas acho que também cria-se um bloqueio né
49		então era muito assim
50	Aline	tipo to nesse lugar mas é um lugar perigoso então
51		não
52	Karla	é acho que também por tudo que dizia-se diz né na
53		mídia, enfim é um conflito muito grande.

De forma mais direcionada e não tão geral como ocorreu com os outros membros de minha família, solicito que Karla me diga se ela defende a Rocinha (“então assim se fosse pra falar assim pra defender assim a favela e tal” – linhas 1-2), no que tange a um reconhecimento de sua identificação como favelada (“você acha que você é esse tipo de pessoa “a não sou da favela sim sou favelada sim” sabe?” – linhas 2-4). Em meu questionamento, analiso que posso ter partido da premissa de que existem “tipos de pessoas” que são da favela e assumem essa identidade e outros tipos que são, mas não o assumem. Esperava de minha irmã, portanto, um posicionamento de concordância ou discordância no âmbito social/político, inclusive porque questioneei sobre o seu relacionamento com o local e com as lutas sociais (“você acha que você construiu essa relação com esse local que você mora com as lutas né sociais e tal” – linhas 4-6). De certa maneira, estou buscando o alinhamento da participante a uma colocação que faz parte do que eu defendo, sendo o discurso reportado das linhas 3 e 4 (“a não sou da favela sim sou favelada sim”), apesar de não estar explícito, algo que eu mesma declaro normalmente. Percebo, diante disso, em toda nossa conversa, minha postura como participante que quer construir essa narrativa com a Karla, almejando saber o que ela pensa sobre essa temática em específico.

Karla situa sua relação com a Rocinha trazendo dois marcos temporalmente distintos. O primeiro corresponde a sua visão de relacionamento com a Rocinha até o momento posterior ao que entrou na PUC-Rio, onde cursou Pedagogia (“porque a relação com a Rocinha até a minha... sei lá até o até entrar na PUC até mesmo depois que eu entrei na PUC” – linhas 8-10). O segundo refere-se a um período “depois” que não está claro, em nível temporal, se seria depois de alguns anos na PUC ou após ela ter se formado (“eu acho que eu fui construindo assim depois né fui me tornando mais politicizada” – linhas 7-8). Cabe indicar, no entanto, que, tal processo de relação com o ambiente se deu de maneira contínua no passado, pois a participante faz uso de gerúndios em “fui construindo” e “fui me tornando”, logo, não explicitando com exatidão quando ela se tornou “mais politicizada”, aspecto que retomarei na análise mais adiante.

Até o início da vida adulta de Karla, fase da faculdade, a narradora diz que sua ligação com a Rocinha “era muito assim né eu to nesse lugar mas assim tem a minha família que diz que esse lugar não é bom que esse lugar não oferece muita coisa” (linhas 10-13). No discurso reportado indireto da minha família, minha irmã traz avaliações morais (Linde, 1997) do local “que não é bom” e “não oferece muita coisa”. Tais avaliações podem ser analisadas pelo viés da Apreciação negativa de reação por impacto, mas escolho dar enfoque à perspectiva do Julgamento negativo de sanção social por propriedade, pois por trás do não oferecimento de muita coisa à favela, fazendo assim com que o lugar não seja bom, há a avaliação do comportamento de alguém que não investiu aqui na Rocinha. Nesse prisma, o discurso reportado tem o efeito de ensinamento, como já foi visto nas análises anteriores, o qual interpreto como uma tentativa dos meus pais de distanciamento e de não inclusão à localidade. Os vínculos criados pela participante que a conectam à favela da Rocinha foram apenas com a Escola de Música da Rocinha e com a igreja, ambientes autorizados pelos nossos pais, porque essas instituições, além de ter nos mantido ocupadas, reiteravam valores morais de educação e de religião, muito ensinado e propagado a nós.

Dando continuidade ao seu discurso narrativo, Karla alega: “então não criei assim essa relação sabe de PÁ cheguei e eu acho que eu fui me tornando mais politizada” (linhas 23-25). Essa asserção me permite inferir que sua relação com a Rocinha não foi criada de imediato, pela utilização do vocábulo “PÁ”, interpretado aqui como uma onomatopeia que age como uma avaliação intensificadora (Labov, 1972). A narradora, assim, atribui a si a característica de “mais politizada” como algo que ela foi se tornando ao longo do tempo, com ênfase ao processo contínuo, evidenciado pelo uso do gerúndio no passado – “fui me tornando”. A participante associa o “tornar-se mais politizada” ao seu entendimento de que existem, por exemplo, noções pejorativas acerca do termo “favelado”, conceito que ainda carrega muito preconceito de acordo com ela (“nesse sentido até mesmo de entender porque tem muitas coisas que são pejorativas né” – linhas 25-26 e “tem muito preconceito ainda nesse sentido com esses termos né” – linhas 30-31). Sua explicação para isso advém do julgamento que as pessoas emitem dos favelados: “as pessoas

associam favelado a pessoas que não fazem as coisas corretas” (linhas 27-28).

A avaliação moral (Linde, 1997) presente em “não fazem as coisas corretas” me leva à interpretação de que essas pessoas avaliam o comportamento dos favelados, no nível do Julgamento negativo de sanção social por propriedade, em que essas “coisas”, podem abarcar situações e comportamentos negativos diversos. A perspectiva de Karla, no entanto, contraria essa visão preconceituosa da expressão “favelado”, ao sinalizar que ela foi “entendendo isso mesmo que favelado nós somos nós moramos na favela” (linhas 29-30). Além disso, minha irmã constrói sua relação com a Rocinha a partir de um não pertencimento político (Angouri et al., 2020), uma vez que ela afirma que não criou vínculo, mas passou a compreender melhor sua conexão com o espaço (“depois de um tempo mesmo que eu fui... não criando um vínculo mas entendendo melhor né a minha relação com esse espaço” – linhas 32-34).

Em contraste a esse posicionamento, Karla apresenta a fala de suas colegas da PUC que também moravam na Rocinha: “não, nasci na Rocinha me criei na Rocinha e vou morrer na Rocinha” (linhas 36-37). Esse discurso reportado lança ênfase para uma construção de afirmação de identidade do local onde mora e de pertencimento pessoal (Angouri et al., 2020), uma vez que a pessoa parece querer estar na Rocinha em todas as fases de sua vida até a morte. Minha irmã, contudo, declara que “não tinha isso” (linha 38) e que morar na Rocinha e dizer isso era algo corriqueiro, em minhas palavras, nessa coconstrução, avaliado como “ok” (linha 39) – discurso ao qual a participante também se alinha: “=ok como se alguém perguntasse pra outra pessoa né você mora a pessoa responde entendeu mas eu não tinha assim essa relação” (linhas 40-42). Sua explicação para não ter essa ligação remonta aos já mencionados vínculos com o local que para Karla parecem ser essenciais para que haja essa relação de proximidade e identificação com o espaço “porque eu acho que tá muito ligado a essa relação sua mesmo com o espaço o que que você faz nesse espaço que permite que você tenha vínculos com ele” (linhas 42-45).

A família volta novamente nos dizeres de Karla para demonstrar que esse foi o fator que dificultou sua conexão com a Rocinha: “então acho que também a relação da nossa família era meio que como tinha essa proteção e tudo como falava que esse lugar trazia coisas que não eram boas

acho que também cria-se um bloqueio né” (linhas 45-49). Os valores morais, por meio de avaliações morais (Linde, 1997), retornam pelo discurso reportado indireto de minha família em “esse lugar trazia coisas que não eram boas” e pela minha fala de que a Rocinha “é um lugar perigoso” (linha 50). Classifico, portanto, essas avaliações pelo viés do Julgamento negativo de sanção social por propriedade, pois enxergo que tais ponderações estão direcionadas ao comportamento de pessoas que fazem o local não prover coisas boas e ser perigoso, o que possivelmente pode estar atrelado à questão do tráfico. Pela escolha lexical “proteção”, a qual posso conectar diretamente à questão familiar do medo, “cria-se um bloqueio”. Diante disso, o discurso de minha irmã sugere que há a construção de um não pertencimento político (Angouri et al., 2020), uma vez que o bloqueio criado impede que sua inclusão nas dinâmicas da vida na Rocinha aconteça. Karla conclui sua narrativa em uma coda avaliativa (Labov, 1972), retomando ao momento presente da conversa em “enfim é um conflito muito grande” (linha 53) e pontuando o efeito negativo das suas considerações, pelo uso do substantivo “conflito”, do intensificador-quantificador “muito” e do adjetivo “grande”.

Foi extremamente significativo ter tido essa oportunidade de conversar com minha irmã e de ter essa troca de ideias, principalmente por ter compartilhado nossos pontos de vistas acerca de nossas experiências, por exemplo, na Escola de Música da Rocinha e na PUC-Rio. Sobre nossa infância, lembro, com muito carinho que, foi ela quem me deu Nescau para tomar pela primeira vez e cuidou de mim em muitos momentos quando meus pais estavam trabalhando. De fato, ela foi a mais próxima de mim – dado que meu irmão Leandro já trabalhava e meu irmão Carlin morava no Ceará. Ela também foi quem me levou para a escola de música pela primeira vez, onde continuamos fazendo aula e indo para apresentações juntas por um bom tempo. Em nossa interação, foi prazeroso relembrar de nossas aventuras em idas ao Ceará de ônibus e foi intenso reconstruir o caso de quando os policiais invadiram nossa casa, quando nós duas estávamos sozinhas. Por fim, Karla foi minha inspiração para entrar na faculdade, em específico na PUC-Rio, porque, já que ela tinha conseguido em 2009, eu sabia que conseguiria também: sou muito grata a isso.

7.5

Reflexões sobre as análises

Nesta seção, desenvolvo uma breve revisão sobre as análises deste capítulo, articulando minhas reflexões com os objetivos gerais e específicos pretendidos por esta pesquisa de mestrado. Recapitulo, dessa maneira, os propósitos de investigação, conforme a seguir:

- Gerar entendimentos sobre as experiências migratórias da minha família que saiu do Ceará com destino à favela da Rocinha entre as décadas de 1980 e 1990.
- Olhar para como avaliamos os eventos que circundam nossas migrações.
- Analisar as múltiplas construções das identidades e dos (não) pertencimentos a São Benedito e à Rocinha presentes em narrativas e histórias de vida, atentando para as questões sociais que surgem a partir disso.

O primeiro aspecto a ser considerado é que tomo como ponto de partida o próprio fenômeno da migração de São Benedito (Ceará) para a favela da Rocinha (Rio de Janeiro) como uma história de vida (Linde, 1993), porque trata-se de um evento memorável de extrema importância e que marcou as nossas vidas. As narrativas contadas por nós, configuraram-se majoritariamente como pequenas histórias (Bamberg; Georgakopoulou, 2008), com ocorrências do modelo canônico laboviano (Labov, 1972) apenas em algumas ações complicadoras, avaliações e coda. As histórias abarcaram, portanto, nossos posicionamentos e entendimentos sobre os desdobramentos das nossas experiências migratórias, considerando a reconstrução de nossas vidas na Rocinha e o retorno ao Ceará, no caso de Carlin, meu irmão.

É importante salientar, entretanto, a singularidade dessas vivências, posto que cada um de nós tem sua própria interpretação desses processos decorrentes da migração. Além disso, os significados construídos por mim e pelos membros de minha família em nossos encontros, bem como as minhas interpretações estão circunscritos exclusivamente às nossas interações. Por conta disso, é imprescindível alertar que as construções discursivas dos participantes levam em

consideração o contexto de situação de elas estarem sendo proferidas, para fins específicos de uma pesquisa de mestrado, com a ciência de que estão sendo gravadas. Consequentemente, não tenho a pretensão de afirmar que “eles são assim”, seguindo um viés essencialista de identidade. Ao contrário, a perspectiva adotada é a do caráter fluido, heterogêneo, fragmentado e não permanente das identidades e dos pertencimentos, como já bem pontuei na parte teórica. Logo, os integrantes se construíram de uma maneira ou de outra naqueles específicos momentos interacionais comigo, podendo tais asserções serem completamente diferentes em outras ocasiões com outras pessoas.

A análise dos dados indicou a presença em todos os excertos de avaliações morais positivas e negativas (Linde, 1997), que, nos parâmetros do Sistema de Avaliatividade, se materializaram discursivamente predominantemente em Afetos de felicidade/infelicidade, de segurança/insegurança e Julgamentos positivos e negativos de sanção social por propriedade, no âmbito da moral e ética.

Sobre as análises do primeiro excerto dos meus pais, identifiquei um afeto de infelicidade evidenciado pela saudade de Maria e Carlos dos familiares que estão em São Benedito (meus avós, irmão, cunhada e sobrinhos). Compareceram também em seus discursos, avaliações morais negativas sobre o Ceará como um local onde “não tem salário, trabalho, oportunidade nenhuma”, em Julgamentos negativos de sanção social por propriedade. Isso colaborou para minha compreensão da construção de um não pertencimento político (Angouri et al., 2020) ao lugar, pois olhando criticamente para esse caso: como habitar em uma localidade que não dispõe de serviços essenciais? Apesar disso, Maria se mostra satisfeita por ser cearense em um Afeto de satisfação, construindo para si uma identidade de orgulho do Ceará e de suas origens.

No segundo fragmento, em contraste às marcas avaliativas negativas do Ceará, há avaliações positivas sobre a Rocinha em Julgamentos positivos de sanção social por propriedade. Os participantes, portanto, construíram um pertencimento político (Angouri et al., 2020) à Rocinha, pois os serviços presentes na favela parecem ter apontado para uma melhor dinâmica de inclusão. Todavia, a questão do tráfico aparece no discurso de Carlos para, em meu ponto de vista, abalar a pertença e encaminha para um possível não pertencimento. É neste momento que Carlos elabora as orientações a serem seguidas por nós, em forma de ensinamentos e valores morais, mobilizando a construção de identidade na

distinção “nós e outros” (Duszak, 2002), a fim de criar uma identidade coletiva (Snow, 2001) de família.

Leandro, em uma fala permeada de construções avaliativas metafóricas, inicia o primeiro excerto trazendo o discurso reportado de meu pai, salientando os valores morais, com relação ao nosso compromisso de não esquecer de nossas origens e de onde viemos. Quanto ao seu relacionamento com o Ceará, o participante constrói um pertencimento pessoal (Angouri et al., 2020) ao local, atrelado às lembranças e às pessoas que estão lá, enfatizando o sentimento de vazio e de saudade do lugar de origem em um Afeto de infelicidade. Sobre sua relação com a Rocinha, segundo fragmento, meu irmão exhibe avaliações morais negativas e estigmatizantes do que algumas pessoas pensam sobre a favela. No entanto, ele não se alinha a isso e constrói um pertencimento pessoal e político (Angouri et al., 2020) – declarando que é onde ele se sente seguro em um Afeto de segurança. Tal sentimento está diretamente conectado com sua construção de identidade e de pertencimento ao Ceará, pois ele alega se sentir seguro quando vê outros migrantes na Rocinha, o que auxiliou para minha percepção de uma construção de manutenção de identidade de cearense.

Carlin, na perspectiva de um migrante retornado, constrói, no primeiro trecho de seu discurso, uma identidade de pertencimento pessoal (Angouri et al., 2020) ao Ceará, através da metáfora do camaleão, interpretada como um Afeto de segurança. Em comparação, foi também mobilizado por ele um não pertencimento político (Angouri et al., 2020) à Rocinha, devido ao preconceito enfrentado pelo meu irmão. No segundo fragmento, o narrador articula uma aproximação à Rocinha, a partir das pessoas que também são trabalhadoras, o que classifiquei como um Julgamento positivo de sanção social por propriedade. Nesse sentido, vi que o participante destaca o trabalho como um valor moral – algo que nossa família defende muito.

Na última subseção de análise, a minha participação no início do primeiro fragmento de Karla ganha relevo. Nesse contexto, exponho a minha afirmação de identidade de cearense como um valor moral familiar. Minha irmã concorda com meu posicionamento e constrói um pertencimento pessoal (Angouri et al., 2020) ao Ceará, ligado ao seu vínculo com as pessoas da nossa família que estão lá. No segundo trecho, a participante traz o discurso reportado de nossa família permeado de avaliações morais negativas sobre a Rocinha. Analiso esse

movimento como uma tentativa de distanciamento e não inclusão à favela, o que categorizei como um não pertencimento político (Angouri et al., 2020) ao local, pela questão do medo e da proteção da família.

Perante o exposto, um entendimento extremamente relevante de ser apontado é sobre a temática dos valores morais. Para mim, foi realmente impressionante ver que todos nós trouxemos instâncias desses valores em nossas falas. Isso me leva a refletir que, os ensinamentos foram de fato poderosos, pois nossas construções discursivas parecem sugerir que nós, os quatro filhos de Maria e Carlos, nos afiliamos aos valores de educação, de trabalho e de orgulho das nossas origens.

Por fim, de uma maneira geral, as conversas com os membros de minha família e todo o processo de escrita de análise foram muito enriquecedores para mim. Todas as nossas discussões bem como minhas reflexões, em um processo introspectivo, colaboraram para que eu entendesse mais profundamente quem eu sou nessa história. Esse aspecto autoetnográfico será melhor desenvolvido no capítulo a seguir, quando apresento minhas considerações finais para a pesquisa.

8

Reflexões momentâneas

Desde muito nova, sempre me vi como uma menina muito medrosa. Eu não entrava na água do mar ou da piscina, porque tinha medo de me afundar. Eu não me pendurava em árvores ou em brinquedos do tipo “trepá-trepá” com medo da possível queda que poderia vir a acontecer. Na vida adulta, finalmente entendo que o meu medo maior, quando criança, eram das feridas físicas em potencial, inocentemente sem considerar que poderia ter me divertido sem cair/afundar ou que, mesmo se tivesse caído/afundado, poderia ter tido grandes aprendizados.

Minha atitude ao me permitir mergulhar nas minhas histórias de migração e nas da minha família me mostra que esse talvez tenha sido o meu maior ato de coragem. De fato, fui extremamente corajosa e estou muito orgulhosa de mim. Através do contato com essas narrativas, as quais trouxeram muitos momentos que não vivi ou que não lembro, diversos sentimentos afloraram em mim. Fiquei feliz, por exemplo, quando meus irmãos contaram sobre o episódio em que se defenderam e rebateram uma fala preconceituosa na escola. Porém, me vi indignada e muito triste ao saber sobre os preconceitos que meu pai enfrentou em suas experiências iniciais na Rocinha, na década de 1980. Foram esses relatos, dentre muitos outros, que me fizeram chorar toda vez que lembrava dessas falas, principalmente quando eu estava na fase de transcrição dos dados.

É inegável, no entanto, que ter me conectado com essas histórias me proporcionou uma grande transformação pessoal, o que resultou em um autoconhecimento profundo. Em outras palavras, saber sobre quem é minha família, me auxiliou na compreensão de quem eu sou. Isso aconteceu não apenas quando tivemos nossos encontros, mas também quando comecei a escrever esta dissertação. O primeiro entendimento que tive, talvez o mais impactante para mim, foi o de reconhecer que sou parte dessa história de migração: eu sou migrante e este evento me atravessa em todos os sentidos de minha vida. Por exemplo, a partir do desenvolvimento do capítulo 3 sobre migração nordestina para as favelas, pude alinhar perspectivas autoetnográficas e teóricas sobre a temática, as quais me ajudaram a compreender como me construo como pesquisadora migrante e favelada. Percebi, então, que eu honro minha história,

minhas raízes e onde estou hoje. Foi um pouco disso que tentei mostrar em minhas reflexões.

Nesse sentido, penso que as contribuições desta investigação para a área dos Estudos da Linguagem e das pesquisas sobre experiências migratórias em favelas são inovadoras e pertinentes. Apresento a história de uma única família, em um viés autoetnográfico de pesquisa, não de maneira a generalizar padrões migratórios, mas a de fazer ressoar vivências de orgulho do lugar de origem, de (não) pertencimento ao local de destino, de preconceito e de (não) adaptação que podem ser identificadas por muitos outros migrantes. Alinhada aos princípios da autoetnografia, compreendo que, a partir da análise microdiscursiva das narrativas da minha família, consegui construir entendimentos mais abrangentes e macrossociais sobre o mundo da migração. Em outras palavras, as histórias da minha família fazem parte de uma grande narrativa da história da migração e contribuem para as discussões que envolvem esse fenômeno mundial.

Quanto às contribuições da pesquisa aos integrantes de minha família, creio que as nossas interações foram espaços de troca muito poderosos. Maria, Carlos, Leandro, Carlin e Karla foram também muito corajosos. Relembramos juntos momentos que podem ter sido extremamente dolorosos que trazem afetos negativos e que muitas vezes podem ser difíceis de serem verbalizados. Definitivamente, isso só foi possível devido à confiança e ao respeito que temos uns com os outros, por isso, nos sentimos à vontade para abrir nossos corações. Vejo que nossas conversas, assim como o desenrolar delas, propiciaram o fortalecimento dos nossos laços como família, nos aproximando e nos unindo ainda mais, o que se concretizou nas inúmeras trocas de mensagens com meus irmãos sobre a pesquisa e a revisitação de fotos com minha mãe e irmã.

Um desejo de encaminhamento da pesquisa para o futuro que, infelizmente não foi possível colocar em prática, é a realização de discussões com os participantes sobre os dados. Minha intenção era ter sugerido para a minha família encontros para nos aprofundarmos juntos nas análises – algo que pretendo fazer posteriormente com calma. Tais debates poderão ser, inclusive, sobre narrativas que não entraram na dissertação, principalmente as que tratam do estigma.

Entendo que foi difícil a questão da delimitação dos objetivos de pesquisa, bem como dos excertos selecionados, porque sabia que o material das conversas era rico e cheio de possibilidades. Por conta disso, tentei, em vários momentos da

dissertação, trazer diferentes fragmentos de nossos discursos para não deixar de lado elementos que considere importantes em nossas histórias de vida. Diante desse fato, outro desdobramento futuro poderá ser, portanto, a elaboração de artigos científicos que poderão focalizar diferentes prismas da migração, a fim de explorar outros dados.

Por fim, o caminho percorrido ao longo desta pesquisa, desde a elaboração do projeto até chegar à escrita deste capítulo de considerações finais, foi longo, difícil e que demandou muito de mim emocionalmente. É imensurável, entretanto, o quanto eu cresci durante essa jornada, que não terá um fim, tampouco se encerrará com o ponto final desta dissertação. A esse respeito, vivenciei nas últimas semanas desta escrita um diálogo com minha mãe, que me levou a uma reflexão importante. Por dias seguidos, ao me ver levantar, depois de poucas horas de sono em decorrência da escrita, ela me indagou: “acabou?” E a minha resposta era sempre a mesma: “ainda não”. Questiono-me agora: “será que vai ter mesmo um fim?” Meu entendimento é que esse estudo perdurará ainda por muito tempo em minha família e em mim, dando frutos e trazendo outros questionamentos. Finalizo, por ora, esta dissertação, colocando um ponto final para esta etapa e prosseguindo com a vida. Acredito que, agora, estou um pouco mais corajosa.

9 Referências Bibliográficas

ALBA-JUEZ, L. THOMPSON, G. Introduction. In: THOMPSON, G.; ALBA-JUEZ, L. (eds). **Evaluation in context**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2014. 418 p.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALLWRIGHT, D. Exploratory Practice: Rethinking practitioner research in language teaching. **Language Teaching Research**, 7(2), 113-141, 2003.

_____. Developing Principles for Practitioner Research: The Case of Exploratory Practice. **The Modern Language Journal**, 89(3), 2005, pp. 353-366.

_____. Six Promising Directions in Applied Linguistics. GIEVE, S.; MILLER, I. K. de. (Eds.) **Understanding the Language Classroom**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2006, p. 11-17.

_____. **Exploring Practice**: an inclusive approach. 'Teachers Exploring Practice for Professional Learning'. School of English Language. 13th International ELT Conference in Turkey, jun. 17-18, 2013.

ANGOURI, J; PARASKEVAIDI, M; ZANNONI, F. **Moving for a Better Life**: Negotiating Fitting in and Belonging in Modern Diasporas. Perspectives on Migration Control, p. 86, 2020.

BAMBERG, M.; GEORGAKOPOULOU, A. Small stories as a new perspective in narrative and identity analysis. **Text & Talk**, 28(3), 377-396. 2008.

BARRETO, B. C. et al. Atividades pedagógicas com potencial exploratório: caminhos para a coconstrução de entendimentos. In: MASTRELLA-DE-ANDRADE, M. R. et al. (Org.). **Professores de línguas em foco**: ensino-aprendizagem de línguas, parceria universidade-escola, estágio. 1ed.Teresina: EDUFPI, 2019, v. 3, p. 51-72.

BASTOS, L. C. Contando histórias em contextos espontâneos e institucionais – uma introdução ao estudo da narrativa. **Calidoscópio**, 3(2), 74-87, 2005.

_____. Diante do sofrimento do outro – Narrativas de profissionais de saúde em reuniões de trabalho. **Calidoscópio** v. 6, n. 2, p. 76-85, mai./ago. 2008.

BASTOS, L. C.; BIAR, L. A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **DELTA**. vol.31, pp.97-126. 2015.

BORGES, T. R. S. A avaliatividade na socioconstrução do self: uma análise da autoconstrução reflexiva da identidade hegemônica patriarcal. **Pesquisas em Discurso Pedagógico** (on-line), v. 2017, 2017.

BRUNER, J. Folk Psychology as an instrument of culture. In **Acts of meaning**. Cambridge, Havard University Press, 1990.

CELANI, Maria Antonieta Alba. Afinal, o que é Linguística Aplicada? In: PASCHOAL, M. S. Z. & CELANI, M. A. (Eds.) **Lingüística Aplicada: Da Aplicação da Lingüística à Lingüística Transdisciplinar**. São Paulo: EDUC/PUC-SP, p. 15-23, 1992.

DAVIES, A. **An introduction to applied linguistics. From practice to theory**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

DE FINA, A. **Identity in narrative: a study of immigrant discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 2003.

_____. Who tells which story and why? Micro and macro contexts in narrative. **Text & Talk**. 28-3, p. 421-442, 2008.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DUARTE, G. F. **Minha laje, minha vida: reflexões sobre o habitar favelado na busca por maior qualidade de vida na favela da Rocinha, Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, 2019.

DUSZAK, A. **Us and others: social identities across languages, discourses and cultures**. Amsterdam: John Benjamins Pub, 2002.

ELLIS, C.; BOCHNER, A. P. Autoethnography, personal narrative, reflexivity: Researcher as subject. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **Handbook of Qualitative Research** (pp. 733-768). London: Sage, 2000.

ELLIS, C; ADAMS, T.; BOCHNER, A. P. **Autoethnography: An Overview**. Forum: Qualitative Social Research, 12(1), Art. 10. 2011. Disponível em: <<http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0114-fqs1101108>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

ELLIS, C; ADAMS, T. The Purposes, Practices, and Principles of Autoethnographic Research. In: LEAVY, P. (Ed.). **The Oxford handbook of qualitative research**. Oxford University Press, USA, 2014.

EGP-RIO. **Censo favelas PAC**. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/egprio_imagens/Uploads/Apres_censo.pdf.2010.

EWALD, C. X. **“Eu não tô só participando. Tô usufruindo também.”**: Prática Exploratória na formação do professor pesquisador. 2015. 326 f. Tese (Doutorado). Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FABRÍCIO, B. F. MOITA LOPES, L. P. Discursos e vertigens: identidades em xeque em narrativas contemporâneas. **Veredas - Rev. Est. Ling.**, Juiz de Fora, v.6, n.2, p.11-29, jul./dez. 2002.

FABRICIO, B. F. Linguística aplicada como espaço de desaprendizagem: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, L.P. (Org.) **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

FUSCO, W.; OJIMA, R. Migrações e nordestinos pelo Brasil: uma breve contextualização. In: **Migrações Nordestinas no Século 21** - Um Panorama Recente. São Paulo: Blucher, p. 11-26., 2015.

GARCEZ, P. M. Deixa eu te contar uma coisa: o trabalho sociológico do narrar na conversa cotidiana. In: RIBEIRO, B. T., LIMA, C., DANTAS, M. T. L. (Eds). **Narrativa, Identidade e Clínica**. Rio de Janeiro: IPUB-CUCA, 2001, p. 189-213.

GARCEZ, P. D. M; BULLA, G. D. S; LODER, L. L. Práticas de pesquisa microetnográfica: geração, segmentação e transcrição de dados audiovisuais como procedimentos analíticos plenos. **DELTA: revista de documentação de estudos em linguística teórica e aplicada**. São Paulo. Vol. 30, n. 2 (jul./dez 2014), p. 257-288, 2014.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. TupyKurumin, 2006.

HOLMAN JONES, S.; ADAMS, T. E.; ELLIS, C. (Ed.). **Handbook of autoethnography**. Routledge, 2016.

HÖELZ, Y. F. Cidade, Favela e Direito: Como Produzimos o Subalterno. **Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade**, v. 2, n. 2, p. 22-43, 2016.

HUNSTON, S.; THOMPSON, G. Evaluation in text. In Keith Brown (ed.), **The Encyclopedia of Language and Linguistics** (2nd ed.) Oxford: Elsevier, Volume 4, 305-312, 2006.

KLEIMAN, Angela B. Agenda de pesquisa e ação em Linguística Aplicada: problematizações. **Linguística Aplicada na modernidade recente: festschrift para Antonieta Celani**, v. 1, p. 39-58, 2013.

KRZYŻANOWSKI, M; WODAK, R. Multiple identities, migration and belonging: 'Voices of migrants'. In: **Identity trouble**. Palgrave Macmillan, London, 2008. p. 95-119.

KUMARAVADIVELU, B. Deconstructing Applied Linguistics: a postcolonial perspective. In: Freire, M. M., Vieira-Abrahão, M. H. & Barcelos, A. M.

(orgs.) **Linguística Aplicada & Contemporaneidade**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005, p. 25-37.

LABOV, W.; WALETZKY, J. Narrative Analysis: oral versions of personal experience. In: HELM, J. Ed. **Essays on the verbal and visual arts**. Seattle: University of Washington Press, 1967.

LABOV, W. **Language in the inner city**: studies in the Black English Vernacular. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LINDE, C. **Life stories**: the creation of coherence. New York: Oxford University Press, 1993.

_____. Evaluation as linguistic structure and social practice. In: GUNNARSON, B. L.; LINELL, P.; NORGBERG, B. (Eds.). **The Construction of Professional Discourse**. UK: Addison-Wesley Longman, 1997.

LISBOA, T. K. Gênero e migrações – trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. Ano XIV - Números 26 e 27 – 2006. p. 151-166.

MACKEN-HORARIK, M; ISAAC, A. Appraising appraisal. **Evaluation in context**. 2014, pp. 67-92.

MARTIN, J.; ROSE, D. **Working with discourse**: Meaning beyond the clause. London: Continuum, 2003.

MARTIN, J. Beyond Exchange: Appraisal Systems in English. In S. Huston & G. Thompson. Eds. **Evaluation in Text**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

MARTINS, M. A. S. **A favela**. Trabalho final para disciplina Oficina de Texto Ensaístico. Departamento de Letras, PUC-Rio, 2018.

MILLER, I. K. et al. Prática Exploratória: questões e desafios. In: GIL, G.; VIEIRA-ABRAHÃO, M. H. (orgs.). **A formação do professor de línguas**: os desafios do formador. Campinas: Pontes, 2008, p. 145-165.

_____. A Prática Exploratória na educação continuada de professores de línguas: inserções acadêmicas e teorizações híbridas. In: SILVA, K. A.; DANIEL, F. G.; KANEKO-MARQUES, S. M.; SALOMÃO, A. C. B. (Orgs.). **A Formação de Professores de Línguas**: Novos Olhares – Volume II. São Paulo: Pontes Editores, 2012, p. 319-341.

MOITA LOPES, L. P. Uma visão contemporânea de Linguística Aplicada. In Moita Lopes, L. P. **Oficina de lingüística aplicada**. Campinas: Mercado de Letras, 1996, 17-33.

MOITA LOPES, L. P. Práticas narrativas como espaço de construção das identidades sociais: uma abordagem socioconstrucionista. In RIBEIRO, B. T.; LIMA, C. C.; DANTAS, M. T. L. (orgs.). **Narrativa, Identidade e Clínica**. Rio de Janeiro, Edições IPUB, 2001.

_____. Discursos de identidade em sala de aula de leitura: a construção da diferença. In MOITA LOPES, L.P. **Identities fragmentadas: a construção de raça, gênero e sexualidade na sala de aula**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

_____. Socioconstrucionismo: discurso e identidades sociais. In: L.P. MOITA LOPES (ed.), **Discurso de identidades**. Campinas, Mercado de Letras, 2003.

MOITA LOPES, L. P. (Org.), **Por uma lingüística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editora, 2006.

MOURA, S. M. L. **Aprendizados na tarefa de orientar: ativistas pela não-violência trabalhando para entender identidades no movimento humanista**. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2007.

NÓBREGA, A. N. **Narrativas e avaliação no processo de construção do conhecimento pedagógico: abordagem sociocultural e sociossemiótica**. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2009.

NUNES, D. F. C. **Experiências de ontem na construção de quem somos hoje: prática exploratória como fundamento sustentável no ensino e na pesquisa**. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2017.

NUNES, I. L. **Favelfis: outra história da construção do espaço urbano carioca**. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Arquitectura – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. 2008.

PERLMAN, J. E. **O Mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. Tradução de Waldívia Marchiori Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

RIESSMAN, C. K. **Narrative Analysis**. Newbury Park, SAGE, 1993.

RIESSMAN, C. K. Looking Back, Looking Forward. In **Narrative Methods for the Human Sciences**. Los Angeles, SAGE, 2008.

RUA, J. Paus-de-Arara e Pardais: o Brasil migrante em começos do século XXI. **Geo/Nova**, n. 8, p. 179-206, 2003.

SACKS, H., SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. A simplest systematic for the organization of turn-taking for conversation. **Language, Baltimore**, vol. 50, nº 4, p. 696-735, 1974.

SALGADO, O. F. A. **Reconstruindo vidas na leitura literária: análise de narrativas de migração sob uma perspectiva sociodiscursiva**. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2019.

- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SARTI, C. A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SCHIFFRIN, D. **Discourse markers**. Cambridge University Press, 1987.
- SNOW, D. Collective Identity and Expressive Forms. **UC Irvine**: Center for the Study of Democracy, 2001. Retirado de <https://escholarship.org/uc/item/2zn1t7bj>.
- SOARES GONÇALVES, R. A Política, o Direito e as Favelas do Rio de Janeiro. Um breve olhar histórico. **Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade**. v. 1, p. 1-23, 2006.
- SOARES, P; OLIVEIRA, F. B.; SAMPAIO, M. **Rocinha, um breve histórico no tempo**: análise dos processos de formação e transformação do bairro. In: XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Florianópolis, 25-29 maio. 2009.
- SOUZA, T. R. D. **A Re-territorialização do Retornado Cearense**: uma Proposta de Análise. Niterói, Universidade Federal Fluminense (Dissertação de Mestrado), 2006.
- _____. **Lugar de origem, lugar de retorno**: a construção dos territórios dos migrantes na Paraíba e São Paulo. Recife, Universidade Federal de Pernambuco (Tese de Doutorado), 2015.
- TANNEN, D. **Talking Voices**. Repetition, dialogue and imagery in conversational discourse. Cambridge, Cambridge University Press, 1989.
- THOMPSON, G; HUNSTON, S. Evaluation: an introduction. In **Evaluation in Text: Authorial Stance and the Construction of Discourse**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- TOMAZ, M. F.; BARBOSA, M. C. Periferia da Periferia: migrantes nordestinos na Favela da Maré em três atos. **Revista Alterjor**, v. 23, n. 1, p. 208-229, 2021.
- VALLADARES, L. A gênese da favela carioca: do campo à cidade, da rejeição ao controle. In: VALLADARES, L. **A Invenção da Favela**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005. v. 1. 204p.
- VELHO, G. Observando o familiar. In **Um antropólogo na cidade**. Ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.
- VIAN JR, O. O Sistema de Avaliatividade e os recursos para gradação em língua portuguesa: questões terminológicas e de instanciação. **D.E.L.T.A.**, v. 25, n. 1, p. 99-129, 2009.
- _____. O Sistema de Avaliatividade e a linguagem da avaliação. In: VIAN JR, O. et al. (orgs.). **A linguagem da avaliação em língua portuguesa**: estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010, p. 19-29.

VILLA, M. A. **Quando eu vim-me embora**: história da migração nordestina para São Paulo. São Paulo, Leya: 2017.

WHITE, P. Valoração – a linguagem da avaliação e da perspectiva. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 4, n.esp, p. 178-205, 2004.

_____. **Appraisal homepage**. Disponível em: www.grammatics.com/appraisal>. Acesso em 21 julho. 2019.

10 Anexos

ANEXO 1 - PARECER DO PROJETO APROVADO

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



CÂMARA DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-Rio

Parecer da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio 058/2020 – Protocolo 77/2020

A Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio foi constituída como uma Câmara específica do Conselho de Ensino e Pesquisa conforme decisão deste órgão colegiado com atribuição de avaliar projetos de pesquisa do ponto de vista de suas implicações éticas.

Identificação:

Título: "A construção discursiva de identidades em narrativas de uma família cearense migrante no Rio de Janeiro" (Departamento de Letras da PUC-Rio)

Autora: Maria Aline Silva Martins (Mestranda do Departamento de Letras da PUC-Rio)

Orientadora: Adriana Nogueira Accioly Nóbrega (Professora do Departamento de Letras da PUC-Rio)

Apresentação: Pesquisa qualitativa interpretativa, autoetnográfica que busca entendimento sobre os processos de migração de uma família que migrou do Ceará para uma favela na cidade do Rio de Janeiro no período de 1980 e 1990. Prevê a realização de entrevista, concebida como "conversacional" junto a todos os membros da família (pai, mãe, dois irmãos e a pesquisadora). Utilizará o recurso de gravação de áudio e também plataformas digitais, só recorrendo ao sistema de áudio. O estudo insere-se na perspectiva sócioconstrucionista e conta com o aporte ferramental do Sistema de Avaliatividade.

Aspectos éticos: O projeto e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentados estão de acordo com os princípios e valores do Marco Referencial, Estatuto e Regimento da Universidade no que se refere às responsabilidades de seu corpo docente e discente. O Termo expõe com clareza os objetivos da pesquisa e os procedimentos a serem seguidos. Garante o sigilo e a confidencialidade dos dados coletados. Informa sobre a possibilidade de interrupção na pesquisa sem aplicação de qualquer penalidade ou constrangimento.

Parecer: Aprovado

Prof. José Ricardo Bergmann
Presidente do Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-Rio

Profa. Ilda Lopes Rodrigues da Silva
Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio

Rio de Janeiro, 03 de novembro de 2020

Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos
Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio – CEPq/PUC-Rio
Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea - 22453-900
Rio de Janeiro – RJ – Tel. (021) 3527-1612 / 3527-1618
e-mail: yrac@puc-rio.br

Anexo 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada(o) a participar como voluntária(o) da pesquisa “A construção discursiva de identidades em narrativas de uma família cearense migrante no Rio de Janeiro”. Este estudo será realizado pela pesquisadora Maria Aline Silva Martins, aluna de mestrado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) - Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem. As informações encontradas neste Termo são fornecidas por Maria Aline Silva Martins, pesquisadora principal, contatável via telefone (21) 98066-3518 ou e-mail alinemartins.clari@hotmail.com; e por sua orientadora, Professora Doutora Adriana Nogueira Accioly Nóbrega, contatável via telefone (21) 3527-1447 ou e-mail adriananobrega@puc-rio.br. Você também poderá entrar em contato com a Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio (CEPq-PUC-Rio), pelo telefone (21) 3527-1618 ou presencialmente no endereço: Rua Marquês de São Vicente, 225, Gávea – RJ, CEP 22453-900. A Câmara de Ética da em Pesquisa da PUC-Rio é a instância da Universidade destinada a avaliar eticamente os projetos de pesquisa dos professores, pesquisadores e discentes.

OBJETIVO DO ESTUDO: O principal objetivo deste estudo é o de compreender a respeito do processo de migração da minha família que saiu do Ceará para a favela da Rocinha e observar como as histórias que contamos sobre esse processo constroem identidades.

ALTERNATIVA À PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO: Você tem o direito de não participar deste estudo. Estamos gerando informações para compor o *corpus* de análise da dissertação de mestrado da pesquisadora responsável. Se você não quiser participar do estudo, isso não lhe trará prejuízos.

PROCEDIMENTO DO ESTUDO: Se você decidir participar deste estudo, você participará de uma conversa em formato de entrevista, em que compartilharemos e refletiremos sobre nossas experiências de migração. Essas conversas são informais, em local a ser combinado, e seu tempo de duração varia. Tudo será negociado com você, que poderá interromper ou cancelar o encontro e a conversa a qualquer momento sem qualquer ônus ou penalização.

GRAVAÇÃO EM ÁUDIO: Todas as interações serão gravadas pela pesquisadora-responsável em formato de áudio. No caso da interação realizada por intermédio de plataformas digitais, como o *Zoom Meetings*®, *Google Hangouts*®, *Microsoft Teams*® etc., mesmo com a possibilidade de vídeo, a gravação será realizada por gravador externo com apenas o registro de voz. As gravações serão ouvidas por mim e pela pesquisadora orientadora e serão marcadas com um número de identificação durante a gravação e seu nome não será utilizado a fim de garantir confidencialidade. As gravações serão utilizadas somente para geração de dados. Se você não quiser ser gravada em áudio, você deverá informar à pesquisadora e sua participação



será dispensada, também sem ônus para você de qualquer natureza. Os dados gerados através das gravações serão armazenados durante um período de dez anos em um arquivo construído na residência da pesquisadora responsável pelo estudo, estando à sua disposição caso deseje consultá-lo a qualquer momento.

RISCOS E CUIDADOS PROCEDIMENTAIS: Esta pesquisa possui riscos mínimos. Talvez você possa sentir desconforto em falar sobre algum tema ou assunto porque as informações geradas são sobre suas experiências subjetivas e posicionamentos pessoais. De modo a reduzir esse possível mal-estar, a interação será desenvolvida de maneira aberta e flexível, sendo possível sua eventual reformulação ou até o seu encerramento, caso assim deseje. Dessa forma, você pode escolher não responder a quaisquer perguntas que o(a) faça sentir-se incomodado(a), sugerir redirecionamentos no desenvolvimento da conversa ou solicitar o seu encerramento.

BENEFÍCIOS: O maior benefício de sua participação será o próprio momento de nossa conversa, em que teremos a oportunidade de compartilhar nossas histórias e refletir sobre nossas experiências e sentimentos com relação aos acontecimentos da migração.

CONFIDENCIALIDADE: Como foi descrito acima, seu nome não será divulgado em qualquer momento da pesquisa, bem como em nenhum registro oral ou escrito a ser produzido por nós. Nenhuma divulgação científica partindo destas entrevistas revelará os nomes de quaisquer participantes da pesquisa ou seus vínculos institucionais, exceto os relacionados à pesquisadora responsável, também participante do estudo. Portanto, será preservado o sigilo de sua identidade e de quaisquer entidades mencionadas nos discursos. Além disso, as pesquisadoras garantirão o seu anonimato, utilizando os resultados obtidos somente para fins acadêmicos e científicos, tais como as monografias de disciplinas, a dissertação de mestrado, os artigos científicos e as apresentações em eventos acadêmicos.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Esta pesquisa possui vínculo com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio - através do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, sendo a aluna Maria Aline Silva Martins a pesquisadora principal, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Adriana Nogueira Accioly Nóbrega. As pesquisadoras estão disponíveis para responder a qualquer dúvida que você tenha. Caso seja necessário, contate a pesquisadora responsável no telefone (21) 98066-3518 ou no e-mail alinemartins.clari@hotmail.com ou a pesquisadora orientadora no telefone (21) 3527-1447 ou no e-mail adriananobrega@puc-rio.br em qualquer fase deste estudo. Outro canal para o esclarecimento de eventuais dúvidas ou questionamentos é a Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio (CEPq-PUC-Rio), contatável pelo telefone (21) 3527-1618 ou presencialmente no endereço: Rua Marquês de São Vicente, 225, Gávea – RJ, CEP 22453-900. **O presente documento é emitido em duas vias, devendo ambas ser assinadas tanto por você quanto pela pesquisadora.** Você terá uma via deste termo de consentimento para guardar consigo enquanto a outra se encontrará sob a posse da pesquisadora-responsável. Você fornecerá nome, endereço e telefone de contato apenas para que a equipe do estudo possa lhe contatar em caso de necessidade.



CONSENTIMENTO: Acredito ter sido suficientemente esclarecida(o) a respeito das informações sobre o estudo acima descrito, que li ou que foram lidas para mim. Discuti com a pesquisadora Maria Aline Silva Martins sobre a minha decisão em participar deste estudo. Ficaram claros para mim os propósitos da pesquisa, os procedimentos metodológicos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Concorro voluntariamente em participar de tal estudo e poderei retirar meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades, prejuízo ou perda de quaisquer benefícios que eu possa ter adquirido. Concorro ainda com a utilização dos dados gerados na divulgação dos resultados da pesquisa em eventos científicos ou acadêmicos, periódicos e livros. Diante disso, você aceita ser gravada(o):

() SIM () NÃO.

INFORMAÇÕES DA PARTICIPANTE:

Nome: _____

Número de documento de identidade: _____

Endereço: _____

Telefone de contato: _____

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura da(o) participante

Assinatura da pesquisadora

Anexo 3 – JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DOS NOMES REAIS NA PESQUISA



JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DOS NOMES REAIS DOS PARTICIPANTES NA PESQUISA

Identificação:

Título: "A construção discursiva de identidades em narrativas de uma família cearense migrante no Rio de Janeiro" (Departamento de Letras da PUC-Rio)

Autora: Maria Aline Silva Martins (Mestranda do Departamento de Letras da PUC-Rio)

Orientadora: Adriana Nogueira Accioly Nóbrega (Professora do Departamento de Letras da PUC-Rio)

Pesquisa aprovada pelo parecer número 058/2020, protocolo 77/2020.

Este documento tem como objetivo principal apresentar uma justificativa para uma alteração na pesquisa de Maria Aline Silva Martins, aluna de mestrado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) - Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, sob a orientação da Profª Drª Adriana Nogueira Accioly Nóbrega. Em seu projeto, intitulado "A construção discursiva de identidades em narrativas de uma família cearense migrante no Rio de Janeiro" a pesquisadora sinalizou que os nomes dos participantes seriam alterados por questões de sigilo e confidencialidade (cf. página 16). No entanto, no decorrer da geração dos dados, houve o pedido dos próprios participantes pela manutenção de seus nomes reais. Cabe ressaltar que o estudo está sendo desenvolvido com membros da própria família da pesquisadora principal, Maria Aline Silva Martins, e assume, portanto, uma perspectiva autoetnográfica. Além disso, os membros de sua família estão acompanhando e participando da pesquisa ativamente. Diante disso, acreditamos ser de extrema relevância acatar o pedido dos participantes e manter os nomes reais.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura da pesquisadora

Assinatura da orientadora

Anexo 4 – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA UTILIZAÇÃO DO NOME REAL NA PESQUISA



TERMO DE CONSENTIMENTO PARA UTILIZAÇÃO DO NOME REAL NA PESQUISA

Título: "A construção discursiva de identidades em narrativas de uma família cearense migrante no Rio de Janeiro" (Departamento de Letras da PUC-Rio)

Autora: Maria Aline Silva Martins (Mestranda do Departamento de Letras da PUC-Rio)

Orientadora: Adriana Nogueira Accioly Nóbrega (Professora do Departamento de Letras da PUC-Rio)

Eu, participante da pesquisa de Maria Aline Silva Martins, aluna de mestrado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) - Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, declaro o meu desejo de permanecer com o meu nome real na pesquisa. Sinalizo que estou ciente dos objetivos do estudo, tendo sido informado(a) e esclarecido(a) dos possíveis riscos de minha participação. Declaro ter sido notificado(a) que esse Termo revoga e substitui todo e qualquer outro acordo referente ao sigilo e ao meu anonimato na pesquisa. Enfatizo que o interesse por manter meu nome real surgiu da minha própria vontade. Sendo assim, autorizo que Maria Aline Silva Martins utilize meu nome verdadeiro em sua pesquisa, com a finalidade de divulgá-lo nos resultados da pesquisa em eventos científicos ou acadêmicos, periódicos, livros e artigos científicos.

O presente documento é emitido em duas vias, devendo ambas ser assinadas tanto por você quanto pela pesquisadora.

INFORMAÇÕES DA PARTICIPANTE:

Nome: _____

Número de documento de identidade: _____

Endereço: _____

Telefone de contato: _____

Rio de Janeiro, ____ de ____ de ____.

Assinatura do(a) participante

Assinatura da pesquisadora

Anexo 5 – TRANSCRIÇÃO DO EXCERTO DO LEANDRO (PARTE SUPRIMIDA)

31	Leandro	aí já não dá porque meu irmão depois de um bom
32		tempo aqui desistiu foi morar lá voltou fez o
33		caminho de volta ele mora lá fez faculdade lá coisa
34		diferente que ninguém esperava, quando ele foi a
35		gente ficava com medo "você vai viajar vai deixar
36		de estudar vai conseguir fazer uma faculdade?" esse
37		era o medo minha mãe falava ele veio perguntar se a
38		gente aprovava a gente não aprova mais aceita né?
39		mas é seu <u>sonho</u> vai lá <u>novo</u> 18 anos pra 17 se criou
40		aqui até os 17 anos mas não quis viver aqui <u>cansou</u>
41		disso aqui aí fica uma sensação <u>presa</u> porque ao
42		mesmo tempo se eu for pra lá eu vou viver aquela
43		vida que eu queria perto dos meus avós próximo
44		daquilo que eu vivia antes as minhas lembranças
45		meus amigos de infância ainda tão lá muitos já
46		voltaram pra lá mas em compensação meu irmão tá lá
47		aí eu deixo minha família aqui que é meu pai minha
48		mãe e as irmãs aí fica assim se você for tem os
49		outros lá como se você tivesse que tá nos dois
50		lugares >ao mesmo tempo< porque se eu for ficar meu
51		pai minha mãe e as minhas irmãs e aí pra ir todo
52		mundo é <u>impossível</u> aí acaba que a gente tem que
53		fazer um <u>projeto</u> pra pelo menos uma vez por ano
54		tirar férias de ir pra lá é o passeio que dá ir lá
55		e ver a família e almoçar <u>junto</u> e contar <u>história</u> e
56		mentir um pouco e sei lá essas coisas de família de
57		ficar hh igual a grande família hh=